

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

**O PROCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO DA CUT: UM ESTUDO DE CASO
SOBRE O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE NITERÓI (1979-2012)**

Niterói

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

**O Processo de burocratização da CUT: Um estudo de caso sobre o Sindicato dos
Metalúrgicos de Niterói (1979-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva
Almico

Niterói

2016

LILIAN DE SOUZA LIMA MATIAS

O PROCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO DA CUT: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE NITERÓI (1979-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva Almico

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva Almico (Orientadora) -UFF

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Prof^a. Dr^a. Raquel Carneira Varela – UNL

Niterói

2016

AGRADECIMENTOS

Não tem “obrigada” suficiente para agradecer o apoio, o amor, o carinho e a compreensão que me cercaram ao longo da elaboração desse trabalho. Se não fosse pelo meu companheiro Juan nada teria sido feito. Obrigada, amor, pelas palavras de incentivo, pelos chocolates, cervejas e abraços. Repito: sem você não teria dissertação. Mas não poderia deixar de mencionar também a ajuda da minha família. Meus pais, Jandira e Olímpio, e meu vizinho lindo, Maurício, me ajudaram muito e tiveram que lidar com a minha ausência. Minha mãe Jandira e minha tia Jacira vieram inclusive me apoiar na defesa, tendo despendido de Mendes de manhã cedo para isso. Também ficam meus agradecimentos a Moema, Graça, Ivan, Nena, Pollyana, Gustavo, Fael, Tharsila, Anna, Pedro, Antonio, Mayra, Bernardo, Julio (que muito gentilmente me emprestou seu gravador em mais de uma ocasião) e tantos outros amigos que entenderam minha necessidade de reclusão.

Eu tive muita dificuldade para encontrar um caminho pelo qual seguir com a escrita. Por alguns momentos duvidei que fosse terminar. A Marcelo Badaró, Sonia Lucio, Raquel Varela, e Rita Almico agradeço pela participação na banca e suas orientações, assim como pela paciência. A Bernardo Kocher, João Leonardo e Marco Antonio Perruso sou grata por aceitarem participar na suplência. Mas gostaria de dizer algumas palavras a Marcelo Badaró em especial, por todos os e-mails que enviei em meio ao desespero e por todos os momentos que sentou para conversar comigo. Muito obrigada mesmo por ser meu amigo e uma referência, me acompanhando desde a graduação e sempre incentivando quando eu mesma não tinha mais tanta fé em mim.

Os trabalhadores que muito gentilmente concordaram em me conceder seus depoimentos merecem meus mais sinceros agradecimentos, assim como o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

Não esquecerei tampouco dos funcionários da Biblioteca Nacional, que me orientaram sobre o uso do site para a pesquisa, e do Rodrigo Guedes da AMORJ. Por fim, sem a bolsa da CNPQ/CAPES não teria tido como me manter durante essa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho é sobre a atuação política do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico dos municípios de Niterói e Itaboraí entre os anos 1979 a 2012 e sua interação com a Central Única dos Trabalhadores. O recorte cronológico tem por base duas importantes greves da categoria: a greve de 1979, a primeira depois do golpe em 1964, e a greve de 2012, que teve um caráter de rebelião de base que esboça uma ruptura dos trabalhadores com a diretoria do sindicato. A abordagem sobre este período de 33 anos perpassa tanto pelas transformações gerais no movimento sindical brasileiro, quanto pela crise e retomada da indústria de construção naval que tem no Rio de Janeiro um de seus expoentes.

Palavras-chave: Movimento Sindical; Sindicalismo; Metalúrgicos; Operários Navais; CUT; Niterói;

ABSTRACT

This research is about the political activity of the Metalworkers Union of Niterói and Itaboraí between the years of 1979 and 2012 and its relationship with the Unified Worker's Central - CUT. The chronological delimitation is based on two important strikes: the 1979's strike, the first after the civil-military coup in 1964, and the 2012's strike, which had a character of grassroots rebellion outlining a rupture between the workers and the union's leadership. The approach to this period of 33 years permeates both the general changes in the Brazilian trade union movement and the crisis and revival of the shipbuilding industry which has Rio de Janeiro as one of its main exponents.

Key-Words: Unionism; Metalworkers; Shipbuilding; Workers; Unified Worker's Central; Niterói;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I. <i>A greve de 1979 e a construção do “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí</i>.....	33
1.1 Operários navais em greve.....	34
1.2 O legado da greve.....	48
1.3 A construção da Central Única dos Trabalhadores	55
CAPÍTULO II. <i>Crise e Retomada da Indústria Naval</i>.....	60
2.1 Crise na Construção Naval.....	62
2.2 A Atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói nas gestões 1980-1989: os primórdios da crise.....	66
2.3 Anos 1990: o aprofundamento da crise e as gestões 1989-1998.....	72
2.3.1 Articulações entre sindicatos de trabalhadores e patronais.....	72
2.3.2 Operários navais lutam para sobreviver à crise.....	79
2.4 A retomada da indústria naval.....	82
2.4.1 A atuação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói entre 1998-2012: Gestões de José Mascarenhas, Reginaldo Costa e Silva e Edson Rocha.....	88
CAPÍTULO III. <i>CUT e o esgotamento de um projeto político</i>.....	92
3.1 A crise do novo sindicalismo.....	92
3.1.1 A construção do sindicalismo propositivo.....	95
3.1.2 CUT pela cidadania.....	99
3.1.3 Burocratização e transformismo.....	101
3.2 Confluências e diferenças no processo geral e o caso dos metalúrgicos de Niterói.....	105
3.3 A greve de 2012.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	124

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto a atuação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico dos municípios de Niterói e Itaboraí entre os anos 1979 e 2012, assim como sua interação com a Central Única dos Trabalhadores. Mais precisamente, trata-se de um estudo sobre como o processo de mudanças na orientação política da CUT se deu neste sindicato, entendendo-o em uma via de mão dupla: não só como um sindicato que colocou em prática a política da central, mas também como um formulador desta política.

O recorte cronológico escolhido tem como referência a deflagração da greve de 1979, a primeira da categoria desde o golpe em 1964. Esta greve é uma das várias expressões do “novo sindicalismo” no Rio de Janeiro. É a partir dela que uma militância, que se identifica como “autêntica”, assume o sindicato em 1980 e vem a ter expressiva atuação para a fundação da CUT junto com o grupo dos metalúrgicos do ABC, cujo contato foi propiciado por encontros em congressos nacionais diversos.

Já o ano de 2012 é o culminar do desgaste político do grupo que está na direção do sindicato, realçado por uma greve forte. A greve de 2012 desenha uma ruptura da categoria com a direção do Sindicato, cujo desgaste político é fruto de um processo anterior. Trata-se de um movimento que deve ser olhado com mais atenção, principalmente pelo contexto em que se deu: doze anos de retomada da indústria naval e o aumento do número de greves em 2012¹ – o que preparou o terreno para as lutas que viriam em 2013, conhecidas como as “jornadas de junho”. Pensando a reorganização do movimento sindical de forma mais geral, essa greve, assim como outras do período, pode significar um desgaste da hegemonia da CUT e do PT. Um desgaste que se aprofunda no momento atual, no qual a crise econômica está repercutindo com maior intensidade no Brasil.

Em 2015, além do aumento do desemprego², nos deparamos com retiradas de direitos dos trabalhadores, como o PL4330 que regulamenta a terceirização, as MPs 664

¹ Ver estudo realizado pelo DIEESE com o balanço das greves de 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>> Acessado em março de 2015.

² Ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/desemprego-fica-em-8-no-trimestre-ate-abril-diz-ibge.html>

e 665 que restringem o acesso ao abono do PIS, ao seguro-desemprego e pensões.³ As respostas dos trabalhadores têm sido débeis para conter esse retrocesso, em parte porque as entidades mais combativas ainda são minoritárias no movimento sindical e, por outro lado, porque a CUT cumpre um papel de conciliação de classes e de sustentação dos governos do PT – apesar de se dizer contrária a algumas dessas medidas, não há efetiva mobilização dos trabalhadores por parte da central.

A hipótese deste trabalho é de que o processo de burocratização da CUT pode ser analisado a partir de duas variáveis principais. Primeiramente, que esses sindicalistas passaram a ganhar prestígio com o cargo no sindicato, assim como a estabilidade no emprego em um momento de crise brutal do setor, optando então pelo pragmatismo. Em segundo lugar, que esse processo abrange a dimensão política geral na qual houve o abandono do projeto socialista assumido pela CUT em seus primórdios. Influenciam nesses aspectos questões conjunturais, tais como: o impacto da crise do socialismo sobre as organizações da classe trabalhadora, em seus partidos e sindicatos, com a perda de uma perspectiva revolucionária – levando os sindicatos a adotarem uma linha propositiva e abandonarem o referencial da classe pelo de cidadania, incorporando-se à perspectiva neoliberal.

Outro ponto que avalio no caso dos metalúrgicos de Niterói é a existência de um forte interesse do governo em manter esse sindicato como correia de transmissão de suas políticas. Em 2002, quando o PT chega à presidência, a indústria naval – concentrada em Niterói – torna-se uma das principais bandeiras de sua política econômica e se intensifica com a possibilidade de exploração do pré-sal. Apesar desse crescimento da indústria naval ter-se dado com a precarização das condições dos trabalhadores, a diretoria do sindicato tem como marca da sua atuação neste período evitar o conflito com a patronal.

Por fim, meu interesse pelo tema deve-se à greve de 2012, quando pude acompanhar a luta e descobrir a trajetória dessa categoria. Na época, as universidades federais também estavam paralisadas e a Associação dos Docentes da UFF chegou a organizar um café da manhã da greve, junto com os metalúrgicos, e prestar solidariedade a esses trabalhadores que estavam enfrentando duras perseguições políticas no seu local de trabalho. Tive a oportunidade de participar de algumas

³ Ver: <<http://cspconlutas.org.br/2015/05/contra-o-pl-4330-as-mps-664-e-665-e-o-ajuste-fiscal-de-dilma-29-de-maio-e-dia-nacional-de-paralisacao/>> Acesso em dez.2015

iniciativas de auxílio a esses trabalhadores e de assistir a algumas assembléias da categoria. Desse contato, veio o desejo de dar oportunidade para esses trabalhadores contarem sua história e suas lutas. Parafraseando Hobsbawm, o objetivo deste trabalho também é “criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer a sua vida e sua própria história”.⁴ A escolha das fontes para essa pesquisa está diretamente vinculada a essa preocupação.

Fontes e Metodologia

Esta pesquisa tem como fonte o jornal *O Fluminense*, fundado em 1878 em Niterói e em circulação até hoje. Seu acervo está disponível no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A escolha deste jornal reside no fato de ser o único jornal de Niterói que possui uma numerosa cobertura sobre a indústria naval e as mobilizações dos trabalhadores deste setor. A intenção inicial era a de pesquisar também em outros jornais de grande circulação, como *O Globo*, mas pelo tempo isso não foi possível.

Outras fontes consistem em materiais sindicais produzidos por entidades da classe trabalhadora, da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí. Este material encontra-se no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), no IFCS-UFRJ, e na Internet. Infelizmente, a maior dificuldade consistiu no acesso aos materiais produzidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí. São poucos os panfletos encontrados no AMORJ e, ao visitar a sede deste sindicato, fui informada de que não só não possuíam um arquivo, como de que parte deste material foi jogada fora por membros de diretorias anteriores. Dos jornais sindicais dos metalúrgicos, a maioria é de período recente.

Nesse cenário, as fontes orais foram de grande importância para esta pesquisa. Tive acesso a um livro escrito pelos carpinteiros navais Abdias dos Santos e Ercy Rocha, no qual fazem um balanço da atuação do Sindicato e da greve de 1979. Algumas entrevistas foram compiladas em um livro organizado pela professora Ângela de Castro Gomes, como parte de um projeto de História Oral, do Laboratório de História Oral e Iconografia (LABHOI), e de um curso de graduação ministrado pela referida professora, sobre movimento sindical e os potenciais usos da história oral. Os entrevistados foram Irineu José de Souza, Rosalvo Constâncio Felipe, Benedito Joaquim dos Santos e

⁴ HOBBSAWM, E. “História operária e ideologia”. In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.32.

Eduardo Chinelli – operários navais, alguns mais diretamente envolvidos com a atividade sindical. Rosalvo Felipe, por exemplo, estava na diretoria do Sindicato em 1980. Na AMORJ também tive acesso a uma entrevista realizada com Abdias dos Santos sobre a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Além de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, tive a oportunidade de conversar com membros da diretoria do Sindicato e da oposição. São necessárias algumas palavras sobre a história oral e em seguida explicaremos a metodologia empregada para as entrevistas.

Sendo um campo cujo trabalho sistematizado é relativamente recente – no caso brasileiro desde a década de 1970, muitas são as discussões sobre o caráter da história oral. Um dos pontos de debate é se é uma técnica, um método ou uma fonte. Concordamos com a perspectiva de Freitas, que considera a história oral um método de pesquisa que utiliza determinada tecnologia para registrar narrativas, criando fontes históricas que devem ser conservadas.⁵

Nota-se que o uso de fontes orais é relativamente recente. Paul Thompson atribui a desconfiança que muitos historiadores ainda nutrem em relação a essas fontes à subjetividade, ao mesmo tempo em que desmistifica isso ao apontar que se trata de um cuidado que deve ser tomado com quaisquer documentos, inclusive os escritos.⁶ Já Portelli destaca, por exemplo, a idéia – que muitos pesquisadores podem ter – de que a pessoa lhe daria os fatos sobre os quais iriam “filosofar”.⁷ O entrevistado não oferece dados a serem burilados pelo pesquisador, mas sua interpretação sobre os acontecimentos. Para este autor, o discurso oral é um *processo* e uma *possibilidade*. Um processo porque passa por um trabalho de consciência, com interrupções, digressões e correções em diversas possibilidades de expressão. Nas suas palavras:

No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo

⁵ FREITAS, S. M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Imprensa Oficial SP, 2002, p.27.

⁶ THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.138-145.

⁷ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e o significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n 2, 1996, p. 59-72, p.1-2. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf>

horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.⁸

Ainda nesse quesito, uma dimensão importante que se apresenta é como mediar o aspecto individual de um relato para uma análise social mais ampla. As fontes orais não são precisas em relação a fatos e eventos, mas trazem significados. A forma na qual o entrevistado estrutura seu discurso pode ajudar a compreender acontecimentos desconhecidos ou trazer um olhar sobre um aspecto inexplorado.⁹ Por exemplo: ao fazer as entrevistas, me chamou a atenção a forma como os diferentes entrevistados trabalhavam a questão das greves. Enquanto militantes da oposição à atual direção sindical davam ênfase a este aspecto da história do sindicato – destacando a greve como um importante instrumento de luta dos trabalhadores –, os atuais membros da diretoria não davam muita atenção a este tema.

Longe da falsa noção de imparcialidade na construção histórica, a história oral é uma rica oportunidade de contrapor visões e debates sobre um determinado tema, principalmente porque setores “marginalizados” podem contar sua própria história para além do que reside no relato oficial. Seu uso por historiadores do trabalho tem trazido contribuições para biografias de dirigentes sindicais, ajudando a levantar informações sobre greves e organizações políticas, estudos sobre comunidades, relatos de experiências de trabalho e mesmo desemprego.¹⁰

No que tange ao desenvolvimento da presente pesquisa, foram selecionados para serem entrevistados trabalhadores que têm ou tiveram alguma vivência militante no sindicato. Ao todo foram realizadas 7 entrevistas com operários que passaram pelas diretorias ao longo do período estudado, ou seja, entre 1979 e 2012. Alguns se encontram na diretoria atual do sindicato e outros na oposição. São todos homens, com mais de 40 anos, envolvidos diretamente na militância. É uma categoria majoritariamente masculina, e é com muito pesar que informamos não ter sido possível entrevistar nenhuma dirigente política mulher. É preciso salientar que, a pedido dos próprios entrevistados, seus nomes não serão divulgados, apenas suas iniciais.

⁸ Idem, p.7-8.

⁹ Idem.

¹⁰ THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.111-113.

Ouvir essas vozes dissonantes ajuda a compreender melhor as disputas internas no sindicato, que não foram poucas, mas de que não se tem registro escrito – a não ser que se tenha acesso a documentos das organizações que incidiram nesse processo, o que infelizmente não foi possível analisar. Foi pensado um roteiro geral a partir de temas específicos como: a greve de 1979 e o papel do sindicato na consolidação da CUT; a atuação da diretoria do sindicato nos anos 1990 no momento de crise da indústria naval; o papel do sindicato na retomada da indústria naval e o balanço da greve de 2012. Não se tratam de roteiros longos e fixos, porque achamos interessante manter a flexibilidade – necessária para questionar sobre aspectos novos que poderiam surgir durante a entrevista.

Breves apontamentos conceituais

Classe social

Este trabalho reivindica a tradição do materialismo histórico dialético para compreender o conceito de classe social, e pretende trazer algumas tentativas recentes de reformulação do mesmo nos marcos desta vertente. No entanto, este debate carece da interlocução com a produção no campo da história social do trabalho, sendo necessário fazer um breve balanço historiográfico desta área.

Os balanços da história do trabalho nos países desenvolvidos partem de uma divisão entre a “nova” e “velha” história social do trabalho, presente em estudos produzidos nos Estados Unidos ao longo da década de 1970. A velha história do trabalho é caracterizada como institucional e voltada para a descrição de debates políticos e greves, e guarda nomes expressivos como: Sidney e Beatrice Webb, a Escola Wisconsin de John Commons e marxistas como Philip S. Foner. A produção de John Commons, por exemplo, teve uma influência dominante na historiografia dos EUA. A escola de Wisconsin partia da compreensão de que a história do trabalho era política e econômica, podendo englobar tanto uma história comparativa do trabalho, quanto uma teoria econômica e social. Segundo Krueger, mesmo os trabalhos críticos a essa produção, como o de Foner, tiveram dificuldades para romper com as ideias da escola de Wisconsin. A história do trabalho estadunidense se nutriu tanto do movimento operário organizado do final do século XIX, com estudos voltados para entender o

estabelecimento das relações industriais, quanto dos movimentos sociais dos anos 1960, a aposta na capacidade de mudança pela via democrática e a agência dos de baixo.¹¹

Na década de 1960, a “antiga” história do trabalho de foco institucional abriu caminho para uma história *social* do trabalho. Essa nova corrente tinha como principal expoente historiadores ingleses como Edward Thompson e Eric Hobsbawm, e sua maior contribuição foi a tentativa de contextualizar a luta dos trabalhadores, fazer da história do trabalho uma história da classe trabalhadora. Segundo Marcel van der Linden, a nova história do trabalho teria sido responsável por uma renovação da disciplina, negando a ideia de que a história do trabalho fosse um campo altamente especializado e trazendo a pesquisa para o todo social, inaugurando novos temas de estudos relacionados à história da mulher, cultura e mentalidades, história urbana e abordagens de sociologia e antropologia.¹²

No entanto, ao analisar a história do trabalho na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, muitos pensadores identificam uma crise profunda no campo a partir dos anos 1980, cujo início está relacionado à crise do capitalismo nos anos 1970 e ao questionamento do modo fordista de produção. Neste período, o capital muda a organização do trabalho e sua internacionalização, em um processo conhecido por reestruturação produtiva.

De acordo com Antunes, as repercussões de tais mudanças alteraram não só as condições materiais dos trabalhadores, mas sua subjetividade. O trabalho passou a ser regido pela flexibilização da produção e padrões de gestão, como a do tipo “participativa”, para cooptar trabalhadores. Houve na Europa uma tendência à diminuição da classe operária tradicional, acompanhada de uma expansão do setor de serviços e incorporação do trabalho feminino, assim como de formas precarizadas de trabalho (como parcial, temporário, subcontratado) – a classe trabalhadora se complexificou, tornando-se heterogênea e fragmentada. O sindicalismo em geral adotou a lógica da negociação e participação com o capital, distanciando-se de movimentos autônomos da classe. Houve um declínio considerável na taxa de sindicalização, e é

¹¹ KRUEGER, T. *American Labour History, Old and New: A Review Essay*. Última visualização 10 de jan de 2014, disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3786704?sid=21105070150881&uid=2&uid=3737664&uid=4>>

¹² VAN DER LINDEN, Marcel. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009, p.3.

perceptível que um desafio do movimento sindical foi conseguir lidar com o fosso que dividiu um setor estável de trabalhadores e outro precarizado.¹³

É a partir deste contexto que ao longo da década de 1980 surgiram análises proclamando o fim do trabalho, vinculadas em geral a uma abordagem pós-moderna, que tenta refutar a compreensão da sociedade a partir de categorias como classe social ou, ainda, afirmando que a teoria do valor perdeu o sentido. Tais estudos cumprem um papel político de tentar desacreditar projetos de emancipação social e a possibilidade de mudança em si. E sua validade foi limitada pela realidade – na década seguinte tornaram-se crescentes as manifestações contra medidas de austeridade, levando muitos pesquisadores e cientistas sociais a diagnosticar um novo ativismo operário.¹⁴

No Brasil, a história do trabalho não seguiria o mesmo desenvolvimento que a produzida nos países desenvolvidos, mas é possível estabelecer paralelos. Os primeiros estudos sobre o movimento operário datam da década de 1950 e são voltados para a análise da Primeira República, de forma a pensar os movimentos, suas formas organizativas e as organizações que neles intervinham. Assim como na Europa e Estados Unidos, trata-se de uma historiografia produzida por militantes ou ativistas próximos do movimento sindical. Segundo Batalha, a historiografia seria marcada por duas fases: uma fase denominada por esses militantes como a da “classe inconsciente” e outra posterior à fundação do PCB em 1922. O referido autor também destaca o caráter memorialista desta produção e problematiza que por ter sido feita por militantes de diferentes organizações, reflete as disputas das mesmas no movimento sindical.¹⁵

Na década de 1960 foram elaborados os primeiros trabalhos sobre o tema na academia, em especial no campo da sociologia, empregando noções sobre uma origem estrangeira da classe operária e sua vinculação com o anarquismo ou, ainda, o estabelecimento da Revolução de 1930 como um marco histórico. Os anos 1960 foi uma década de crise orgânica na sociedade brasileira, com um movimento ascendente em força por parte dos trabalhadores desde a década de 1950, o que poderia ter contribuído

¹³ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003, p.149-152.

¹⁴ SILVER, B. *Forças de trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.20.

¹⁵ BATALHA, C. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.” In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, pp.145-158, p.146-8.

para despertar o interesse da academia a respeito.¹⁶ Outro debate forte na época, presente em muitas dessas abordagens, diz respeito ao desenvolvimentismo e à preocupação sobre como fazer com que o país crescesse economicamente e, nesse projeto, qual o papel que poderia ser ocupado pelos trabalhadores. Esses estudos contêm, predominantemente, uma visão do trabalhador branco, homem, de origem europeia, que teria vivenciado um processo linear de transição de um operário sem consciência de classe, para um que desenvolveu consciência através do contato político com partidos e organizações. Essa visão idealizada não era compatível com o movimento sindical que estavam analisando. A grande questão, para esses pesquisadores, girava em torno do motivo pelo qual a classe trabalhadora brasileira teria sido insuficiente. Foram elaboradas diversas explicações para essa “falha”, recorrendo desde a caracterização do regime como populista até a busca pela origem da classe trabalhadora na área rural.

Na década de 1970, com a intensificação da luta contra o regime militar, a classe trabalhadora se consolidou enquanto um assunto acadêmico. O olhar dos pesquisadores voltou-se para as primeiras décadas do século XX, desta vez para identificar a consciência de classe de um período no qual os sindicatos ainda não eram regulamentados e controlados pelo Estado. Outra tese desse período teve a ver com a associação dessas lutas à origem europeia dos trabalhadores, principalmente de São Paulo. Também dessa época, Batalha destacou que a produção dos “brasilianistas” introduziu um uso mais rigoroso das fontes, em especial da imprensa operária. Trata-se de uma década profícua, na qual as primeiras dissertações de mestrado no campo foram produzidas.¹⁷ E também foram tomadas iniciativas importantes para a preservação da memória dos trabalhadores, como a organização de centros de documentação vinculados a universidades, cujo acervo se deve em parte à doação de material de pesquisas desses estudiosos do tema.¹⁸

O campo ampliou-se ainda mais ao longo da década de 1980, principalmente devido ao contexto da época de transição da ditadura militar e crescente mobilização dos trabalhadores, que culminaria com a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983. Ao mesmo tempo, Batalha identificou uma fragmentação na área, com um

¹⁶ MATTOS, M. B. “Labour History in a comparative perspective: labour historiographies in India and Brazil and enlarged visions about the working class”. In: BRATTACHARYA, S. (ed.) *Towards a New History of Work*. Nova Déli: Tulika Books, 2014, pp. 256- 282, p.258.

¹⁷ BATALHA, C. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.” In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.145-158, p.150.

descaso pela teoria e estudos mais empíricos; o recorte também seria cada vez menor e restrito a bairros, cidades e empresas. O momento de “crise” da história do trabalho teria como motivos: uma crise de identidade do campo, assim como a perda de interesse acadêmico no assunto, relacionada com o impacto da conjuntura de descenso das lutas no final da década de 1980 e a crise internacional da esquerda, com o fim do socialismo real. Análises posteriores, inclusive do próprio Batalha, passaram a questionar as dimensões dessa crise e a apontar o aumento da produção no campo ao longo da década seguinte.¹⁹

A aposta na consolidação institucional e afirmação da história do trabalho enquanto campo foi marcada por iniciativas como a criação do GT Mundos do Trabalho da ANPUH em 1999, no Rio Grande do Sul e, nacionalmente, em 2000-2001. A retomada dos estudos sobre o trabalho veio com questionamentos sobre quem a história do trabalho engloba, a fim de identificar atores sociais além do operariado fabril, com estudos que buscavam uma nova compreensão sobre o período da escravidão, no qual os escravizados passaram a ser analisados como “trabalhadores” e foram feitas tentativas de compreender a relação entre estes e os trabalhadores livres. Trata-se de um passo importante, mas que ainda tem muito a desenvolver, ainda mais no que tange ao limiar entre diferentes regimes de trabalho ou períodos de transição entre modos de produção. Também é importante notar como uma mudança positiva a partir do final da década de 1990, a ampliação do recorte, tanto cronológico – com estudos de história recente ou de períodos anteriores a 1880 – quanto espacial, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.²⁰

Com base em Mattos, acredito ser importante pontuar que, ao mesmo tempo em que o campo da história social do trabalho está se institucionalizando, a tendência predominante na historiografia brasileira atual é a da história cultural ou uma história política a ela vinculada, absorvendo o pós-modernismo ou, pelo menos, se aproximando de seus pressupostos.²¹ Isto é pertinente porque algumas propostas pós-modernas partem da compreensão de que estamos em uma sociedade pós-industrial, fruto de uma revolução tecnológica vinculada, por parte de alguns autores, à rejeição ao uso de

¹⁹ BATALHA, C. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan-dez.2006, p.88.

²⁰ Idem, p.90.

²¹ MATTOS, M. B. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, D. (org.) *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp.67-98, p.69.

categorias analíticas amplas como classes sociais, ou mesmo afirmando o fim da centralidade do trabalho. No Brasil, não houve nenhum transformismo de historiadores do trabalho questionando e substituindo o conceito de classe por cultura, mas o campo foi atingido pela abordagem culturalista. Petersen destaca a importância de compreender que a área não é homogênea, mas tem diferentes concepções, inclusive nos programas de história, sobre o que é e como fazer a história social do trabalho.²² A história produzida anteriormente a partir de um envolvimento militante está distante da produção acadêmica atual. Batalha, em balanço mais recente, joga luz sobre o processo de ampliação de temas, abordagens e enfoques, no qual a análise a partir de identidades (e não de classes sociais) e do que divide a classe (e não do que une) tem conquistado popularidade.²³

História global do trabalho: uma saída para a crise

No editorial da Revista *International Review of Social History*, escrito por Marcel van der Linden em 1993, é identificada uma fragmentação no campo da história do trabalho. Em resposta a isso, Van der Linden propõe uma análise que possa integrar a história do trabalho na área mais ampla da história social, mas também aglutinar teoricamente diversas abordagens.²⁴

Não obstante, Van der Linden enxergou como obstáculos com os quais a história social do trabalho teria que lidar: a negligência com que foram tratados temas geográficos, ambientais e espaciais; o contraste existente entre a história do cotidiano e a história institucional, que precisariam ser entendidas de forma interdependente; não se considerar, na análise do movimento sindical, fatores externos como a história de empresas e patrões; não haver estudos que enxerguem a pluralidade da classe trabalhadora – e temas como gênero e etnia, entre outros, ainda seriam tratados separadamente; ainda se seguiriam determinadas periodizações que seria preciso questionar, avançando para a compreensão de períodos do início do desenvolvimento do mercado capitalista, por exemplo; o fato de os países centrais serem os mais estudados

²² PETERSEN, S. *A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas*, p.2-3. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=24380>

²³ BATALHA, C. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan-dez.2006, p.89.

²⁴ VAN DER LINDEN, M. “Editorial”. *International Review of Social History*, v. 38/supplement S1, abril, 1993.

pela história do trabalho, sendo que os países periféricos merecem a mesma consideração.²⁵

Trata-se de um texto anterior à formulação de sua proposta sobre História Global do Trabalho, com um olhar essencialmente europeu sobre o tema, mas que contém eixos que Van der Linden considera importante desenvolver. De Vito, ao abordar os caminhos que a história global do trabalho seguiu, destacou que foi uma saída para a crise do campo da história social do trabalho, propondo-se a repensá-lo profundamente, com uma dupla expansão de perspectiva: do tema e do recorte espacial.²⁶

As bases fundacionais do projeto sobre História Global do Trabalho foram elaboradas por Marcel van der Linden e Jan Lucassen em *Prolegomena for a Global Labour History*, de 1999.²⁷ No entanto, o próprio van der Linden identificou essa movimentação como um processo mais amplo de repensar o campo, ao qual se somariam atividades como o History Workshop, organizado em 1977 na África do Sul; a fundação da Associação de Historiadores do Trabalho Indiano, em 1995; a criação do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, em 2001 no Brasil, entre outras.²⁸

Seu ponto de partida foi a caracterização da história do trabalho produzida na Europa do século XIX e na América do Norte por seu “nacionalismo metodológico” e eurocentrismo. Identificou uma mudança desde a Segunda Guerra Mundial, quando países africanos e asiáticos passaram a investigar sua própria história, impulsionados pelo processo de descolonização, o que viria a desenvolver noções como o pan-africanismo, vivências transculturais de imigrantes e especificidades das culturas fronteiriças e ciclos transnacionais de greve.²⁹

²⁵ VAN DER LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo*. Ensaio para uma História Global do Trabalho. Campinas, Edunicamp, 2013.

²⁶ DE VITO, Christian. “New perspectives on global labour history. Introduction”, *Workers of the world*, v. 1, no 3, 2013, p.8-13.

²⁷ Nos EUA uma história global é vista como conservadora, ligada à ideia de globalização e à história universal do século XIX. Na França também demarcam com o conceito de globalização, apontando o debate é sobre mundialização e visando a assimetria do processo entre centro e periferia e imperialismo. Autores que discordam do termo “global” por sua relação com globalização lançam mão de terminologias como “transnacionalização” e mantêm como base a metodologia da história comparativa em seus trabalhos, apesar de a transnacionalidade poder ser feita sem a comparação de casos. No entanto, tanto a história global do trabalho quanto as demais terminologias não são tão diferentes assim. Os textos convergem sobre a importância de não ter a fronteira nacional como um limite para a história do trabalho ou a necessidade de romper com a perspectiva eurocêntrica. Ver: COOPER, F. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.

²⁸ VAN DER LINDEN, M. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009, p.4.

²⁹ Idem, p.8.

Em *Prolegomena for a global labour history* apresentaram-se traços preliminares de áreas nas quais poderíamos investir: como caminhos coletivos sobre o estudo do movimento operário, suas ações e organizações para além da associação sindical; e a perspectiva comparativa em um modelo coletivo onde acadêmicos de diferentes países desenhariam uma rede de colaboração. Aponta-se um giro da história do trabalho para temas que foram negligenciados pela historiografia do trabalho tradicional, assim como formas organizativas menos estudadas; expande para o estudo do “sul global”; e cronologicamente, para formas de trabalho pré-industriais. Van der Linden assim define a história global do trabalho:

Em termos de *status metodológico*, sugeriria que uma “área de interesse” é envolvida, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas perspectivas interpretativas diferem. Esse pluralismo não é apenas inevitável, como é também igualmente intelectualmente estimulante – contanto que estejamos preparados para, a qualquer momento, entrar em uma discussão séria sobre nossas visões divergentes. Independentemente de nossos diferentes pontos de partida, no entanto, devemos nos esforçar por trabalhar produtivamente nos mesmos campos de pesquisa.

- No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional”, quero dizer, situar, no contexto mais amplo de todos os processos históricos, não importa quão ‘pequenos’ em comparação com processos em outras partes, o estudo de processos de interação ou a combinação de ambos.³⁰

Como podemos ver, a história global do trabalho é caracterizada como uma “área de interesse” e não uma teoria, porque tem em vista abarcar diferentes perspectivas interpretativas. No que diz respeito a *temas*, também focaliza aspectos diferentes das relações de trabalho, como questões familiares ou de gênero. Não é imposto um limite temporal.³¹

Van der Linden identificou, como obstáculos a enfrentar, os problemas práticos, como arquivos em deterioração, mas considerou mais danosas as concepções de um nacionalismo metodológico e do eurocentrismo. Um leque de possibilidades se abriria para encarar de outra forma fenômenos estudados pela tradicional história do trabalho – ter uma metodologia para isso e para considerar uma análise transnacional seria um passo considerável.³²

³⁰ VAN DER LINDEN, M. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009, p.9

³¹ *Idem*, p.9.

³² *Idem*, p.10-14.

Outra preocupação presente ao fazer esse debate foi a avaliação de se tratar de um período novo na história do trabalho, que teria uma perspectiva cada vez mais global do ponto de vista do olhar que os historiadores teriam ao trabalhar com seus objetos. Como já foi mencionado, isso traria a necessidade de reconsiderar pressupostos teóricos e metodológicos; vale dizer que esse interesse é decorrente de uma tentativa de aproximar diversos pesquisadores adeptos das mais variadas teorias para análise social. Para isso, foram pensadas etapas como a promoção de uma massiva coleta de dados, qualitativa e quantitativa, sobre a estrutura da força de trabalho mundial. Um desafio que se coloca seria o desenvolvimento de técnicas que tornassem compatível a análise desses dados provenientes de diferentes contextos. Outra etapa seria o estímulo a pesquisas históricas que revelem a interação entre diferentes regiões do mundo, possibilitando também um novo olhar sobre a história de cada uma dessas regiões.³³

De concreto podemos destacar o Colaboratório Global de História para as Relações Laborais, criado pelo Instituto de História Social, com sede em Amsterdam. Segundo Hofmeester e Lucassen, o Colaboratório tem por objetivo “fazer um inventário global de todos os tipos de relações de trabalho, em todas as suas facetas e combinações, em diferentes partes do mundo, para cinco cortes cronológicos: 1500, 1650, 1800, 1900, 2000 – e, para a África, também 1950”.³⁴

A proposta deste projeto seguiu a linha do texto de Van der Linden: uma primeira fase de coleta de dados; uma segunda fase de análise das mudanças nas relações de trabalho, para entender em que condições se daria a transição entre diferentes tipos de trabalho quando o modo de produção está em transformação. Essas duas etapas foram tidas por Hofmeester e Lucassen como pré-requisito para reconstruir a história do trabalho em uma escala global, de forma a superar o eurocentrismo.³⁵ No entanto, esses pesquisadores passam a impressão de que não identificam a existência de uma produção de história do trabalho “internacionalista” anterior às movimentações que caracterizam como uma tendência à história global no período recente.

Outras iniciativas do “Colaboratório” foram as reuniões de pesquisadores de países diversos em plenárias regionais para discutir o andamento do projeto, discutir as fontes, as hipóteses e os próximos passos. Coletaram materiais da Europa, Ásia, África

³³ Idem, p.14-17.

³⁴ HOFMEESTER, K. LUCASSEN, J. Introdução: O Colaboratório Global para a História das Relações Laborais. In: *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono: História e Demografia*. Lisboa, 2014, Edições Colibri, pp.9-22, p.9

³⁵ Idem.

e América do Sul, que foram compartilhados em um site, junto com a discussão metodológica.

Para criar um conjunto de dados sobre as relações de trabalho no mundo, foi elaborada uma “taxonomia” das relações de trabalho abarcando categorias como: indivíduos que não trabalham; indivíduos que trabalham e como? – trabalho recíproco, trabalho como pagamento de tributo, trabalho para o mercado, entre outros.³⁶

Trata-se de um esforço de imensas proporções, mas restrito ao trabalho apenas em seu caráter econômico. Este ponto é essencial por possibilitar o estabelecimento de paralelos – e enquadrar como trabalho atividades diversas desenvolvidas ao longo da história, e em diferentes lugares. Para tal, alguns pesquisadores vinculados ao projeto de História Global do Trabalho tentaram reformular e ampliar o conceito de classe.

Algumas considerações sobre o conceito de classe social em Marx e Engels são necessárias antes de entrarmos nas suas reformulações. A tradição crítica do materialismo histórico desenvolveu uma perspectiva de análise e intervenção na realidade a partir da compreensão da luta entre classes sociais. O termo classe é anterior a Marx e Engels, mas se torna, com esses autores, uma categoria central de análise social, que dá conta das desigualdades oriundas da sociedade capitalista e capta um momento em que os trabalhadores conscientemente se representam a partir de interesses comuns e em oposição aos interesses de outras classes. Foi a partir da inserção no movimento dos trabalhadores que Marx começou a formular o materialismo histórico e sua crítica à economia política clássica, ao socialismo utópico e à dialética de Hegel. No entanto, não há nos seus trabalhos uma terminologia clara para este conceito, aparecendo como sinônimos os termos “classe trabalhadora” e “proletariado”.³⁷

Não é possível pensar o conceito de classe trabalhadora separado do desenvolvimento do capitalismo. O processo de proletarização é central para a acumulação produtiva do capital quando, historicamente, se dá a separação do produtor dos meios de produção. Proletariado ou classe trabalhadora é quem tem que vender sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário para sobreviver. De acordo com Mattos, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, a classe é definida pela ausência:

³⁶ Idem, p.13

³⁷ MATTOS, M. Sobre classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*: Rio de Janeiro, n° 20, pp. 33-55, 2007, p.34-5.

a classe trabalhadora não dispõe de capital, de renda e nem de terra.³⁸

Mas a classe não pode ser compreendida apenas em sua dimensão econômica, ela tem uma dimensão política. O movimento de produção no capitalismo também influencia nas relações de produção e reprodução da vida, seus espaços de sociabilidade e seus interesses. No entanto, reside em si o potencial da classe explorada ter consciência de sua exploração. A dimensão política da classe se define a partir da consciência de classe, que se forma na luta entre classes sociais. Essa noção aparece nos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, ao trabalhar a análise da transformação das sociedades modernas pela burguesia em conflito com a nobreza feudal:

[...] os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.³⁹

Marx identifica diferentes níveis de consciência ao trabalhar com categorias como “classe em si” e “classe para si”, o salto no qual, além de identificar condições econômicas e interesses comuns contra o capital, a classe trabalhadora empreende uma luta política contra outra classe. Sem utilizar essas expressões, essas diferenças também aparecem em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ao estudar o papel do campesinato, Marx afirma que os camponeses formavam uma classe pelas suas condições de existência comuns, ao mesmo tempo em que não eram uma classe politicamente organizada e articulada nacionalmente. A partir da análise da dimensão política da classe, é possível estudar as formas de organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária.

Como foi apontado, a História Global do Trabalho propõe-se a pensar um novo conceito de classe e um aparato teórico-conceitual que abarque suas diversas expressões teóricas. Linden, como importante formulador desta proposta, debruçou-se sobre esta tarefa, tendo em mente também a preocupação de encontrar o ponto comum entre

³⁸ MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013, p.81-117, p.90. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf>

³⁹MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. APUD MATTOS, M. E. P. *Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 61.

diferentes formas de trabalho. Para ele, Marx teria afirmado que a força de trabalho só poderia se transformar em mercadoria de forma “verdadeiramente capitalista” ao se tornar assalariado livre, tendo com isso deixado subentendido que a relação de trabalho central é a assalariada. Seria a partir deste referencial que se estabeleceriam as análises das demais formas de relações de trabalho, assim como de outras classes sociais. Conclui que Marx veria a escravidão como uma forma atrasada que tenderia a acabar com o surgimento do capitalismo e que a distinção entre trabalho livre e escravo dependeria da força de trabalho ter sido vendida por período definido ou permanente. A partir disso, avança para uma compreensão que difere de Marx, de que existiria um portador e um possuidor da força de trabalho, para explicar casos em que o trabalhador é forçado por outro a trabalhar, como trabalho infantil, ou casos nos quais escravos são “alugados” por seus senhores. Linden não trabalha apenas com a noção de venda da força de trabalho, mas de aluguel. Para ele, o trabalho assalariado seria baseado em um contrato de aluguel, enquanto a escravidão constituiria de fato a venda. O conceito de classe para Linden parte dessas premissas:

Indiscutivelmente, temos necessidade de uma nova conceituação do proletariado que seja baseada mais na inclusão do que na exclusão. Este trabalho conceitual pode ser obtido por dois caminhos. Uma opção é excluir a ideia de “anomalias” e considerar todas as formas orientadas para o mercado do trabalho (incluindo o trabalho não-livre) como variações do capital trabalho. Esta é a posição defendida por Jairus Banaji e Rakesh Bhandari. Isto implica compreender que as diferenças entre escravos, meeiros e assalariados são apenas de natureza de grau, uma vez que todos esses trabalham para o capital por imposições de tipo econômico e não econômico (...). Outra opção é ampliar o conceito de proletariado para incluir todas as formas de trabalho mercantilizado. Desta perspectiva, o proletariado seria constituído por todos os portadores de força de trabalho que a vendem ou alugam aos empregadores (incluindo indivíduos, corporações e instituições) em razão de imposições econômicas ou não econômicas, independentemente se são esses portadores mesmos que vendem ou alugam sua própria força de trabalho; e independentemente se este portador possui seus meios de produção. Obviamente, todos os aspectos desta provisória definição requerem maior reflexão. No entanto, esta demarcação conceitual indica uma base comum a todos os trabalhadores subalternos: a coerção à mercantilização de sua força de trabalho.⁴⁰

Linden percebe que, em diversas partes do globo, as fronteiras entre diferentes tipos de trabalho se apresentam de forma fluida. Um elemento que poderia ser comum a essas formas é a relação de subordinação e exploração do trabalho. A classe seria caracterizada pela mercadorização compulsória da força de trabalho, por isso opta pelo

⁴⁰ VAN DER LINDEN, M. Proletariado: conceito e polêmicos. *Revista Outubro*, nº 21, 2º semestre de 2013, p.55-79, p.73-74. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_02.pdf>

termo “classes subalternas”. O conceito de trabalhadores subalternos por ele utilizado vem para questionar o trabalho assalariado como dominante no terceiro mundo e mesmo na Europa. O emprego deste conceito remete à produção indiana e seus estudos sobre trabalhadores camponeses.⁴¹

Também se coloca a questão de quais seriam as diferenças internas entre essas classes subalternas. Para respondê-la, Linden retoma dimensões clássicas do processo de produção, acrescentando outros elementos: é preciso compreender a relação entre o trabalhador subalterno e a força de trabalho, os meios de produção, o processo de trabalho, com a sua família, com seu empregador fora do processo produtivo imediato e com outros trabalhadores subalternos na relação de trabalho. Com essas diferentes e complexas dimensões, seria possível pensar variações na posição de classe.⁴²

É perceptível que, para o autor, o aspecto que importa é o de subsunção do trabalho ao capital, fator que seria comum aos diferentes tipos de relações de trabalho. Tanto sua tipologia, quanto projetos desenvolvidos – como o Colaboratório – se restringem ao aspecto econômico, sem se preocupar com a luta de classes e o processo de consciência.

Mas o trabalho de Linden tem pontos positivos a se destacar. O primeiro é uma ressalva de que se trata de formulações iniciais, cuja maior contribuição é atentar para a necessidade de repensar o trabalho, principalmente em etapas de transição e fluidez, mais do que dar respostas imediatas e efetivas sobre tais estudos. O segundo é o resgate da crítica feminista à forma como o trabalho doméstico tem sido até então encarado, ressaltando o seu aspecto enquanto trabalho não pago, e pensar qual é o papel que desempenha entre os membros da família, ou enquanto relação de trabalho.

Não se tem o objetivo de afirmar que o conceito de classe social é estático, que não pode ser repensado de acordo com a realidade hodierna ou com as mudanças no capitalismo, desde a sua formulação por Marx. O materialismo histórico dialético, no dizer de Engels, é um “guia para o estudo”, não um conceito ao qual possamos enquadrar a realidade de forma mecânica. O movimento histórico e a luta de classes são dois fatores essenciais ao dinamismo da teoria. Não é um problema pensar em um conceito de classe social ampliado que dê conta da diversidade da classe, mas não é possível desconsiderar a complexidade da sua dimensão política. Nesse sentido, é interessante voltar o olhar para outros pensadores que se debruçaram sobre o tema.

⁴¹ Idem, 73-4.

⁴² Idem, p.73-4.

Mattos analisa o conceito de classe trabalhadora sob a luz do materialismo histórico e dialético, tanto para entender a natureza da classe trabalhadora hoje, empregada pelo capital em sua reprodução ampliada, quanto para pensar o processo de formação da classe no Brasil. Para compreender esses momentos, aposta na ampliação do conceito de classe tendo por base o processo de mercadorização da força de trabalho, mas sem deixar de considerar as dimensões do plano de consciência coletiva entre diferentes grupos de trabalhadores. Em sua avaliação, um ponto de partida poderia ser o próprio conceito de trabalhadores subalternos de Linden. O termo “subalternos”, utilizado pela historiografia indiana, tem sua origem em Gramsci, apesar de ser usado para se referir a toda população que é subordinada, seja por classe, casta ou gênero. Enquanto que, para Gramsci, “classes subalternas” é um conceito que teria sido utilizado tanto para estudar a frente única entre operários e camponeses; para discutir as mudanças na consciência de classe em associação ao conceito de “massas populares”, quanto para entender as formas de organização dos movimentos conduzidos por essas classes, podendo ser “espontâneos” ou “organizados”. O leque que se abre a partir de Gramsci é o que possibilitaria estudar essas classes subalternas em sua formação e seu desenvolvimento (no caso do Brasil, avançando em estudos sobre trabalhadores escravizados e livres, por exemplo), mas também levando em conta sua consciência e formas organizativas e como isso se relaciona com seu lugar na produção, na subsunção do trabalho ao capital.⁴³

Já Palmer compreende que o ponto central que interliga as diferentes experiências e relações de trabalho, desde o surgimento do capitalismo, é a expropriação – que, apesar das diferentes experiências, permitiria uma atuação comum entre os trabalhadores. Para o autor, ser da classe trabalhadora ao longo da história tem sido sinônimo de ser precarizado. O fenômeno da acumulação primitiva reforça isso, a precarização está na base do surgimento e da manutenção do capitalismo. Este debate surge de uma preocupação com a crise que se abateu sobre o movimento sindical nos Estados Unidos e a crescente precarização das relações de trabalho. Mas também é uma resposta às formulações que entendem o setor precarizado da classe trabalhadora como uma nova classe, das quais discorda frontalmente.⁴⁴

⁴³ MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013, p.81-117, p.111-113. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf>

⁴⁴ PALMER, Bryan, “Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization”. *Socialist Register* 2014, n. 50, Toronto, 2013, p.46-57.

Nesse sentido, Palmer se aproxima também da contribuição de Antunes, que se contrapõe às teses do fim do trabalho e da centralidade do trabalho, tentando refletir sobre a diversidade de formas que o trabalho assalariado assume no movimento de reestruturação do capital. Para Antunes, o aspecto que se sobressai na ampliação do conceito é o seu caráter assalariado. Por isso, propõe o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”, que compreende tanto trabalhadores estáveis, do setor de serviços, quanto terceirizados, trabalhadores temporários, trabalhadores rurais, ou seja, todos aqueles que vendem sua força de trabalho para se manter.⁴⁵

Longe de apontar resoluções, os debates destacados têm o intuito de mostrar a complexidade do tema, aqui abordado de forma sucinta. Apesar das tentativas de reformulação do conceito, por vezes com ênfase em um determinado aspecto do que caracterizaria a classe trabalhadora, é mister avançar em tal reflexão.

Sindicatos e greves

O termo “sindicato” tem diferentes definições, mas gira em torno do aspecto de ser uma forma de organização dos trabalhadores na proteção de seus interesses. Linden chama a atenção de que a definição está aliada à compreensão de quem são esses trabalhadores, quais seus interesses, se isso engloba organizações sindicais oficialmente reconhecidas, ou não.⁴⁶

Linden desmistifica a ideia comum de que os sindicatos são organizações do século XVIII ou início do XIX, apontando referências bem anteriores de formas de articulação dos trabalhadores que remontam ao século XIV, assim como a possibilidade de ser uma forma organizativa herdeira de um associativismo anterior.⁴⁷ Isto se aplica ao caso brasileiro: Mattos destaca que trabalhadores escravizados e livres compartilharam experiências de trabalho e de vida, mas também de formas de mobilização e associação. Era vedada aos escravizados a associação coletiva, mas eles se organizavam por irmandades religiosas. Mesmo os trabalhadores livres de determinado ofício podiam se vincular à irmandade do santo padroeiro de sua ocupação, ou ainda a associações laicas de ajuda mútua, que podiam ser por ramo profissional.

⁴⁵ ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003, p.70.

⁴⁶ LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma História Global do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

⁴⁷ Idem.

Gradualmente, muitas dessas associações mutualistas passaram a assumir feições sindicais.⁴⁸

As análises sobre sindicatos na tradição clássica do marxismo merecem a nossa atenção. Apesar de Marx e Engels não terem vivenciado um período no qual os sindicatos eram organizações de massa dos trabalhadores, eles apontam elementos essenciais. Engels não apenas identificou os sindicatos como uma forma de organização que tem o papel de impedir que o preço da classe operária se reduza abaixo do seu valor, mas, a partir da compreensão de que a concorrência afeta todas as classes sociais, não só a burguesia, identificou nos sindicatos uma poderosa ferramenta para romper com a fragmentação dos trabalhadores.⁴⁹ Marx também destaca o papel didático dos sindicatos como uma forma de ação coletiva que pode fazer avançar a consciência de classe – uma organização que serviria de experiência para a construção de uma revolução social. Essa compreensão seria endossada tanto por Lênin quanto por Trotsky, ao avaliarem que o sindicato seria capaz de fazer o proletariado compreender o seu papel para a emancipação social.⁵⁰

No entanto, apesar dessa função precípua, os sindicatos poderiam prender a classe em um círculo vicioso, podendo vir a submeter o movimento à lógica do capital. As lutas sindicais são defensivas, com um caráter marcadamente econômico e, conseqüentemente, limitado – podendo tirar o foco de que o que deve ser combatido é o sistema de trabalho assalariado como um todo. De acordo com Trotsky, os sindicatos são um meio para a revolução, não um fim, e não substituem a importância da organização em um partido político.⁵¹

Dentre os instrumentos de luta dos trabalhadores no seu enfrentamento com o capital, as greves têm um papel de destaque.⁵² Lênin, ao se deparar com a frequência de greves na Rússia, coloca-se a questão sobre qual o significado das greves e qual a tarefa que os socialistas devem ter ao participar delas. Assim resume a greve: “Mas as greves, por emanarem da própria natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta

⁴⁸ MATTOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.46-7.

⁴⁹ ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.253.

⁵⁰ TEONES, F. *Novo sindicalismo no Brasil – Histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.184-192.

⁵¹ Idem.

⁵² AGUENA, P. (org). *O Marxismo e os Sindicatos – Marx, Engels, Lenin e Trotsky*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008, p.99-107.

da classe operária contra esta estrutura de sociedade”.⁵³ A greve também tem um papel didático para os trabalhadores, que compreendem a importância de sua unidade, podendo inclusive ser uma “escola de guerra” para os trabalhadores um dia conseguirem se emancipar. É alerta para o potencial das greves de fazer com que a classe trabalhadora compreenda seu lugar social, onde reside sua força, e a oposição de seus interesses com os da classe dominante – tanto em relação à burguesia, como também o papel que os governos cumprem em benefício desta.

Nesse aspecto, é possível estabelecer uma relação com a forma como Michelle Perrot compreende as greves. Para ela, as greves são uma forma de pressão e de expressão que permite olhar o conjunto das relações sociais, revelando personagens e atitudes que podem ajudar a compreender o processo da construção da classe. Nas palavras de Perrot:

Numa greve encontramos articuladas uma variedade de “instâncias” (...) Como um local de conflito, ela multiplica relações entre classes e grupos sociais, que estamos acostumados a ver confinadas nos seus compartimentos próprios. Não são apenas os trabalhadores que ela nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto à sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica.⁵⁴

As greves são fenômenos complexos que podem ter um caráter espontâneo ou terem um setor que atua enquanto direção política clara. Apesar de todas as greves serem políticas, podem ter acentuado o seu caráter econômico, atendo-se a pautas imediatas; ou político, contrapondo-se diretamente ao aparato do Estado. Podem ter ainda um teor reformista ou revolucionário, serem ofensivas ou defensivas, parciais ou gerais. Antunes destaca a importância da greve como um instrumento que permite compreender o avanço da consciência espontânea do proletariado, assim como sua limitação quando não tem uma direção, quando não se insere em um projeto de transformação radical da sociedade.⁵⁵

Por fim, é importante destacar que, apesar de ser uma forma de luta associada a trabalhadores assalariados e empreendida por sindicatos, estudos sobre trabalhadores

⁵³ LENIN, V. Sobre as greves. In: AGUENA, P. (org). *O Marxismo e os Sindicatos* – Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008, p.102

⁵⁴ PERROT, M. *Workers on strike. France, 1871-1890*. New Haven, Yale Univ. Press, 1987, p.4. *Apud*. MATTOS, Marcelo Badaró (et al). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca, 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, .

⁵⁵ ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC Paulista: As greves de 1978/1980)*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p.191-210.

escravizados, por exemplo, têm caracterizado formas de resistência coletiva ao trabalho como greves. Van der Linden faz uso desta categoria nos seus estudos sobre trabalhadores subalternos, e define as greves como: “formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores para coletivamente de trabalhar para obter reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas que digam respeito aos diretamente envolvidos e/ou a outros”.⁵⁶ Essas contribuições podem vir a trazer uma nova forma de compreensão do fenômeno e da luta de classes, principalmente na já mencionada relação entre as formas de trabalho em período de transição entre diferentes modos de produção.

Novo Sindicalismo

De acordo com Marcelo Badaró Mattos, a noção de “novo sindicalismo” se construiu tanto no discurso dos acadêmicos, quanto no dos sindicalistas, em uma relação de contraste entre os dirigentes sindicais mais “combativos”, que surgem com as mobilizações do final da década de 1970, e as direções sindicais ditas “pelegas” ou que atuaram no movimento sindical no período anterior ao golpe.⁵⁷

Essa análise teria penetrado no campo acadêmico a partir de estudos sobre as greves e práticas sindicais ditas “novas” em relação ao sindicalismo “antigo”. Esta noção estaria presente no trabalho de Francisco Weffort sobre as greves de Contagem e Osasco de 1968. Weffort teria introduzido a idéia de que as greves derivaram de uma organização de base dos trabalhadores, o que poderia ser a base para um sindicalismo não controlado pelo Estado. Em pesquisas sobre o movimento sindical no período entre 1945 e 1964, Weffort avançaria na formulação do que compreende por “sindicalismo populista” e em uma crítica à atuação dos comunistas no movimento sindical, privilegiando canais de diálogo com o Estado. Já entre os “novos sindicalistas”, a oposição teria se construído a partir da necessidade de constituir uma identidade que marcasse uma fronteira com os sindicalistas atuantes nas organizações sindicais oficiais.⁵⁸

⁵⁶ VAN DER LINDEN, M. Greves. In: VARELA, R., NORONHA, R., PEREIRA, J. (coord). *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.27

⁵⁷ Tem uma grande produção com críticas à noção de sindicalismo populista, logo não avançaremos neste debate. Para maiores informações a respeito ver: MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁵⁸ Ver: MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.55-66.

As greves que ganham destaque no cenário nacional a partir de 1978 marcaram uma nova fase no movimento de reorganização da classe trabalhadora. Esse “novo sindicalismo” seria expressão de uma série de alterações no movimento sindical brasileiro, como:

a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos nos índices reais de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc.⁵⁹

Esse movimento também se caracterizaria pela orientação classista, pela ênfase na organização por fábrica, pela crítica à estrutura sindical oficial e à CLT, a luta por autonomia e liberdade sindicais. O termo “novo sindicalismo” viria a ter ampla aceitação nos anos 1980 entre sindicalistas e estudiosos do assunto. Apesar de não ter uma precisão conceitual, as análises convergem no que diz respeito à sua importância.⁶⁰

Divisão dos capítulos

Por fim, este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro é sobre a greve de 1979. Esta greve tem um peso importante para os metalúrgicos de Niterói e na sua relação com o desenvolvimento do movimento do *novo sindicalismo* no Rio de Janeiro. Na paralisação se explicitariam as continuidades com o passado de luta dos operários navais niteroienses – enquadrados como metalúrgicos pela ditadura empresarial-militar – e se consolidaria um grupo político dirigente, que viria a assumir o sindicato e o compromisso de construção de uma Central Única dos Trabalhadores.

O segundo capítulo objetiva analisar a atuação do sindicato dos metalúrgicos de Niterói no período de crise e retomada da indústria naval. A construção naval constitui a principal atividade industrial de Niterói e tem reconhecida a sua importância econômica para o Estado do Rio de Janeiro, sendo por vezes comparada como equivalente ao que é o setor automobilístico para São Paulo. A atividade na construção naval passaria a ser ainda mais valorizada a partir da vinculação da sua retomada à extração de petróleo, movendo investimentos vultosos e sendo alvo de uma série de políticas de incentivo por parte do governo federal (especialmente no período em que Lula chega à presidência).

⁵⁹ ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991, p.11.

⁶⁰ MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, cap. 2.

Esse processo vai ter um impacto na atuação sindical dos metalúrgicos, contribuindo para uma inflexão política, assim como outros elementos conjunturais.

Por fim, o último capítulo vai se debruçar sobre a greve de 2012, uma das mais importantes da categoria depois da retomada do setor, tendo um forte caráter de rebelião de base, que indica o esgotamento político da atual diretoria do sindicato, composta pelo mesmo grupo (vinculado à Articulação Sindical) desde, pelo menos, a década de 1990. Para melhor compreender esse processo, não seria possível deixar de analisar as mudanças vivenciadas pela CUT desde o seu surgimento – relacionando, na medida do possível, com a própria trajetória do sindicato.

CAPÍTULO I

A greve de 1979 e a construção do “novo sindicalismo” no Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí

Este capítulo tem o objetivo de compreender o papel da greve de 1979 como o movimento que inaugurou o *novo sindicalismo* no Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, e o impacto que a vanguarda oriunda deste processo político viria a ter no movimento sindical do Rio de Janeiro e na consolidação da CUT. Não se tem o objetivo de explicar a história da CUT a partir deste sindicato, mas compreender as relações entre estas organizações.

No pós-1964, a organização dos trabalhadores em todo o país tinha sido fortemente abalada. A CLT já tinha fornecido ao Ministério do Trabalho todos os instrumentos necessários para intervir nas entidades sindicais. Somam-se a isso as leis do arrocho, que aboliam o direito de greve, garantiam o controle dos índices de reajuste salarial, solapavam a estabilidade dos trabalhadores com a instituição do FGTS e também o regime de previdência com a criação do INPS.⁶¹

Os primeiros anos da década de 1970 foram caracterizados pelo elevado índice de crescimento econômico. O “milagre” teve por base a recessão dos anos anteriores, que provocou a concentração de capitais em torno de grupos monopolísticos (em especial de capital estrangeiro) e do sistema financeiro; e o investimento público em grandes obras indutoras de atividades econômicas. Por outro lado, foi fruto de políticas de superexploração da força de trabalho, que aumentaram em muito o lucro do capital.⁶²

Organizados por empresas, os trabalhadores fizeram valer seus direitos em muitos momentos, com rápidas paralisações em casos de atrasos de pagamentos ou acidentes. Estas formas de organização clandestina no interior das fábricas e as experiências de lutas dos trabalhadores no período anterior ao golpe em 1964 contribuíram para a deflagração das greves que impactaram o país em 1968 e no final de 1970 – já em um momento de crise do modelo econômico, de dissidências internas no bloco de poder, e de transição lenta e gradual para a volta dos civis ao governo. Outro

⁶¹ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.78.

⁶² Idem.

fator que gerou revolta nos trabalhadores foi a descoberta da fraude salarial de 1973, empreendida por Delfim Neto, falsificando os índices da inflação no período – o que ele confirmou publicamente em 1977. Muitas campanhas foram empreendidas pelos trabalhadores pela reposição desse dinheiro, vindo a ser, inclusive, pauta de algumas greves.⁶³

Uma das primeiras greves ocorridas, e de maior destaque, se deu em São Bernardo, em 12 de maio de 1978, entre os metalúrgicos da Scania. O movimento logo se espalhou ao longo da região do ABC e do país. No Rio de Janeiro, as greves foram poucas e de curta duração, vindo a se generalizar mais a partir de 1979 – atingindo motoristas de ônibus, lixeiros, professores da rede pública, bancários, metalúrgicos do Rio de Janeiro, operários navais de Niterói, entre outros.⁶⁴

1.1 Operários navais de Niterói em greve!

A greve de 1979 deve ser entendida como parte de um processo maior de reorganização do movimento sindical e popular no período que se aproxima do final da ditadura empresarial-militar. No Rio de Janeiro, a indústria naval é uma das principais atividades econômicas, e essa paralisação teve um impacto para o movimento sindical no Estado.

Essa greve foi um grito dos operários navais contra o regime empresarial-militar em dois aspectos. Em primeiro lugar, é um questionamento à política econômica do governo, baseada no arrocho salarial, e aos planos voltados para a construção naval. Como caracterizaria Lemos, o golpe empresarial-militar em 1964 culminaria em um projeto modernizante-conservador para um regime de democracia restrita, comandado por um Executivo forte e por setores *tecnoempresariais*. No plano econômico, a meta seria a retomada da capacidade de acumulação de capital, com o enxugamento do fluxo monetário e arrocho salarial, entre outras medidas de estímulo ao capital estrangeiro e à centralização de capitais. O setor industrial receberia nova atenção e medidas seriam tomadas para aumentar sua produtividade.⁶⁵

⁶³ Idem.

⁶⁴ LADOSKY, M. H. Movimento Sindical e estratégia corporativista: A trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro. 1995. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995, p.79-89

⁶⁵ LEMOS, R.. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. MARX E O MARXISMO, v.2, n.2, jan/jul, 2014, pp.111-138.

A área da construção naval – que passava por um período de baixa produtividade, em um mercado débil e sem planejamento de encomendas – no ano de 1967 ganhou um novo impulso com a reformulação do transporte marítimo e com o Plano de Emergência, que previa a encomenda de navios para navegação de longo curso. Com tais medidas, foi restabelecida a reciprocidade no tráfego marítimo entre o Brasil e outros países, com a garantia de 40% de participação de navios nacionais nos fretes do comércio exterior, assim como foram concedidas linhas de longo curso a armadores privados, o que antes era feita pela Companhia de Navegação do Lloyd Brasileiro, uma estatal que foi desativada.⁶⁶

Dando continuidade a essa política, foi colocado em curso o I Plano de Construção Naval nos anos 1970. O plano foi elaborado a partir da análise dos problemas navais, feita por um grupo interministerial sob a supervisão do ministro João Paulo dos Reis Velloso. Este plano intencionava trazer novo dinamismo ao setor a partir das encomendas de navios para navegação de longo curso. Além de novas encomendas, foram estabelecidos decretos para facilitar a importação de equipamentos e para agilizar o funcionamento do Fundo da Marinha Mercante. Novos métodos industriais foram colocados em prática, dentre eles:

maior mecanização e automatização do processo de preparação do aço; utilização extensiva da solda; melhora considerável da capacidade de movimentação de chapas e blocos no interior dos estaleiros (pelo uso de macacos hidráulicos e guindastes); difusão e aplicação do acabamento avançado; centralização dos sistemas de planejamento e controle da execução do trabalho; e redefinição da relação entre setores e projetos e de produção.⁶⁷

O período 1972-1976 viria a consolidar a modernização do setor em sua base técnica e também no que se refere ao controle e planejamento do trabalho. De acordo com Pessanha, teria aberto margem à reestruturação produtiva sob a influência do estaleiro Ishibrás, cujo modelo teria inspiração toyotista. Os novos investimentos em equipamentos e máquinas na área, em um quadro de aumento da produtividade, tiveram por base uma política de superexploração da mão de obra também pela extensão da sua jornada de trabalho, com horas extras.⁶⁸

Em uma conjuntura internacional recessiva, o Estado atuou para compensar a queda nos investimentos privados através da sustentação dos gastos públicos. O II Plano

⁶⁶ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.59-66.

⁶⁷ Idem, p. 61

⁶⁸ Idem.

Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel tinha por objetivo reordenar as prioridades de investimento e estabilizar o país economicamente; previa também a expansão dos setores industriais de base.⁶⁹ Como parte dele foi lançado o II Plano de Construção Naval em 1974, com previsão do triplo de toneladas e de recursos financeiros que teve o I PCN. No que diz respeito à indústria naval, esse plano daria continuidade à expansão do processo de automação nos estaleiros, mas ficaria marcado pelo atraso nos prazos de construção e custos, que superaram em muito o orçamento inicial.⁷⁰ Mesmo com esses problemas, no final da década de 1970 o setor tinha sua importância econômica reconhecida nacionalmente e estava em euforia, apesar de alguns empresários estarem alertas para o cenário de crise internacional que viria a se abater na produção ao longo da década seguinte. Segundo Pessanha, a divisão do setor empresarial sobre os limites que deveriam ou não ter a intervenção estatal na área impossibilitou o lançamento do III PCN.⁷¹

Em 1979, a crise afetou o Brasil e os principais armadores foram atingidos – Petrobras, Vale do Rio Doce, entre outros. O governo abandonou a participação direta no financiamento de navios, com o esgotamento do fundo da Marinha Mercante. Os estaleiros recorreram a bancos nacionais e estrangeiros, dos quais receberiam recursos que viriam a ser pagos pela Superintendência de Marinha Mercante (SUNAMAM), e a qual posteriormente ressarciriam.⁷²

A greve se deu durante o desenvolvimento do II Plano da Construção Naval, que fortaleceu a produtividade no setor com a sobrecarga dos trabalhadores. O descontentamento com a política econômica do governo também está presente nas sucessivas campanhas salariais realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói ao longo de 1978, incorporando o valor roubado por Delfim Neto em 1973.

O segundo aspecto de contestação ao governo militar está relacionado à principal demanda da greve, que era a recuperação dos direitos perdidos na época em que eram operários navais. O Sindicato dos Operários Navais, sediado em Niterói,

⁶⁹ MENDONÇA, S. FONTES, V. *História do Brasil Recente, 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 2004, p.57-65.

⁷⁰ BARAT, J.; CAMPOS NETO, C. A. S.; De PAULA, J. M. P. Visão econômica da implantação da indústria naval no Brasil: aprendendo com os erros do passado. In: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, pp.31-68.

⁷¹ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.62-67.

⁷² Idem.

organizava os trabalhadores de construção e reparo naval na Baía de Guanabara e na Baía de Jacuecanga, em Angra dos Reis. Ao longo da década de 1950, quando trabalhadores de todo o país entraram em greve por melhores salários, mas também por melhores condições de vida e de trabalho, essa categoria travou lutas que resultaram em muitas conquistas e em um saldo organizativo com espaços efetivos de debate com a base, como, por exemplo, os conselhos sindicais e “as praças de liberdade sindical” – que eram espaços de discussão política nos estaleiros.⁷³

Das suas vitórias, vale mencionar a equiparação do salário pago pelos estaleiros privados, com o que era pago pelos estaleiros autárquicos, em 1957. Assim como o Contrato Coletivo de Trabalho de 1963, que garantiu: um quadro de carreiras, taxa de insalubridade de 35% do salário base, hora-extra de 100% da hora normal, limitação da jornada de trabalho em domingos e feriados a oito horas, abolição do trabalho normal no sábado, jornada de trabalho de 40 horas semanais e férias de trinta dias. Tamanho era seu prestígio, que o período entre 1953 e 1963 ficou conhecido como a “época dos operários navais”.⁷⁴

Em julho de 1964, o Ministério do Trabalho alterou o enquadramento sindical dos operários da construção naval para a categoria profissional de “metalúrgicos”. Os trabalhadores de empresas de navegação e dos estaleiros de reparo continuaram enquadrados como “operários navais”. Esses trabalhadores, que já tinham sofrido com prisões e torturas, viram-se fragmentados em diversas entidades sindicais municipais e tiveram seus direitos retirados, como os estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho de 1963.⁷⁵

Os operários navais de Niterói vieram a se filiar, a partir de 1974-75, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, mas não sem resistência ao reenquadramento. O então Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói abrangia os trabalhadores de pequenas firmas de metalurgia e foi impactado com a entrada dos operários navais, que futuramente chegariam à sua direção. Parte dos operários navais da Baía de Guanabara filiou-se ao

⁷³ BARSTED, D. L. *Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.11-31, p.124.

⁷⁴ PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012, p.50-57.

⁷⁵ Idem.

Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, um sindicato maior, que não foi tão afetado pelo ingresso desses trabalhadores.

O reenquadramento sindical foi uma medida eficaz para quebrar o poder de organização desses operários. Nas palavras de uma das principais lideranças sindicais do Rio de Janeiro, Abdias dos Santos:

Só que no início esse sindicato [dos metalúrgicos de Niterói] teve uma dificuldade muito grande porque o enquadramento sindical desta categoria levou mais de 6 anos para ser normalizado. Foi um processo demorado e durante muito tempo os trabalhadores dos estaleiros... Eles foram desenquadrados do sindicato dos operários navais, mas não tiveram imediatamente o enquadramento ao sindicato dos metalúrgicos. Então ficou uma categoria flutuante, em determinadas questões iam para os operários navais e não eram atendidos, porque foram desenquadrados. E este sindicato não representava eles porque ainda não tinha saído o novo enquadramento. Eles foram jogados como metalúrgicos, mas não se enquadraram no décimo quarto grupo que esse sindicato representava. Então essa categoria ficou bastante dispersa durante uns 6 a 8 anos.⁷⁶

A pauta principal da greve reivindicava todos os direitos perdidos no Contrato Coletivo de Trabalho de 1963, dando especial ênfase ao quadro de carreiras e à estabilidade no emprego. Esses trabalhadores disseram, com isso, que não importava o enquadramento imposto pelo governo; poderiam estar filiados ao sindicato dos metalúrgicos, mas eram operários navais que se lembravam de suas conquistas, de seus direitos e iriam lutar para recuperá-los. Não foi por acaso que muitas assembleias da greve de 1979 foram feitas no Sindicato dos Operários Navais. Mesmo as que foram realizadas no Campo do Vienense seguiram posteriormente para a sede desse sindicato. Segundo o relato de um metalúrgico cujo pai também foi operário naval:

Só que dali [do Campo do Vienense], nós fomos marchando até o Operário Naval, que na verdade era a nossa casa, é o nosso verdadeiro sindicato. Até hoje... Até hoje eu tinha vontade de fazer essa junção novamente. Entendeu? Ali é a nossa casa. Ali nós fomos marchando até o Operário Naval. (...) Então, a partir desse dia, todas as assembleias passaram a ser no Operário Naval. Porque era uma questão de honra. Porque o Operário Naval foi invadido pela polícia. Prenderam lá os dirigentes sindicais. E o meu pai foi preso ali dentro. Meu pai quando foi preso estava ali dentro. (...) Então essa greve de 1979, nós fomos pra lá. Nós fomos pra lá. E ali, né... E ali nós estávamos dizendo pra ditadura, na verdade: “Aí, tá vendo? Não adianta. Não adianta matar... Matar a gente. Não adianta prender a gente. Nós somos trabalhadores. Somos nós que produzimos. Você mata um, nasce outro. Vai acabar com o sindicalista, vai vir outro. Não adianta. Nós vamos derrubar vocês”.⁷⁷

⁷⁶ SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida a AMORJ.

⁷⁷ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Outro ponto que vincula a greve ao passado dos operários navais é o papel que a geração de militantes mais velhos cumpriu para sua existência. Em termos da atuação da diretoria sindical o ano de 1978 teria sido marcado pelo esvaziamento do sindicato, seu afastamento das bases e a reeleição da diretoria presidida pelo interventor José Moreira dos Santos, à frente deste sindicato desde 1972. Mas nos estaleiros estava em curso um trabalho clandestino de mobilização, com formação política, impulsionado principalmente por antigos militantes do PCB que tinham participado das lutas dos operários navais.⁷⁸

Segundo relatos de Constâncio Felippo, é possível traçar a existência desse trabalho desde 1968, quando ele menciona, inclusive, pequenas paralisações.⁷⁹ Mas um dos militantes mais antigos na categoria, que pudemos entrevistar, só acompanhou esse processo a partir de 1974. Segundo esse depoimento, todos os estaleiros de Niterói tinham grupos que se reuniam clandestinamente e tinham ligação entre si em reuniões gerais, que aconteciam ora na praça do Barreto, ora na praça São João ou, ainda, nas barcas. Desde então já tinham claro o seu perfil de oposição à diretoria do Sindicato. Nas palavras do trabalhador:

Eu sou metalúrgico desde 1974 e comecei com 18 anos na antiga Inconav, onde hoje é situada a STX (...) E ali eu conheci um grupo de companheiros, grandes companheiros né... Que faziam reuniões na hora do almoço, na carreira. Né e... Essas reuniões eram reuniões clandestinas, é... Não era aberta, geral... Era uma reunião bem assim... A nível de pessoas convidadas, trabalhadores convidados e sempre mudando de lugar, porque naquela época era muito complicado. Naquela época não se podia né... A pessoa era até demitida por justa causa. Então um desses companheiros... O saudoso companheiro que já faleceu... Nabor... Me convidou. Eu fui e dali não parei mais. Dali fui, fiz parte né... Do grupo de... desse grupo que se reunia lá. É... Saí dali, quando eu saí de lá é... Fui para o Mac Laren, saí da Inconav e fui pro Mac Laren é... Já para trabalhar como profissional, pra ganhar três vezes mais... Mas já fui indicado pra participar de um outro grupo na Mac Laren né... E esse grupo na MacLaren era liderado pelo Edivaldo, que era um camarada do PCB. Grande camarada, nunca mais eu vi. Tinha uma admiração por ele incrível... Uma liderança dinâmica... E por Abdias, que veio ser presidente do sindicato nos anos 1980 né... E... Eu era considerado caçulinha né... Do grupo... Porque a idade deles na época era mais ou menos como a meia idade hoje e... Eu, jovem, já... Eles gostavam muito de mim por isso. Me aturavam muito né... Queria saber tudo, perguntava tudo... Não tinha ainda aquela disciplina de... De militante, de um companheiro experiente. E queria saber de tudo e perguntava... E na hora da assembléia... Acabava tomando decisões da minha própria cabeça. Não tinha nenhuma disciplina. Mas eu guardo... Eu guardo tudo isso na minha memória. Uma lembrança incrível mesmo... Muito bom. Mais tarde foi formada uma oposição né. E...

⁷⁸ Trabalhador 5. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

⁷⁹ GOMES, A. (org). *A Época dos Operários Navais*. Niterói, 1999, p.99. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf>

Todos os estaleiros de Niterói tinham grupos que se reuniam clandestino... Fui saber depois né... E que esses grupos tinham.... Se ligavam... Eles tinham é... uma ligação... eles tinham é... A gente se reunia algumas vezes na praça do Barreto, outras vezes assim, se reunia assim na praça São João... Nas barcas... É... com pessoas de outros grupos, de outros estaleiros para discutir a discussão de cada estaleiro né... E foi formado uma... Um grupo mesmo como oposição.⁸⁰

O ano de 1979 começou com uma campanha salarial em 9 de fevereiro e a perspectiva da diretoria do sindicato era de assinar novo acordo salarial com a patronal. Os metalúrgicos também reivindicavam a criação de um plano de carreira nas empresas com três categorias básicas e moções por mérito e antiguidade, assim como estabilidade no emprego, 40h semanais e autorização para eleger delegados sindicais nos locais de trabalho. Foram feitas diversas reuniões de negociação com a patronal e foi dado um alerta da possibilidade de greve aos empresários. No dia 17 de abril, de três mil metalúrgicos (segundo o jornal) a 8 mil metalúrgicos (segundo o relato de Santos e Rocha), reunidos em assembleia na sede do Sindicato dos Operários Navais de Niterói, deflagraram greve. Antes da realização da assembleia, o presidente do Sindicato, José Moreira dos Santos, já estimava que esta deveria ser a maior em 15 anos. Segundo ele, as reivindicações da categoria consistiriam em direitos concedidos em 1963, mas que foram retirados em acordos subsequentes quando o sindicato permaneceu sob intervenção do Ministério do Trabalho.⁸¹

De acordo com um depoimento citado por Pessanha, a diretoria do sindicato, contrária à greve, não tinha controle sobre o movimento crescente nos estaleiros. A paralisação foi aclamada pelas bases:

O presidente da época ocupava-se pouco de assembleia, quase não ia à porta da fábrica... O acordo era feito ali mesmo, entre ele e o patrão. E quando convocava a assembleia... Já tinha aquele programa assim, todo ali estruturado, as lutas... (...) Aí, de repente, deu condições de começar a aparecer, assim, uns ativistas, entendeu? E já começou a minar isso daí, já começou a forçar a ir pra porta de fábrica... Reunião dentro da fábrica. Os caras começaram a agitar isso (...) começaram a questionar. Até chegar um ponto que quando chegou a campanha eleitoral não teve mais jeito, não, aliás antes da campanha eleitoral... Foi a primeira greve que nós tivemos aqui. E essa greve só saiu realmente porque tinha um grupo ali... Coeso mesmo, que forçou sair a greve, porque pela diretoria do Sindicato essa greve não ia sair

⁸⁰ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

⁸¹ Metalúrgicos ameaçam com greve pelo acordo no RJ. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 15 e 16 de abr. de 1979. O Trabalho, p.2

mesmo. Ele começou a puxar areia, entendeu? Mas, quando chegou um tempo, a assembleia cheia, já não teve mais como segurar...⁸²

A greve teve duração de onze dias, vindo a terminar no dia 27 de abril de 1979. Os trabalhadores fizeram assembleias diárias e piquetes ao longo de todo o movimento de paralisação. No primeiro dia de greve quase que a totalidade dos treze mil operários das categorias de produção da indústria naval – chapeadores, soldadores, maçariqueiros, torneiros mecânicos, eletricitas, ajustadores, carpinteiros navais, isoladores térmicos, encanadores, pintores e operários dos serviços de conservação – cruzaram os braços nos estaleiros CCN-Mauá, Renave, Ebin, CEC, Metalnave, Enave e Mac Laren. A adesão foi de 100%. Para se ter uma ideia do nível de mobilização, desses treze mil, apenas quatro mil eram filiados ao sindicato. Comissões distribuía formulários de filiação para os não-sindicalizados. A pauta de reivindicações era: plano de carreira, piso salarial entre Cr\$4.680,00 e Cr\$13.000,00, semana de 40h de trabalho, pagamento de insalubridade na base de 35%, hora extra na base de 100% e a criação de comissões sindicais nas empresas.⁸³

Segundo o jornal *O Fluminense*, às 6h da manhã do dia 17 o movimento era forte na porta dos estaleiros, com presença policial desde o início. Os piquetes não só contribuíram para impedir que fura-greves entrassem nos estaleiros, mas também orientavam os trabalhadores para os próximos passos, no caso: dirigir-se à sede do sindicato dos operários navais, onde assinariam o ponto, receberiam informações sobre a greve e se reuniriam em assembleia. Muitos dos trabalhadores que compareciam ao estaleiro o faziam mais pela curiosidade, para ver o movimento, do que pela intenção de burlá-lo.⁸⁴ Nas empresas ficaram as pessoas responsáveis pela segurança e manutenção. Cartazes foram colados em postes e paredes próximas às entradas dos sindicatos convocando para a assembleia.

Aparentemente, trabalhadores vinculados a empreiteiras também teriam participado ou acompanhado o processo de greve. O advogado do sindicato declarou ao jornal que estava atendendo esses operários que disseram estar sem carteira assinada e

⁸² Um montador chapeador, 30 anos. Depoimento citado em: PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012, p.182

⁸³ Metalúrgicos – Greve continua. Não houve acordo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 18 de abr. de 1979, O Estado, p.3

⁸⁴ SANTOS, A. J. CHAVES, E. R. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p.59.

ter sido descontado do salário o uniforme necessário para trabalhar – botas, capacete, enfim, equipamentos de segurança do trabalhador.⁸⁵

Cartazes estavam estendidos na porta e no interior da sede do sindicato dos operários navais, com os dizeres “Metalúrgicos em greve em Niterói pedem o apoio da população”, “Greve, a nossa arma”, “Por liberdade de organização e manifestação para os trabalhadores e o povo”. Mesas foram distribuídas em todo o salão, com papel para os trabalhadores assinarem o ponto. No palco, comissões atendiam os operários e a imprensa enquanto os trabalhadores reunidos discutiam o que fazer no salão. A assembleia deliberou que quem assinaria os documentos do sindicato seria o comando de greve e que apenas o presidente do sindicato se pronunciaria na imprensa.⁸⁶ Além de eleger um comando de greve com dois representantes de cada empresa, foram instituídas uma comissão de segurança, para cuidar dos piquetes; uma comissão de finanças, para organizar o fundo de greve; e uma comissão de propaganda, para facilitar a comunicação do comando de greve com a categoria.⁸⁷

Desde o início, as negociações deram-se na Delegacia Regional do Trabalho. A comissão de negociação dos metalúrgicos era composta por doze trabalhadores. Os representantes da patronal – Julio Lobo, então presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval e Ecelberto de Albuquerque, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas – não compareceram à primeira reunião.⁸⁸

A pressão sobre os trabalhadores aumentava a cada dia. Três operários foram demitidos por causa da greve, no terceiro dia de paralisação. Também houve denúncias de que um carro teria avançado contra os operários do piquete na porta do estaleiro Ebin. Em frente aos Correios, caminhões da PM, ônibus e Kombis teriam transportado os trabalhadores para o estaleiro Mauá, enquanto funcionários do estaleiro tentavam convencer os trabalhadores a furarem a greve.⁸⁹ No entanto, contaram com a solidariedade não só dos que enviaram moções de apoio à greve e doações, mas também

⁸⁵ Metalúrgicos – Greve continua. Não houve acordo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 18 de abr. de 1979, O Estado, p.3

⁸⁶ Metalúrgicos – Greve continua. Não houve acordo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 18 de abr. de 1979, O Estado, p.3

⁸⁷ SANTOS, A. J. CHAVES, E. R. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p.66-68.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Aliciadores tentam conduzir trabalhadores para estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 20 de abr. 1979, O Estado, p.3

com uma greve em que seis mil trabalhadores de estaleiros de Angra dos Reis paralisaram em apoio e, a partir do exemplo, pedindo aumento salarial de 80%.⁹⁰

Nesse mesmo dia, os patrões ofereceram a seguinte proposta de acordo: a formação de uma comissão paritária para estudar, a partir de julho, o quadro de carreira; piso de Cr\$11.747,00 para a 1ª categoria profissional, Cr\$9.910,00 para a 2ª e Cr\$7.282,00 para a 3ª; abono de 40% sobre o índice oficial do governo para outubro, vigorando a partir de setembro; licença de 60 dias para gestantes a partir do parto; e reajuste para as categorias especiais de mestre e contramestre em Cr\$16.228,00.⁹¹

A proposta foi feita em assembleia, no dia seguinte, com os trabalhadores, e houve acordo em aceitá-la. Teria uma nova reunião na DRT para selar a negociação. Quando os trabalhadores chegaram lá, os empresários estavam reunidos com o delegado do trabalho. Horas depois, quando começou de fato a reunião de negociação com a presença dos representantes dos trabalhadores, estes foram informados de que a diretoria do sindicato estava retirando a proposta feita, voltando atrás no acordo firmado quanto ao reajuste, na readmissão dos quatro trabalhadores demitidos do Mauá e da Trefilan e em relação à promessa de discutir a criação do plano de carreira a partir de junho. A nova proposta patronal ofereceu reajustes de 12% e 20%, escalonados, e a concessão de um abono para meados do ano, compensado no dissídio coletivo da classe. O reajuste passaria a vigorar a partir de primeiro de março, mas sobre o reajuste do ano de 1978 que, de acordo com os trabalhadores, estaria defasado.⁹²

Segundo Abdias, isso teria sido uma manobra dos empresários para enfraquecer o movimento. Era uma sexta-feira e jornais publicaram exaustivamente o fim da greve, o que poderia servir para confundir os trabalhadores e desmobilizá-los. Ainda teria, na sexta, uma última assembleia para confirmar o acordo e terminar a greve depois do retorno dos representantes sindicais da reunião no DRT, o que não ocorreu. Muitos metalúrgicos teriam passado a noite na sede do sindicato dos operários navais, onde seria realizada a assembleia, aguardando notícias. A assembleia só veio a acontecer no sábado de manhã; nela, os trabalhadores decidiram continuar em greve e reforçar os

⁹⁰ Seis mil operários de Angra também ameaçam aderir à greve. . **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 19 de abr. 1979, O Estado, p.3

⁹¹ Metalúrgicos podem acabar greve hoje. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 20 de abr. 1979, Geral, p.2

⁹² Sem acordo, greve vai continuar. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 21 de abr. 1979, O Estado, p.3

piquetes nos estaleiros a partir de segunda-feira.⁹³ O movimento recebeu notas de solidariedade de outros sindicatos, movimentos sociais e parlamentares. Os trabalhadores organizaram um fundo de greve para se manterem e solicitaram apoio também a partir da doação de remédios e alimentos.

Os patrões resolveram endurecer ainda mais a sua postura – e declararam que a negociação estaria encerrada, depois de ter sua última proposta recusada em assembleia, no dia 23 (segunda-feira).⁹⁴ O impasse criado é tal, que três diretores do SINAVAL – dentre eles o presidente do sindicato patronal, Julio Teles Lobo – foram a Brasília, no dia 24, para tratar da greve dos metalúrgicos de Niterói com ministros da área econômica e com Elizeu Rezende, ministro de Transportes.⁹⁵

A mobilização dos trabalhadores se manteve, apesar das pressões dos empregadores – houve denúncias, em assembleia, de que um dos diretores da Renave, por ser militar, teria enviado trabalhadores para os estaleiros, a partir do Arsenal de Marinha – e mesmo de sindicalistas, como Francisco Dal Prá, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio, que compareceu em assembleia no dia 25, para dizer que se não acabassem com a greve, iriam sofrer com a demissão em massa.⁹⁶

Com a continuidade das negociações nas reuniões da DRT, oito mil trabalhadores, reunidos em assembleia no dia 27, aceitaram a proposta que estabeleceu: aumento com índices entre 50% e 69%; piso salarial de Cr\$3.000,00; adicional de insalubridade calculado sobre o piso salarial de Cr\$3.000,00; abono de 40% do índice que for decretado em 01 de novembro; desconto dos dias de greve em novembro e dezembro, após o recebimento do abono, e a criação de uma comissão paritária entre patrões e empregados para discutir, a partir de junho/julho de 1979, as demais reivindicações, entre elas o quadro de carreira.⁹⁷

O então presidente do sindicato, José Moreira, depois de assinado o acordo, pegou o megafone e declarou:

⁹³ SANTOS, Abdias; ROCHA, Ercy. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.73-76.

⁹⁴ Metalúrgicos dizem que o próximo passo é do patrão. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 25 de abr. 1979, O Estado, p.3

⁹⁵ Construção Naval manda emissários a Brasília. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 25 de abr. 1979, O Estado

⁹⁶ Greve deve continuar até o julgamento do dissídio. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 26 de abr. 1979, O Estado, p.3

⁹⁷ Vitória: Metalúrgicos aprovam acordo e voltam ao trabalho 2ª feira. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 28 de abr. 1979, O Estado, p.3

O que trago não era proposta de patrão, pois a proposta do patrão era nenhuma. O que trago é um acordo arrancado com muita dificuldade e depois de muitos dias de horas de sono perdidas, sem almoço e sem jantar. É o resultado das conversas que forçamos com os patrões depois de sentá-los para discutir conosco. É pouco, mas foi o que conseguimos; foi o princípio e consideramos uma vitória, uma vitória depois de 15 anos. Essa proposta não nos está sendo imposta; nós a arrancamos, mas para tal tivemos que parar. Garantimos, pela primeira vez, em 15 anos, uma convenção coletiva de trabalhadores. Vamos voltar fortalecidos para acabar com o trabalho escravo; para acabar com as empreiteiras nos estaleiros.⁹⁸

Em sua avaliação, o presidente também disse que os trabalhadores exerceram sua maturidade e entenderam o ponto de encerrar a greve. O balanço feito por ele não foi compartilhado pela categoria. Diversos trabalhadores, depois do retorno ao trabalho, manifestaram sua insatisfação com o atendimento de suas reivindicações e se disseram prontos para outro movimento.⁹⁹

A diretoria do Sindicato estava sob o controle do interventor do Ministério do Trabalho, José Moreira dos Santos. Mas ele, como responsável pelo sindicato, cumpriu o papel de intermediador das reivindicações da categoria durante todo o processo, respeitando o que tinha sido deliberado em assembleia e se submetendo ao comando da categoria. Ele era visto com desconfiança por muitos trabalhadores, mas estabeleceu relações com alguns antigos operários navais que estavam voltando a fazer um trabalho de base nos estaleiros.¹⁰⁰ Chegou a ceder uma sala, no sindicato, para a oposição – e em outros momentos ele também teve uma atuação interessante, de buscar reunir os trabalhadores vinculados às empreiteiras para recolher denúncias de irregularidades, com a perspectiva de trazê-los para o sindicato. Ele foi colocado à direção do sindicato para conter a mobilização dos trabalhadores, mas tentou trabalhar com um setor da oposição em alguns momentos, como é citado nos depoimentos, e abriu espaço para que a oposição participasse mais ativamente da direção da greve. Tanto que no balanço feito por Abdias e Ercy, desse processo, eles reforçam que os trabalhadores usaram seu sindicato como instrumento de luta, participando ativamente do processo e sem tentar fazer conchavos com os patrões. Por vezes, a relação entre oposição e situação, e o papel de um interventor podem ser mais complexos do que aparentam.

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Metalúrgicos: Operários voltaram ontem aos estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 02 mai. 1979, Geral, p.2

¹⁰⁰ No depoimento de Rosalvo Constâncio Felipe, ele menciona inclusive que chegou a participar da diretoria de José Moreira em 1974 como conselheiro fiscal. Na época, Rosalvo era militante do PCB. GOMES, A. (org). *A Época dos Operários Navais*. Niterói, 1999. Disponível em:

<http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf>

Como já explicitamos, a greve foi herdeira da mobilização dos operários em cada estaleiro, dos debates clandestinos, tendo existido todo um trabalho prévio que foi fundamental para que essa categoria clamasse pela paralisação em 1979. Os trabalhadores também retomaram a tradição de lutas dos operários navais para condução desse processo.¹⁰¹

Esta greve pode ser considerada vitoriosa. Em termos de aumento salarial conseguiram um valor expressivo, acima do limite imposto pelo governo na época. Apesar disso, as principais demandas não saíram do papel, ou seja, o quadro de carreiras e a estabilidade no emprego. Em depoimentos tem destaque o fato de que, pela primeira vez, os trabalhadores conseguiram forçar os patrões a sentarem para negociar. Mesmo com toda a ofensiva do setor patronal, os trabalhadores conseguiram manter a mobilização e avançar na luta. Segundo Abdias dos Santos:

A greve de 79, ela saiu das bases. Ela foi organizada já por dentro dos estaleiros. E aqui a gente pressionou a direção do sindicato na época pra deflagrar a greve. (...) [O Sindicato] estava na mão da diretoria que já vinha... anterior... Estava na mão de José Moreira, era o presidente. E nessa época, realmente o sindicato... As bases é que pressionaram a greve. Quando estouraram as greves do ABC, aqui nos metalúrgicos a gente começou a trabalhar os companheiros e organizamos a greve dentro das empresas e quando chegamos aqui na assembleia, a diretoria do sindicato teve que promulgar a greve que os trabalhadores aclamaram. E esta greve trouxe para a categoria uma das maiores... A maior parcela de ganhos materiais, salariais, que nós já obtivemos.¹⁰²

Também é importante salientar a maior conquista dessa greve: seu saldo organizativo e também o avanço de consciência desses trabalhadores. A greve foi um embate em que a contradição entre o capital e o trabalho tornou-se mais palpável aos operários. Um momento no qual viram com clareza o papel que cumpriu o Estado ao longo do processo de condução da greve, auxiliando e se articulando com o setor empresarial.

Essa greve também formou uma nova geração de militantes. Esses trabalhadores já vinham se organizando nos estaleiros e assumiram postos importantes na condução da paralisação, integrando os comandos estabelecidos, acompanhando as reuniões de negociação. A maior parte dos trabalhadores que compuseram as comissões de

¹⁰¹SANTOS, A. J. CHAVES, E. R. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p.53.

¹⁰² SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida à AMORJ.

organização da greve era jovem, tendo sido um processo de aprendizagem. Como é o caso do trabalhador que deu este depoimento:

Em 1979 tem uma greve. Nessa greve quem dirigiu fomos nós da oposição né... Foi assim... A minha primeira participação numa greve. Eu tinha uma participação até bastante efetiva né... Porque eu liderava um grupo de companheiros que a gente fazia colagem, fazia... Colocava faixa... Fomos divididos para vários grupos né... Grupos de panfletagem, grupos de colagem... De colar cartaz, panfleto, faixa... E eu liderava esse grupo. Carregava escada no meu carro sem bagageira, amassei o teto do meu carro todinho com a escada batendo. Aquilo tudo foi muito bom. Aí nós liderávamos... Foi... Eu tive participação nas assembleias com fala...¹⁰³

A mobilização dos trabalhadores também os unificou; a partir dessa greve os operários se organizaram enquanto oposição à diretoria do sindicato. Todo esse processo possibilitou a identificação desses novos ativistas com o “novo sindicalismo” que estava estourando no resto do país, de se reivindicarem enquanto os “autênticos” representantes dos operários navais de Niterói.¹⁰⁴ Essa paralisação antecedeu a greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, e figuras importantes que participaram do processo – em especial antigos militantes do PCB – parecem ter contribuído para o movimento posterior no Rio:

E quando acabou a greve eu fui mandado embora. (...) Fui para o Rio. Fui trabalhar na Ishikawagima. E neste mesmo ano de 1979 eu participei da greve do Rio de Janeiro. Que foi a primeira greve também pós o golpe militar. Tanto Niterói como Rio de Janeiro. Participei da greve lá em 1979. De uma maneira mais moderada, orientada pelo companheiro Nabor, Lacerda, outros... Esse Edivaldo... Outros companheiros que... é uma pena estou esquecendo o nome... São companheiros que eu guardo né... No meu peito mesmo...¹⁰⁵

A greve de 1979 foi uma vitória para esses trabalhadores tão orgulhosos de sua história de lutas e também de sua força. A recusa do patronato em negociar, para vencer os trabalhadores pelo cansaço ou pela fome (os salários foram cortados), só reforçou o sentimento da categoria: de que iriam manter a greve mobilizada. A greve teve um impacto além dos estaleiros e percebemos, pelos cartazes colados nos mesmos, a tentativa de se comunicar com a cidade, pedindo apoio e defendendo a liberdade de organização¹⁰⁶. A força, a unidade e a combatividade desses trabalhadores foram tão

¹⁰³ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

¹⁰⁴ SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida a AMORJ.

¹⁰⁵ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Parte dos nomes mencionados, como o Edivaldo, é de antigos militantes do PCB.

¹⁰⁶ Os cartazes foram mencionados anteriormente no texto, então vou apenas lembrá-los: “Metalúrgicos em greve em Niterói pedem o apoio da população”, “Greve, a nossa arma”, “Por liberdade de organização e manifestação para os trabalhadores e o povo”. Disponível em: Metalúrgicos – Greve continua. Não houve acordo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 18 de abr. de 1979, O Estado, p.3

fortes, que reafirmaram para os operários a importância da luta que estava sendo travada, deixaram um sentimento de que se tivesse outra demanda, a categoria não hesitaria em paralisar.

1.2 O legado da greve

Como fruto da experiência da greve em 1979, em termos de saldo organizativo e de seu impacto na consciência dos trabalhadores, o final desse ano e o decorrer do próximo não seriam desprovidos de mobilizações. Duas questões chamam a atenção neste aspecto: a organização dos trabalhadores vinculados a empreiteiras e a organização da chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

As condições de trabalho de um metalúrgico do setor naval sempre foram muito duras, tendo que operar em situações insalubres, de confinamento, com pouco ar, absorvendo gases e outras substâncias danosas à saúde; com a falta de equipamentos de segurança para subir em andaimes ou mexer com eletricidade. Isso sem deixar de considerar as diferenças nos trabalhos envolvendo o reparo naval e a construção. A construção estava vendo um progressivo uso de máquinas e um controle mais rigoroso sobre o trabalho, mas era um trabalho considerado mais “limpo” pelos operários. Já na área de reparos, as condições eram mais precárias, como ilustra esse depoimento citado por Pessanha:

A área de reparos é a área mais problemática que existe. O navio encosta... Eles querem que você trabalhe de qualquer maneira, não querem saber se o navio tem lama, se tem gás, eles querem trabalho... você tá botando uma chapa no costado, dá aquele jato de areia em cima de você... Quando vai fazer trabalho em convés, na superestrutura, faz no mar mesmo, mas quando vai pintar navio, tem que trazer pro dique, e ali é que o “couro come”, você tá trocando chapa e o cara tá pintando... Na construção é diferente, as condições de trabalho são bem mais humanas...¹⁰⁷

E a situação de um trabalhador vinculado a empreiteira conseguia ser ainda pior, sequer tinha a garantia de direitos trabalhistas e enfrentava uma rotatividade brutal. As empreiteiras ou “gatas” eram firmas que terceirizavam o trabalho, mediando a contratação de mão de obra, principalmente para trabalhos temporários.¹⁰⁸ Infelizmente não tivemos acesso a dados sobre o número de trabalhadores subcontratados, ou

¹⁰⁷ Um montador, 28 anos. Entrevista citada em: PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Operários navais: trabalho, sindicalismo e política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012, p.87

¹⁰⁸ Idem.

indícios de quando se começa a utilizar o serviço de empreiteiras no setor, mas uma das lutas que se constrói e ganha força a partir dessa greve de 1979 é a luta contra essa forma precarizada de trabalho.

Consideramos a greve de 1979 como um reforço a essa luta, porque esses trabalhadores de empreiteiras tiveram uma importante experiência de organização, o que pode ter contribuído na sua luta pela equiparação de direitos com os efetivos. Há um esforço, ou pelo menos aparenta haver, também do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, para organizar esses trabalhadores, ajudando a convocar assembleias e reunindo no sindicato denúncias dos operários sobre suas condições de trabalho, para a elaboração de um documento que seria levado ao Ministério do Trabalho. Um dos problemas mais destacados era a rotatividade da mão de obra. Segundo dados do *Fluminense*, 70 empreiteiras estariam atuando no setor, mas esse número oscila ao longo das reportagens.¹⁰⁹

O nome da empreiteira mudava. Poderia ser Semor, Zanellas, Incomar... Mas a precariedade à qual o trabalhador era submetido não mudava. Era a falta de pagamento; irregularidades como a não assinatura da carteira de trabalho; o não pagamento de hora extra e de adicional noturno e prêmios prometidos a quem dobrasse os serviços nos domingos e feriados; o não fornecimento de alimentação e acomodações para dormir, e mesmo água para beber e se lavar após o término do trabalho; não recebiam também indenização em casos de acidentes.¹¹⁰

Outros dados apresentados sobre a atuação de empreiteiras indicavam que, somente na CCN-Mauá, 50 delas funcionavam irregularmente.¹¹¹ De acordo com José Moreira, empreiteiras teriam como prática publicar anúncios em jornais de outros estados, especialmente Minas Gerais e Ceará, com falsas promessas de elevados salários e todo tipo de assistência. Quando esse trabalhador se deparasse com a verdadeira

¹⁰⁹ Por falta de dados mais confiáveis, citamos apenas como uma estimativa as informações presentes no jornal *O Fluminense*.

Metalúrgicos em greve são despedidos em Niterói. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 07 de set. de 1979, Geral, p.2.

Niteroiense vai à Justiça contra demissões na Semor. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 13 de set. 1979, O Estado, p. 3

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Reação: Pagamento atrasado quase provoca novo quebra-quebra. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 22 de Nov. 1979, O Estado, p.3.

situação trabalhista, teria seu contrato anulado e ficaria sem receber os dias trabalhados, não tendo como voltar à sua terra natal.¹¹²

Apesar de não ter uma cobertura detalhada, há muitos indícios de paralisação desses trabalhadores ao longo de 1979. Operários da empreiteira Semor, atuante na Companhia de Comércio e Navegação do Estaleiro Mauá, na Ponta d'Areia, em Niterói, entraram em greve no dia 31 de agosto de 1979, reivindicando os 69% de aumento salarial, de acordo com a convenção coletiva da categoria no mês de maio, conquista da greve de abril.¹¹³

No dia 06 de setembro de 1979, trezentos trabalhadores foram demitidos por justa causa ao chegarem para marcar o cartão de ponto. Três dias depois das demissões, os mesmos dirigentes da Semor, sob o nome da empreiteira Técnica ou Sortecnica, teriam firmado novo contrato com a CCN-Mauá readmitindo parte dos trabalhadores demitidos. Era a mesma empreiteira que não cobria nenhum encargo social. Essa empreiteira também prestava serviços aos estaleiros Ishikawajima e Caneco, ambos no Rio de Janeiro, e ao Verolme, em Angra dos Reis.¹¹⁴

Nesse período, outros trabalhadores terceirizados também se mobilizariam. Em 21 de novembro de 1979, sessenta operários da empreiteira Incomar, que prestava serviço na CCN-Mauá, passaram a manhã em frente ao escritório da empresa, à espera do chefe de equipe, para receber os quinze dias de salário atrasado. Esses operários estavam encarregados dos serviços de limpeza, pintura e bater ferrugem dos navios.¹¹⁵

A insatisfação parecia ser predominante na categoria. Em 1980, várias assembleias foram realizadas para discutir a possibilidade de entrar em greve. Muitos dos pontos de reivindicações da greve de 1979 voltaram a aparecer na pauta do ano seguinte. Metalúrgicos reivindicavam: estabelecimento do quadro organizado de carreira, com três faixas salariais para profissionais, com critérios de promoção regular; reajustes trimestrais iguais aos índices de inflação verificados no trimestre; piso salarial de Cr\$8 mil; adicional de insalubridade de 35%, calculado sobre o salário base; triênios

¹¹² Metalúrgicos: Sindicato apóia ação de operários contra má-fé de empreiteiras. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 23 de Nov. 1979, O Estado, p.3

¹¹³ Metalúrgicos em greve são despedidos em Niterói. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 07 de set. de 1979, Geral, p.2.

¹¹⁴ Niteroiense vai à Justiça contra demissões na Semor. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 13 de set. 1979, O Estado, p. 3

¹¹⁵ Reação: Pagamento atrasado quase provoca novo quebra-quebra. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 22 de Nov. 1979, O Estado, p.3.

de 5% e quinquênios de 10% do salário base; horas extras com adicional de 100% sobre o valor da hora normal; jornada de 40h semanais; estabilidade no emprego; direito de constituição de comissões de empregados por empresa; aumentos ou reajustes estabelecidos aplicados integralmente aos salários efetivamente percebidos; extensão dos benefícios aos empregados das empreiteiras, locadoras, sublocadoras ou outras empresas ligadas à área; e a manutenção das conquistas oriundas de dissídios, convenções ou acordos anteriores. Membros da diretoria do Sindicato se revoltaram com o “radicalismo” da pauta, sendo que tinha por base reivindicações antigas que tinham sido conquistadas, mas que não foram aplicadas pelos empresários.¹¹⁶

Em uma assembleia no dia 24 de abril de 1980, foi decidido realizar uma “operação tartaruga” nos estaleiros a partir do dia seguinte, como uma preparação do movimento para uma possível deflagração de greve no dia 30 de abril, uma vez que as reuniões de negociação não tiveram muito resultado. A categoria também manifestou apoio aos colegas do ABC, recolhendo contribuições para enviar para o fundo de greve deles – cada metalúrgico contribuiria com uma hora do seu trabalho para ajudá-los.¹¹⁷ Pela declaração dos trabalhadores, é inviável uma análise simplista de que o movimento de Niterói seria um mero reflexo do paulista:

“A provável greve dos metalúrgicos de Niterói não é um reflexo do movimento paredista dos companheiros do ABC paulista, e sim uma necessidade econômica da classe”, esclareceu ontem o Sr. João Batista Marins, Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo afirmou, “a identidade do nosso movimento com a greve do ABC revela-se apenas na humilhação que os trabalhadores brasileiros vêm sofrendo nos últimos quinze anos”.

Em Niterói, a operação tartaruga foi considerada um sucesso, com adesão da maioria dos 15 mil trabalhadores da categoria. Os trabalhadores também se recusaram a fazer hora extra, com exceção do pessoal de serviços essenciais.¹¹⁸

Apesar da forte disposição na categoria para paralisar, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói adiou a votação sobre a possibilidade de greve o quanto pôde. Na assembleia do dia 29 de abril de 1980, foram realizadas três votações sobre a deflagração da greve, medida aclamada pelos trabalhadores. No entanto, a assembleia

¹¹⁶ Marcada nova assembléia em Niterói. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 18 abr. 1980. Geral, p.2

¹¹⁷ Metalúrgicos: “Tartaruga” no Rio pode levar à greve. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 25 abr. 1980, Geral, p.2

¹¹⁸ Metalúrgicos: Assembléia hoje pode decidir pela greve. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 29 de abr. 1980. O Estado, p.3

foi interrompida pelo presidente do sindicato, José Moreira, para consultar os demais diretores, e foi esvaziada em meio a confusões. A proposta feita por José Moreira era decretar estado de greve até a assembleia que seria no dia 1º de maio, uma quinta-feira. Ao ser vaiado, decidiu por realizar a assembleia seguinte na segunda, dia 5, depois de novo encontro com os patrões.¹¹⁹ Um acordo foi assinado com a patronal no dia 7 de maio de 1980.

No início de junho, metalúrgicos de Niterói vinculados a empreiteiras reuniram-se em assembleia puxada pelo Sindicato para discutir que formas de luta adotar. As reivindicações eram: aumento de 51,47% igual aos estaleiros; insalubridade de Cr\$1.120,00; horas extras de 50% durante a semana e 100% para sábado, domingo e feriado; aumento integral, não proporcional; uniformes e calçados custeados pela empresa e higiene nos banheiros e vestiários.¹²⁰

Como foi mencionado, o Sindicato já vinha pedindo para que os trabalhadores encaminhassem denúncias de irregularidades sobre o trabalho, para elaborar um documento a ser apresentado para a DRT. Os metalúrgicos reivindicavam o cumprimento, por parte das empreiteiras, da convenção assinada com o SINAVAL, que estabeleceu taxa de produtividade na base de 10%.¹²¹

No dia 09 de junho de 1980, oitocentos trabalhadores da empreiteira Zanellas, que oferecia serviço de limpeza de chapas para o estaleiro Mauá, entraram em greve. Outras reivindicações eram por melhores condições de trabalho, pagamento das horas extras retidas e sábados livres. Houve denúncia de maus tratos e de ameaças de morte feitas pelo supervisor geral de serviços da Zanellas, e do “regime de escravidão” dos trabalhadores do turno da noite.¹²²

O movimento logo se espalhou por mais de 2500 trabalhadores vinculados a oito empreiteiras que prestam serviços ao estaleiro Mauá – Zanella, Emi, Repinave, Silva Rocha, Rogesa, Esil, Gonzaga e Moncal. Uma comissão teria ficado responsável por mobilizar as demais 22 empreiteiras que atuavam só na CCN. Os trabalhadores

¹¹⁹ Metalúrgicos: Sindicato de Niterói evitou greve ontem. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 30 de abr. 1980, Geral, p.2 e Líder: - Adiamento da Greve não é fraqueza. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 3 de mai. 1980, O Estado, p.3.

¹²⁰ Metalúrgico tem assembléia hoje. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 5 de junho de 1980, A Cidade, p. 2

¹²¹ Metalúrgicos. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 5 de junho de 1980, O Trabalho, p.4

¹²² Greve: 800 operários da Zanella param contra regime escravo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 10 de junho 1980, O Estado, p.3

disseram não temer demissões em massa porque: “a rotatividade sempre foi grande e, via de regra, já somos despedidos depois de três meses de uma empreiteira e contratados por outra”.¹²³

Também foram feitas denúncias contra a empresa Mac Laren Anticorrosão, do próprio grupo econômico da Mac Laren Estaleiros, que teria aumentado o horário de trabalho em 3 horas e 35 minutos por semana. Os trabalhadores foram coagidos e os que discordaram, demitidos. O caso teria sido levado ao Ministério do Trabalho pelo Sindicato e teria ficado estabelecido que os trabalhadores poderiam voltar ao horário antigo, desde que buscassem suas carteiras. No entanto, a empresa teria continuado ameaçando de demissão.¹²⁴

Um problema enfrentado pelos trabalhadores terceirizados foi a recusa dos patrões em negociar com o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, alegando não ser este o responsável pela categoria. Os proprietários das empreiteiras queriam estabelecer aumento salarial de 46%, mesmo índice dos operários da construção civil, à qual disseram pertencer esses trabalhadores – enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói defendia que os operários das empreiteiras que atuavam na indústria naval estariam sob sua tutela.¹²⁵

No dia 11 de junho de 1980, empregados da Mac Laren Anticorrosão, que prestava serviço na Inconav (Ilha da Conceição), paralisaram. Com esta adesão, seriam 3 mil operários em greve, reivindicando o cumprimento do acordo salarial entre o sindicato dos metalúrgicos e empresários. José Moreira dos Santos também teria se reunido com o superintendente da Inconav, Antonio Carlos Ivancko, que eximiu o estaleiro de qualquer ingerência na greve da empreiteira.¹²⁶

O movimento se enfraqueceu com a negociação feita em separado. No dia seguinte, os operários da Mac Laren Anticorrosão voltaram ao serviço na Inconav, ao terem suas reivindicações atendidas. Os demais grevistas organizaram um fundo de

¹²³ Regime escravo: alastra-se greve nas empreiteiras. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 11 de junho de 1980, O Estado, p.3

¹²⁴ Regime escravo: alastra-se greve nas empreiteiras. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 11 de junho de 1980, O Estado, p.3.

¹²⁵ Regime escravo: alastra-se greve nas empreiteiras. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 11 de junho de 1980, O Estado, p.3

¹²⁶ Metalúrgicos: Greve pára mais um estaleiro na cidade. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 12 de junho de 1980, O Estado, p.3

greve e pediram auxílio a demais entidades sindicais, mas não houve mais relatos da continuidade da greve.¹²⁷

Em meio a esse processo de efervescência na categoria, também estava em discussão a eleição para o Sindicato, que se realizaria nos dias 1, 2 e 3 de julho de 1980. Duas chapas estavam em disputa: a chapa 1, encabeçada por José Moreira dos Santos, soldador da CCN-Mauá, na direção do sindicato desde 1972; e a chapa 2, encabeçada por Abdias José dos Santos, carpinteiro do estaleiro Mac Laren, de oposição. Em *O Fluminense*, as chapas foram assim caracterizadas: “De acordo com os próprios metalúrgicos, ‘a disputa será acirrada, já que os mais jovens, aqueles mais conscientizados, apoiam o espírito de luta do Abdias, enquanto os tradicionalistas estão com Moreira’”.¹²⁸

A chapa encabeçada por Abdias foi fruto de todo esse processo de mobilização nos estaleiros. Segundo o próprio: “A greve projetou uma nova safra de sindicalistas na área. Uma safra de sindicalista que permitiu a gente fazer uma chapa de oposição.”¹²⁹ Sua composição era de militantes independentes e dentre as organizações que participavam encontravam-se o PCB, o recém fundado PT, o MR-8 e o PCdoB. Houve a princípio uma diferença sobre quem seria a “cabeça” de chapa – outros possíveis nomes eram Nabor (então do Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, tendência interna do PT) e Edivaldo (do PCB). Apesar de ter sido um dos importantes setores que ajudou a organizar a base nos estaleiros, o PCB contava com militantes mais velhos e estava com dificuldade para renovação.¹³⁰ Esse grupo de oposição venceu a eleição do Sindicato por 1161 votos, com as seguintes bandeiras:

O direito de greve; o apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores; a luta por salários compatíveis com o aumento do custo de vida, e “outras importantes reivindicações trabalhistas” (pagamento de 100% nas horas extras; 40 horas semanais de trabalho; férias remuneradas em dobro; pagamento do adicional de insalubridade sobre o salário-base) são algumas das metas de Abdias José dos Santos, novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí.¹³¹

¹²⁷ Empreiteiras: Grevistas denunciam violência policial. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 13 de junho 1980, Geral, p.6

¹²⁸ Metalúrgicos: Chapa-2 concorre em Niterói sem o Lula. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 01 de julho 1980, Geral, p.8

¹²⁹ SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida a AMORJ.

¹³⁰ Trabalhador 1. depoimento [nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

¹³¹ Metalúrgicos. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 5 de julho de 1980, Geral, p.8

No entanto, foi preciso um novo escrutínio nos dias 17 e 18 de julho para efetivar essa diretoria porque, segundo a lei, a chapa eleita teria que ter dois terços dos votos.¹³² Na segunda vez foram 1220 votos para a chapa 2, contra 973 para a chapa 1.¹³³ A disputa foi acirrada, mais de uma centena de trabalhadores esteve de vigília durante toda a noite da apuração na porta do sindicato, na Rua Cadete Xavier Leal, com velas, rabichos de luz ligados a carros, posicionados de guarda em locais onde tinha interruptores, para evitar que algum acidente perturbasse a apuração.¹³⁴ O PT teve uma atuação de destaque durante o processo eleitoral, tanto a partir de declarações de apoio, quanto com a participação de militantes do movimento estudantil acompanhando a apuração.¹³⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói foi então um dos primeiros sindicatos operários no Rio de Janeiro que passou para a liderança de um grupo vinculado ao *novo sindicalismo* e que tinha um projeto político claro de articulação dos trabalhadores em torno de uma central sindical única.

1.3. A Construção da Central Única dos Trabalhadores

A gente começou a CUT/RJ com sindicatos do tipo... engenheiros, arquitetos, assistentes sociais... esses sindicatos desses setores intelectualizados onde a gente atuava mais, tinha mais força (...) Então todo o trabalho de central sindical e de partido (...) foi embasado em cima desses setores... embora na época tivesse dois sindicatos extremamente importantes que eram os nossos sindicatos operários, os metalúrgicos de Niterói e os metroviários (...) A CUT/RJ nasceu apoiada nos sindicatos que não tinham grande presença, o movimento operário estava um pouco fora da Central, com exceção daqueles dois que eu me referi...¹³⁶

As greves de 1978 a 1980 foram uma contestação direta à ditadura, e sua expansão questionou a capacidade do governo de controlá-las e garantir os interesses empresariais. Muitos dos que se beneficiaram com as políticas anteriores de arrocho salarial viram-se dispostos a mudar para espaços de negociação, porque seria menos custoso. Parte do incentivo para a transição democrática dentro do setor dominante seria

¹³² Metalúrgicos. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, segunda, 14 de julho de 1980, O Trabalho, p.4

¹³³ Metalúrgicos: Oposição apoiada por Lula venceu eleições. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 19 de julho de 1980. A Cidade, p.2

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Metalúrgicos: Estudantes ajudaram a oposição. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 22 de julho de 1980. A Cidade, p.2

¹³⁶ Depoimento de Luis Fernando citado em: LADOSKY, M. H. Movimento Sindical e estratégia corporativista: A trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro. 1995. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995, p.137.

a defesa, por grupos empresariais, de adotar uma política econômica diferente e outra postura com os sindicatos.¹³⁷

O acirramento dos conflitos e as lutas sociais apressaram o projeto de transição controlada e o alteraram. A dinâmica da luta de classes se impôs e novos atores sociais, novos valores e práticas se forjaram com as greves. Para os trabalhadores se fez necessária uma nova forma de organização política, o que para o movimento sindical em geral era a urgência de unificação em uma central sindical e, para parte dessa vanguarda, de se criar um novo partido de esquerda – o que aconteceu em 1980, com a fundação do Partido dos Trabalhadores. Vínculos de unidade de lutas se formaram e os operários se constituíram como sujeito coletivo, como classe.¹³⁸

Nesse processo, contraditoriamente, espaços dentro da estrutura sindical oficial deram o suporte para que esses trabalhadores se articulassem.¹³⁹ Dentre eles, podemos destacar: V Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) em 1978; Congresso Nacional dos Metalúrgicos em 1979; Encontro do Gragoatá em 1979; Encontro Nacional das Oposições Sindicais em 1980 entre outros.¹⁴⁰ É preciso salientar que foi através desses diferentes espaços nacionais que os metalúrgicos de Niterói puderam se integrar ao resto desta vanguarda política que se formava no movimento sindical, em âmbito nacional.¹⁴¹

No Rio de Janeiro, as articulações sindicais culminaram na criação da Unidade Sindical (US).¹⁴² De acordo com Pitzer e Santana, a US foi fundada no Encontro do Gragoatá em 1979, em Niterói, e se pretendia aberta para a participação de todos os setores do movimento, desde sindicalistas liberais e conservadores, até mesmo os do “bloco combativo”.¹⁴³ O balanço do próprio movimento é de que essa frente sindical não teria conseguido se articular em todo o Estado para prestar solidariedade política e

¹³⁷ COELHO, E. *Uma esquerda para o capital*. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.51-2.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ ALMEIDA, G. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1979-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p.109-128.

¹⁴⁰ SANTOS, Abdias; ROCHA, Ercy. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.43-51.

¹⁴¹ ABC atrai sindicatos para reunião paralela nacional. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, 27 jul. 1978. Nacional, p.9

Lula defende a criação da Central Única de Trabalhadores. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 04 de ago. 1979, Geral, p.2

¹⁴² Resoluções do II ENCLAT. Rio de Janeiro, jun. 1982.

¹⁴³ PITZER, R.; SANTANA, M. A (coords). *Trabalhador e militância sindical no Rio de Janeiro – Um perfil dos delegados ao VI Congresso Estadual da CUT/RJ-90*. Rio de Janeiro: FASE/RIO, NUPES, Secretaria de Formação Sindical CUT/Rj, 1991, p.18-23.

financeira aos movimentos grevistas.¹⁴⁴ No entanto, foi a partir dela que foram organizados o primeiro e o segundo Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (ENCLAT) – que tinham caráter estadual, apesar do nome – para discutir a pauta dos CONCLATs. Com a ampliação das forças políticas representadas neste espaço, foi criada a Coordenação Intersindical no Rio de Janeiro.¹⁴⁵

O acúmulo organizativo propiciado a partir desses congressos nacionais diversos, assim como dos CONCLATs, culminaria na criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, em um contexto de lenta retomada da economia após um período de recessão, e mesmo ano no qual se realizou uma greve geral contra o arrocho salarial.¹⁴⁶ A CUT reuniu o sindicalismo combativo que dirigiu as greves, assim como as oposições sindicais, ambos identificados com o *novo sindicalismo*, que construiriam seus princípios em oposição ao sindicalismo “atrelado” e “conciliador” que associavam ao movimento sindical no período anterior ao golpe. Nesse sentido, Vito Giannotti e Sebastião Neto resgatam a importância que a crítica à estrutura sindical tinha para esse movimento. Os principais pilares dessa estrutura eram o imposto sindical, a unicidade sindical e o controle exercido pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. O apelo para se afastar de qualquer atrelamento ao Estado se tornou muito caro, principalmente a partir da atuação das oposições sindicais, como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP). Outros princípios que caracterizaram o sindicalismo cutista foram: a ênfase no caráter classista; seu enraizamento nas bases; a defesa da democracia interna na central e nos sindicatos; a identificação com o socialismo; a defesa da autonomia do movimento frente ao Estado e partidos políticos; e o internacionalismo sem alinhamentos.¹⁴⁷

A partir de uma avaliação diferente da conjuntura superação da ditadura, a Unidade Sindical passaria a defender a contenção da ação sindical. Isso marcaria a sua ruptura com a CUT e a fundação da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, também em 1983, que posteriormente se tornaria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa divisão do movimento sindical nacionalmente entre CUT e CONCLAT

¹⁴⁴ Resoluções do II ENCLAT. Rio de Janeiro, jun. 1982.

¹⁴⁵ PITZER, R.; SANTANA, M. A (coords). *Trabalhador e militância sindical no Rio de Janeiro – Um perfil dos delegados ao VI Congresso Estadual da CUT/RJ-90*. Rio de Janeiro: FASE/RIO, NUPES, Secretaria de Formação Sindical CUT/Rj, 1991, p.18-23.

¹⁴⁶ Tem uma extensa bibliografia que cobre o processo de fundação da CUT e as disputas internas entre as diversas organizações políticas, por isto optamos por não trabalhar isso. Uma referência importante sobre o tema são os três livros de Vito Giannotti e Sebastião Neto sobre a CUT: “CUT por dentro e por fora”, “Para onde vai a CUT” e “CUT ontem e hoje”.

¹⁴⁷ GIANNOTTI, V. NETO, S. *CUT, Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis: Vozes, 1991,p.43.

não levou à cisão da Intersindical/RJ. O grupo vinculado à CUT manteve a sua presença na entidade, por ser um espaço do qual participaram da fundação e por propiciar a unidade com o setor da Unidade Sindical, hegemônico no Rio de Janeiro.¹⁴⁸

A CUT/RJ foi fundada em 1984 em um Congresso Estadual da Classe Trabalhadora (CECLAT), precedido pela realização de congressos regionais. O grupo de oposição que viria a assumir a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí em 1980 foi um dos principais defensores e articuladores da criação da CUT no Estado. Foi o segundo sindicato a se filiar à CUT, em âmbito nacional, e o primeiro no estado do Rio de Janeiro. A trajetória da participação dos Metalúrgicos de Niterói em todo esse processo de fundação e consolidação da central sindical é assim resumida por Abdias:

Olha o nosso sindicato é pioneiro nesse processo de renovação do sindicalismo brasileiro. Nós participamos do primeiro encontro nacional de sindicalistas aqui em Gragoatá, em 78. (...) O nosso sindicato esteve presente, não na minha pessoa, mas com a direção atual e nós já estávamos na área como ativistas de base com um certo peso, forçando inclusive a diretoria a participar desses encontros. O nosso sindicato participou do primeiro encontro nacional... Do primeiro CONCLAT de Praia Grande e aí eu já saí na direção nacional... Já na primeira comissão nacional pró-central sindical que se teria que ser criada dali a dois anos. Mas que foi criada dali a três anos. Nós participamos dos encontros nacionais dos metalúrgicos, congressos nacionais dos metalúrgicos (...) Na segunda comissão nacional pró-CUT, também eu estive como membro da segunda comissão nacional. No congresso de fundação da CUT, o nosso sindicato ficou na executiva e eu participei como tesoureiro do primeiro mandato, segundo mandato e terceiro congresso. Nosso sindicato se afastou da cúpula do movimento sindical agora neste congresso de Belo Horizonte. Mas até aqui o nosso sindicato veio na direção nacional, na executiva do movimento sindical da CUT, Central Única dos Trabalhadores. Essa tem sido a nossa contribuição e a nossa participação.¹⁴⁹

Foram implementadas no Rio de Janeiro lutas importantes encampadas pela central nacionalmente, como o combate aos pacotes econômicos do governo, a mobilização pelas Diretas Já, além das bandeiras históricas por liberdade e autonomia sindicais. O período entre 1985 e 1987 é identificado por Ladosky como o “boom” de filiações dos sindicatos cariocas mais importantes à central, processo que se intensificaria a partir de 1988 com a transformação de associações do funcionalismo público em sindicatos.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida a AMORJ.

¹⁵⁰ LADOSKY, M. H. Movimento Sindical e estratégia corporativista: A trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro. 1995. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995, p.136.

Ao nos voltarmos para o desenvolvimento do “novo sindicalismo” fluminense, observamos que ele tem uma cronologia diferente das lutas travadas em São Paulo. Aqui, o movimento sindical que viria a se organizar na CUT demorou a se desenvolver, tendo maior repercussão entre oposições sindicais e vindo a se enraizar somente no final da década de 1980.¹⁵¹ Também é visível a forte presença da esquerda tradicional (em especial do PCB) no estado, até pelo seu histórico de berço de grandes lutas no pré-1964. Apesar da divisão que se cria no movimento sindical entre um “novo” e um “velho” sindicalismo, no Rio de Janeiro essa militância mais velha do pré-1964 teve um papel importante junto aos “novos” para a articulação do movimento sindical.

A redemocratização, a aprovação da Constituição em 1988 e as eleições presidenciais em 1989 encerram uma era do novo sindicalismo brasileiro, cuja conquista programática se deu de forma incompleta, com a manutenção da unicidade sindical, do imposto sindical, do monopólio da representação e do poder normativo da Justiça do trabalho. No plano mais geral, os anos 1990 marcariam uma mudança na atuação da CUT.¹⁵²

¹⁵¹ MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.218.

¹⁵² MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.120

CAPÍTULO II

Crise e retomada da indústria naval

A crise é um momento que compõe a lógica do processo de acumulação de capital, no qual ele se reestrutura sobre novas bases, complexificando as relações no capitalismo. Ou seja, a crise é um fenômeno necessário ao capitalismo. Ao mesmo tempo que a crise é oriunda da contradição entre o processo de produção de valor-capital e de realização, ela restabelece a unidade entre eles. Nas palavras de Carcanholo:

A causa das crises, no capitalismo, estaria, portanto, na própria lógica de seu funcionamento, nas suas leis (de tendência), em sua dinâmica. A finalidade do capital, quando percorre seu processo de circulação, que engloba tanto o momento da produção quanto o da circulação de mercadorias (mercado), é sua constante valorização, e não a satisfação das necessidades sociais, que se manifestam, de uma forma ou de outra, na circulação de mercadorias. Assim, a crise ocorre porque o processo de produção e o de realização tem lógicas próprias, distintas, que só se adéquam dentro da unidade (dialética) do processo total.¹⁵³

Entre os anos 1974 e 1975, deu-se a primeira recessão mundial na economia capitalista desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar de começar em países de desenvolvimento capitalista mais avançado, em um primeiro momento, logo se espalha até adquirir o caráter de uma superprodução de mercadorias.¹⁵⁴ A resposta à crise a partir de uma política de expansão e controle do crédito teve um efeito contrário ao desejado, levando a uma aceleração mundial da inflação. Um dos fatores que contribuíram para essa crise e o crescimento do processo inflacionário foi o aumento do peso do petróleo. Indicadores de produção foram quebrados, em especial os industriais, com o aumento do desemprego, declarações de falência e retração nos investimentos. Há um movimento cíclico com a crise em 1974-1975, uma leve recuperação entre os anos 1976-1977 e nova crise em 1979, bem semelhante à anterior.¹⁵⁵

¹⁵³ CARCANHOLO, Marcelo D. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Marx e o Marxismo 2001: Teoria e Prática*. Niterói, 2011, p.5. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC513F.pdf>> Acesso em jan. 2016.

¹⁵⁴ BARUCO, Grasiela C.; e CARCANHOLO, Marcelo D. (2006) Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, Vitória, p.4. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf> Acesso em jan.2016.

¹⁵⁵ Idem

Em resposta à crise, era necessária a formulação de uma política econômica que garantisse o retorno do crescimento e a diminuição da inflação – contendo a combatividade sindical na luta por reposição salarial, os déficits públicos gastos com políticas de bem-estar, e repor a lucratividade. Este último quesito afetava diretamente as relações trabalhistas, com um aumento da pressão pela desregulamentação e flexibilização de mercados. Em segundo lugar, era responsável pela demanda de reduzir os tributos sobre rendimentos que poderiam financiar investimentos. A busca por uma saída da crise validou uma nova política econômica e uma nova concepção de desenvolvimento, conhecida por neoliberalismo. Mas, diferentemente do discurso neoliberal contrário à intervenção do Estado na economia, a efetiva implantação dessas políticas levou a um aumento dos gastos governamentais, relacionando o crescimento da dívida pública com o estímulo mundial ao capital financeiro.¹⁵⁶

Segundo Antunes, o impacto desse contexto no mundo do trabalho é ainda mais danoso se somado ao fim do socialismo real e à falsa ideia de “fim do socialismo”. Partidos, sindicatos e a esquerda passaram por um processo de subordinação à ordem do capital, recorrendo à institucionalidade e à burocratização. As transformações no processo produtivo buscam a adesão de trabalhadores, no interior das empresas, na viabilização de um projeto capitalista de produção.¹⁵⁷

No Brasil, a década de 1990 veria a chegada ao Estado de governos que empunhavam a bandeira neoliberal. Depois de uma acirrada disputa com Lula pela presidência em 1989, Collor assume o poder em 1990 com um plano que não só implementou o congelamento dos salários, mas previa privatizações de empresas estatais e a abertura do mercado brasileiro para importações, enquadrando o país às receitas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. No entanto, a fragilidade de seu apoio político, somada às denúncias de corrupção, levaria milhões às ruas pelo impeachment do presidente, o que se deu em 1992.¹⁵⁸ Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) não se afasta dos planos ensaiados por Collor, colocando em curso privatizações, a redução do investimento do Estado em políticas sociais, reformas administrativas, reforma na previdência e a flexibilização da legislação trabalhista.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Idem

¹⁵⁷ ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.& FRIGOTTO, G. (orgs) *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, p.35-48

¹⁵⁸ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.128-148.

¹⁵⁹ Idem.

Frente a isso, na CUT predominou uma concepção que encarava a ameaça de desemprego e os processos de reestruturação produtiva como inevitáveis. Houve um processo tanto de mudanças na organização da central, com restrição na sua democracia interna, como a defesa de uma solução negociada, de um “sindicalismo cidadão” que atribuía o desemprego à falta de modernização no Brasil. A transformação da CUT deu-se com a manutenção de um discurso que se apresentava como de oposição às políticas neoliberais. Mas, a chegada de Lula ao poder, em 2003, acelerou o processo de adaptação à ordem – e a central logo se definiria como braço auxiliar de um governo que daria continuidade às políticas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso.¹⁶⁰

2.1 Crise na Construção Naval

A produção naval mundial viveu intenso crescimento entre os anos 1964-1974, tendo seu auge em 1975, pela demanda de navios-tanque. A liderança do setor era o Reino Unido até os anos 1970, quando foi substituído pelo Japão. Segundo Lacerda, essa modificação pode ser explicada pela tendência de mudança da localização geográfica da indústria naval para países com menores custos de trabalho, como Japão e, posteriormente, Coreia do Sul.¹⁶¹ Silver, inclusive, aponta essa tendência de hipermobilidade do capital como generalizada no período, servindo tanto para entender, por um lado, a “crise” do movimento operário nos países de primeiro mundo e, na outra face da moeda, os milagres econômicos nos anos 1970 e 1980 e a criação de novas classes trabalhadoras, como no caso brasileiro, espanhol, sul africano e sul coreano.¹⁶²

A crise recaiu sobre o setor naval em 1980, e as respostas para contenção da recessão foram diferentes em cada país. Suécia e Reino Unido nacionalizaram seus estaleiros, enquanto o Japão atuou para diminuir a concorrência interna e diversificar a produção.¹⁶³ No Brasil, a bibliografia especializada considera os anos 1970 como uma

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ LACERDA, S. M. Oportunidades e Desafios da Construção Naval. In: *Revista do BNDES*, v. 10, n. 20, Rio de Janeiro, dez./20033, pp. 41-78, p.63.

¹⁶² SILVER, B. J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.21-23.

¹⁶³ PEREIRA, L. B. *Navegar é preciso: Sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval carioca*. 2014. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014, p.46.

década produtiva para a construção naval com a instituição, pelo governo, de uma série de planos e programas de incentivo.¹⁶⁴

Ressalta ainda que em 1979 o país atingiu o 2º lugar como maior produtor naval no mundo, atrás apenas do Japão.¹⁶⁵ No entanto, Barat, Campos Neto e De Paula, questionam esses dados, porque eles seriam reais apenas se todos os navios do IIPCN tivessem sido realmente construídos; muitos dos navios sequer teriam saído do papel, ou teriam sido entregues com anos de atraso.¹⁶⁶

De fato, a crise do capital não demoraria a repercutir na economia brasileira com maior força e, a partir dos anos 1980, as altas do petróleo, a deterioração do balanço de pagamentos e a retração da capacidade estatal para novos investimentos indicam uma clara exaustão do modelo econômico então vigente. Com a retração do comércio internacional marítimo, os valores dos fretes caíram. Isto afetou a arrecadação do Fundo de Marinha Mercante, o que por sua vez fragilizou a situação financeira dos armadores nacionais e reduziu as atividades nos estaleiros¹⁶⁷ – desde seus primórdios, a construção naval brasileira se constitui com forte dependência do financiamento estatal e da absorção interna da sua produção.

Soma-se a isso o fato da indústria naval instalada no Brasil ter perdido a capacidade de competir no mercado estrangeiro, por ter navios mais caros, maiores e menos especializados, o que levou à perda de concorrência com os produtos melhores e mais baratos da Coreia do Sul, do Japão e da China.¹⁶⁸

Outro fator que contribuiu para a crise na construção naval envolve o episódio que ficou conhecido como o “escândalo da SUNAMAM”. O Estado era o principal administrador dos recursos para a produção de embarcações. A Superintendência

¹⁶⁴ Mencionamos brevemente esses planos no capítulo anterior: Plano de Emergência de Construção Naval, entre 1969 a 1970; e os Programas de Construção Naval, o primeiro entre 1971 a 1975, e o segundo entre 1975 a 1979, já para conter a crise que impactava a economia brasileira.

¹⁶⁵ Ver, por exemplo: PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.64

PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e perspectivas. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, pp.121.148, dez./2002.

¹⁶⁶ BARAT, J.; CAMPOS NETO, C. A. S.; De PAULA, J. M. P. Visão econômica da implantação da indústria naval no Brasil: aprendendo com os erros do passado. In: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, pp.31-68, p.49.

¹⁶⁷ DORES, P.B; LAGE, E. S.; PROCESSI, L. D. *A retomada da indústria naval brasileira*, p.278. Disponível em:

<https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/962/4/A%20retomada%20da%20ind%C3%BAria%20naval%20brasileira_final_P.pdf> Acessado em jan. 2016.

¹⁶⁸ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.233-240.

Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) era um órgão federal ligado ao Ministério dos Transportes, que administrava o Fundo de Marinha Mercante – constituído a partir da cobrança de taxas sobre os fretes marítimos – e concedia o financiamento aos armadores para a compra de navios.¹⁶⁹

Em função de mudanças no setor e na Marinha Mercante, em 1983 se constituiu uma comissão de tomada de contas na SUNAMAM. Com a descoberta de irregularidades em 1984, o governo suspendeu o pagamento de cartas de créditos aos bancos brasileiros e estrangeiros e, posteriormente, suspendeu as negociações entre armadores e estaleiros. A dívida dos estaleiros foi estimada em US\$580 milhões junto a 43 bancos. Em 1985, o próprio Conselho Diretor do FMM passou a administrar o fundo.¹⁷⁰

Dentre os problemas identificados pela Comissão de Inquérito Administrativo da SUNAMAM encontram-se: variação irregular nos percentuais aplicados às contas de participação do governo e de estaleiros durante o PCN; o critério de nacionalização progressiva de embarcações; variações no cálculo de compensações devido ao atrasado do programa; e duplicatas emitidas fora do prazo. Em todos esses pontos, o setor particular foi beneficiado, enquanto o setor público era onerado.¹⁷¹

Segundo Pessanha, os dados divulgados na apuração da SUNAMAM apontam que apesar do crescimento e de todas as políticas de fomento, a frota brasileira ainda era carente, não tendo condições de atender ao comércio exterior. Os navios próprios tinham uma participação insuficiente nos fretes gerados em exportações e o país era dependente de embarcações estrangeiras.¹⁷²

Dados divulgados no jornal *O Fluminense* apontam que em 1985 o número de encomendas aos estaleiros caiu pela metade e o afretamento de navios estrangeiros passou a dominar o transporte marítimo: 81% do volume transportado em 1984 foram feitos em embarcações estrangeiras, com um gasto de 650 milhões de dólares no afretamento de navios, o que equivaleria a uma frota de 400 embarcações.¹⁷³ É possível

¹⁶⁹ Idem, p.234.

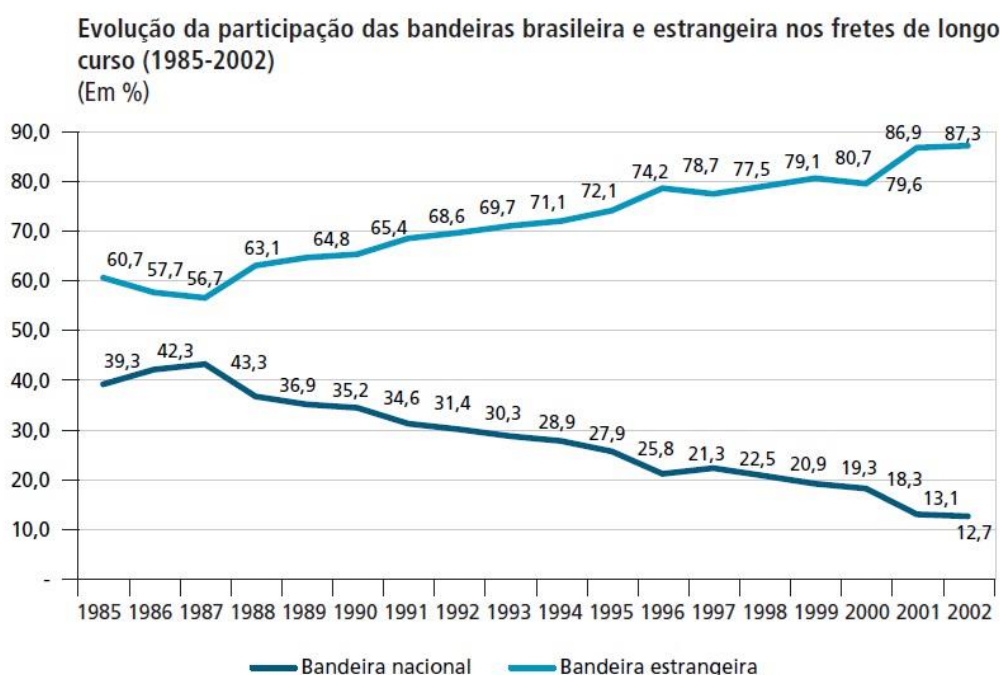
¹⁷⁰ Idem, p.234.

¹⁷¹ Idem, p.234-240.

¹⁷² Idem, p.238-240.

¹⁷³ Desemprego une patrão e operário em passeata. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 21 de junho de 1985, p.5

ter uma noção mais precisa sobre a participação das bandeiras nacionais e estrangeiras nos fretes a partir do gráfico abaixo¹⁷⁴:



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Ministério dos Transportes: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOP (disponível, até 2001, em: <<http://www.geipot.gov.br/NovaWeb/IndexAnuario.htm>>; e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ: Anuários Estatísticos Aquaviários. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/Estatisticas_Anuarios.asp>.

Pasin avalia que a presença constante de subsídios ao setor, sem exigir contrapartida em investimentos que aumentassem a produtividade e a capacidade nos estaleiros – fatores que resultariam em melhores condições para competir no mercado internacional – foi o maior obstáculo para o desenvolvimento da área até meados dos anos 1990.¹⁷⁵ Seguindo esta linha, Jesus e Gitahy apontam que a política de fomento ao setor garantiu encomendas e subsídios, mas não correspondia à realidade do transporte marítimo e dos custos, sobrecarregando o sistema financeiro. Jesus e Gitahy resumem os principais fatores que consideram explicar a crise assim:

1. Concessão indiscriminada de subsídios por um longo período (mais de 20 anos) sem nenhuma exigência de investimento em desenvolvimento, aporte de capital e trabalho, científico e tecnológico. Não havia nenhuma exigência de aumento de produtividade que conduzisse ao aumento da competitividade internacional da indústria.
2. Excessivo direcionamento das atividades para o mercado interno.

¹⁷⁴ O gráfico se encontra em: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, p.63

¹⁷⁵ PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e perspectivas. In: Revista do BNDES, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, p.121-148, dez./2002, p.128

3. Ausência de mecanismos que atuassem coercitivamente, limitando a proliferação de práticas não-mercantis no relacionamento entre estaleiros e armadores. Era explícita a assimetria de comportamento entre o atendimento das encomendas para o mercado interno e o externo, o que alertava para combinação de interesses na formação de preços sobrevalorizados para o mercado interno.
4. Falta de confiabilidade com relação ao cumprimento dos prazos contratuais de entrega. Atrasos e aumento de preços durante a construção eram comuns.
5. Falta de transparência na utilização dos recursos investidos.¹⁷⁶

No final dos anos 1980, a ociosidade da indústria naval era de quase 60% e o setor foi reduzido a 17.965 trabalhadores nacionalmente. As frotas dos principais armadores – Lloyd, Oceânica, Aliança, Paulista, Netumar, Mercantil e Libras – se tornaram obsoletas. E a situação econômica dos anos 1990 serviu como justificativa para o corte de investimentos, privatizações e para a abertura de empresas ao capital externo. As embarcações do Lloyd Brasileiro foram leiloadas a preços muito abaixo do mercado.¹⁷⁷

2.2 A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói nas Gestões 1980-1989: os primórdios da crise

Como vimos no capítulo anterior, uma chapa composta por diversas organizações de esquerda assumiu a direção do Sindicato nos anos 1980. Abdias José dos Santos tomou posse na presidência do Sindicato e se manteve, com parte desse grupo inicial, nas gestões de 1980-1983, 1983-1986 e 1986-1989. Essa diretoria sindical enfrentou como desafios a necessidade de garantir que as conquistas da greve de 1979 saíssem do papel, e também o crescente desemprego que começava a se abater sobre a categoria.

O Sindicato denunciou na imprensa a demissão de quase um terço da categoria já em 1981¹⁷⁸. No entanto, tanto a Delegacia Regional do Trabalho quanto o SINAVAL

¹⁷⁶ JESUS, C; GITAHY, L. *Transformações na Indústria de Construção Naval Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho (1997-2007)*, p.7. Disponível em: < <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2039/79A.pdf> > Acessado em jan. 2016.

¹⁷⁷ PEREIRA, L. B. Navegar é preciso: Sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval carioca. 2014. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014, p.77.

¹⁷⁸ É preciso fazer uma observação sobre os dados relativos ao desemprego. Como não tive acesso a fontes mais confiáveis, coloquei ao longo deste capítulo as informações que estavam disponíveis no jornal *O Fluminense*, apenas com o intuito de apresentar uma estimativa. Os números de trabalhadores desempregados oscilam ao longo das reportagens, sendo por vezes contraditórios. Sobre a informação de que um terço da categoria teria sido demitido em 1981, ver:

tentaram colocar as demissões como algo isolado – a primeira, como parte do processo “normal” de rotatividade da mão de obra; o segundo, sob a justificativa de que o IIPCN estaria em curso e o setor em crescimento.

No início, os metalúrgicos demitidos seriam principalmente trabalhadores sem especialização, que tinham até um ano de carteira assinada na empresa, ou operários mais velhos que foram substituídos por jovens com salários menores. Mas demissões também se tornavam uma forma de atacar a organização dos trabalhadores: diretores do sindicato, que deveriam ter estabilidade, foram demitidos nesse período.¹⁷⁹

Como medida para enfrentar o desemprego, foi criado em 1982 um Comitê dos Desempregados; o objetivo seria de ajuda mútua dos desempregados em suas necessidades imediatas, como o gasto com transporte na busca por um novo emprego, e dinamizar a luta contra o desemprego – ampliando, inclusive, para outras categorias. O movimento teria começado com cerca de 20 pessoas, todas metalúrgicos desempregados, com reuniões semanais na sede do sindicato.¹⁸⁰

Em 1983, o Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, iniciou diálogo com os armadores brasileiros para tentar solucionar a crise na indústria naval. A partir de uma série de visitas aos estaleiros niteroienses seria elaborado um programa, de forma a evitar endividamentos externos decorrentes do crescimento acelerado que a indústria passou em anos anteriores. O ministro avaliou que a superprodução provocou o esgotamento financeiro do setor e o endividamento, apontando como saída a construção de um modelo de financiamento para a indústria naval. Tornavam-se frequentes as conversas entre estaleiros e fornecedores paralelamente com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Comércio.¹⁸¹

O Ministro dos Transportes também conversou com seis representantes dos trabalhadores no estaleiro Mac Laren, o primeiro a ser visitado, e um diretor da

Metalúrgicos vão decidir posição. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 7 de fevereiro de 1981. Geral, p.6

¹⁷⁹ Revelação dos Sindicatos: o fantasma do desemprego já está no mercado de trabalho. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 20 de janeiro de 1981. O trabalho, p.10

Metalúrgicos: Cinco mil operários param nos estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 05 de março de 1982. Geral, p.10

Metalúrgicos: Sindicato denuncia cem demissões mensalmente. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 9 de julho de 1982. A cidade, p.11

¹⁸⁰ Movimento: Metalúrgicos criam comitê do desemprego. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 30 de março de 1982. A Cidade, p.2

¹⁸¹ Indústria Naval: Ministro garante apoio a armadores. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 11 de fevereiro de 1983. A Cidade, p.5

Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio. Os operários foram favoráveis à assinatura de um contrato entre o Ministério dos Transportes e a empresa, para a construção de 16 suppley-boats (embarcações de apoio a plataformas marítimas) para a Astromarítima. A comissão teria dito que nesse momento de crise, a estabilidade no emprego seria mais importante que aumento salarial.¹⁸²

A partir de então, começa um mundo de promessas que não foram cumpridas. Os trabalhadores passaram a lutar pela garantia de estabilidade pelo menos por um curto período de tempo, como 2 a 3 meses, sem ter sua demanda atendida.¹⁸³ Pelo menos no discurso mantiveram a clareza de que a crise estava sendo usada para uma maior exploração. Abdias dos Santos defendeu como justa a reivindicação de encomendas para os estaleiros, desde que os trabalhadores tivessem melhores condições de trabalho e níveis reais de salário. Sua avaliação era de que a maioria dos empresários do setor naval tinha antecipado a crise, aumentando seus lucros e socializando as perdas com os trabalhadores. A falta de financiamento não justificaria a redução contínua do número de trabalhadores, que chegou a uma baixa de 40% em janeiro de 1983 nos grandes estaleiros de Niterói. Ainda segundo Abdias, teria havido um aumento da produtividade e tarefas teriam sido redistribuídas entre os trabalhadores que mantiveram seu emprego, que teriam passado a fazer o trabalho dos que foram demitidos.¹⁸⁴

Nesse contexto, em 1983 Abdias José dos Santos foi pessoalmente a Brasília entregar uma carta ao presidente João Figueiredo, aos ministros Cloraldino Severo e Murilo Macedo e às lideranças partidárias, sobre a situação enfrentada pelos metalúrgicos com a crise econômica do país. A carta relatava a angústia e o desespero dos operários do setor naval: 17 mil metalúrgicos teriam sido reduzidos a 8 mil, sendo constantes os cortes e a desvalorização da mão de obra; Abdias disse ter havido diversas negociações entre a entidade e os patrões, que teriam prometido não fazer mais demissões até janeiro de 1984, o que não os deixaria tranquilos, porque a Ebin estava fechando as portas, enquanto Renave, CCN (Estaleiro Mauá) e MacLaren viviam ameaçando romper o acordo feito, sob a justificativa dos cortes de financiamentos. A carta terminava com um pedido de ajuda, de busca de soluções para essa situação.¹⁸⁵

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Metalúrgicos têm emprego certo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 12 de julho de 1983. A cidade, p.5

¹⁸⁴ Recurso para o estaleiro: carta do ministro desagrada operário. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 31 de agosto de 1983, p.9

¹⁸⁵ Metalúrgicos enviam carta a Figueiredo. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 15 de setembro de 1983. Final, p.6

Em 1985, outra comissão do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói seguiu para Brasília, para participar de um encontro com Ministros da Indústria e Comércio, Transportes, Minas e Energia e do Trabalho, para conseguir financiamento para o estaleiro Mauá, de forma a evitar a demissão de 2.300 metalúrgicos. A justificativa para as demissões foi o cancelamento das encomendas feitas pela Petrobras ao estaleiro Mauá, devido às irregularidades da SUNAMAM.¹⁸⁶ Como forma de pressão, o sindicato também mobilizou quatro mil metalúrgicos para fazerem uma manifestação, em frente ao prédio da Petrobras, contra a suspensão da encomenda de navios para o estaleiro Mauá. A categoria, então, tinha sido reduzida a 6 mil operários.¹⁸⁷

Em reunião entre as diretorias da CCN e do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, no estaleiro Mauá, ficou acertada a permanência dos 2.300 metalúrgicos ameaçados de desemprego. A diretoria do Sindicato também foi convidada a participar da reunião para a assinatura do contrato entre o Mauá e a Petrobras.¹⁸⁸

Além da busca por instâncias governamentais para intervir no problema da demissão nos estaleiros, os trabalhadores realizaram diversas passeatas e paralisações contra o desemprego.¹⁸⁹ Esse livre trânsito do sindicato nas instâncias governamentais e a incorporação da luta por financiamentos como medida para garantir a estabilidade no emprego começavam a aproximar empresários e trabalhadores. Em 1985, trabalhadores de Niterói, Rio de Janeiro e Angra dos Reis e empresários do setor naval fizeram passeata no centro do Rio contra o desemprego e a desnacionalização da economia. Também foi composta uma comissão intersindical de mobilização, envolvendo patrões e trabalhadores dos três municípios. Um documento seria entregue posteriormente ao presidente José Sarney, pedindo maior atenção para a indústria naval.¹⁹⁰

Apesar disso, a luta continua também nos estaleiros, com greves dos metalúrgicos em 1986, nos seis estaleiros de Niterói, por aumento salarial e outros

¹⁸⁶ Escândalo da Sunamam leva o dono do estaleiro Mauá ao suicídio. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 08 de fevereiro de 1985, p.8

¹⁸⁷ Metalúrgicos protestam para garantir emprego. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 6 de março de 1985, p.2

¹⁸⁸ Estaleiro Mauá decide não afastar empregados. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 9 d março de 1985, p.8

¹⁸⁹ Metalúrgicos terão resposta hoje. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 8 de junho de 1984,p. 6

Metalúrgicos protestam no Centro contra o desemprego. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 7 de julho de 1984, p.5

¹⁹⁰ Desemprego une patrão e operário em passeata. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 21 de junho de 1985, p.5

benefícios¹⁹¹; em setembro de 1987 na CEC, contra a demissão de funcionários, por livre atuação sindical e também por reajuste salarial¹⁹²; ainda em outubro de 1987, em todos os estaleiros, por reajuste salarial, entre outras pautas; e por fim em 1988, contra as demissões no estaleiro Mac Laren e pelo pagamento atrasado, em uma greve com mais de 20 dias de duração.¹⁹³ Muitas greves não foram vitoriosas, mas o trabalhador tinha consciência de que só através da luta teria conquistas. Ilustra bem isso o depoimento de Abdias dos Santos:

Olha, nós já levamos enfiadas homéricas. Nós já levamos enfiadas assim de perder tudo. De levar para o tribunal e aí dar uma lascada e levar um banho aí de demissões. E no ano seguinte vem outra greve. (...) As demissões são muito difíceis. É muito difícil porque as demissões, elas... Acontece que o trabalhador passou a conviver com esse processo de demissões. Porque chegou a um ponto que ou se luta, se corre riscos, e se banca uma paralisação ou então nós vamos ficar eternamente nas mãos daquilo que o patronato quer fazer. Então o pessoal arrisca. Quando nós vamos para uma frente dessa aí a turma já sabe que vai haver demissão. As cabeças vão rolar. Qual vai ser, isso aí vai depender... Tanto que não tem esse medo assim de “não vou à greve por causa de demissões”.¹⁹⁴

O final dos anos 1980 é um período de intensas mobilizações entre os metalúrgicos de Niterói. Em alguns estaleiros as demissões foram motivo de paralisações, exigindo estabilidade e a readmissão dos operários; em outros, o atraso no pagamento ou o calote nos encargos sociais devidos aos trabalhadores¹⁹⁵, assim como os brutais acidentes de trabalho.¹⁹⁶ O aumento da mobilização nesse setor não pode ser compreendido separadamente do contexto brasileiro.

Ao longo de toda a década de 1980, o Brasil viu inúmeras greves, com métodos diversos. A partir de 1987 tem um aumento do número de paralisações, chegando a 3.943 apenas no ano de 1989. Soma-se a isto que entre 1984-1989 foram convocadas quatro grandes greves nacionais, sendo a de 1989 a maior da história brasileira, com dois dias de paralisação e adesão de mais de 20 milhões de trabalhadores. A luta era por reajuste salarial para poder limitar as perdas decorrentes da inflação, que chegou às

¹⁹¹ Greve dos metalúrgicos começa tranqüila e com adesão total. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 1 de maio de 1986, p.5

¹⁹² Greve pára setores do estaleiro CEC. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 17 de setembro de 1987, p. 3

¹⁹³ Metalúrgicos voltam às ruas contra Mac Laren. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 28 de janeiro de 1988, p.5

¹⁹⁴ SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida à AMORJ.

¹⁹⁵ Estaleiro atrasa pagamento e funcionário quase o invade. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 30 de julho de 1988, p.9

¹⁹⁶ Morte de metalúrgico paralisa estaleiro. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 3 de fevereiro de 1988, p.9

alturas no esgotamento do modelo econômico da ditadura. O movimento sindical também se encontrava em um novo patamar organizativo com as centrais sindicais.¹⁹⁷

Durante o ano de 1989, metalúrgicos de Niterói realizaram mais uma greve, desta vez reivindicando 141% de reajuste, jornada de 6 horas, regulamentação das horas extras, direitos da gestante, reposição das perdas salariais e gratificação de férias, entre outros.¹⁹⁸ Em represália ao movimento, no quarto dia de greve os empresários suspenderam o pagamento do mês anterior.¹⁹⁹ E ainda assim a paralisação completou 31 dias, com adesão de 8 mil do total de 10 mil metalúrgicos. Ao chegar no 22º dia, a categoria resolveu suspender a passeata que fazia em direção ao BNDES, onde reclamariam o repasse de verbas aos empresários para a construção de armadores.²⁰⁰

Os trabalhadores consideraram o movimento vitorioso: as empresas ligadas ao SIMERJ, que correspondiam a 20% da categoria e não estavam em greve, tiveram reposição variando entre 30% e 40%, de acordo com a faixa salarial, e o pagamento da insalubridade. Já os operários de empresas vinculadas ao SINAVAL (70% da categoria) tiveram reajuste a partir de 1 de maio em 15%, 30% e 45% , de acordo com a faixa salarial.²⁰¹

Essa greve foi uma das mais longas dos metalúrgicos de Niterói. E foi pouco mais de um mês antes da escolha de uma nova diretoria sindical. Mesmo com a presença de Jair Meneghelli e uma maciça campanha da direção nacional da CUT pela chapa 1 de Abdias dos Santos – desta vez encabeçada por Mário Luiz da Silva – finalmente sai da direção.²⁰² A chapa 2, de Amaury Paciello, venceu com 66% dos votos, contra 23% da chapa 1 e 7% da chapa 3, de Edson de Souza.²⁰³ Das organizações que participaram do processo eleitoral: a chapa 1 teve entre seus membros militantes da Articulação Sindical e da Convergência Socialista; a chapa 2, do PDT e contou com o

¹⁹⁷ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.120

¹⁹⁸ Metalúrgicos paralisam 543 empresas. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 2 de maio de 1989, p.9

¹⁹⁹ Metalúrgicos não recebem o mês de abril. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 5 de maio de 1989, p.9

²⁰⁰ Metalúrgicos rejeitam contraproposta patronal. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 23 de maio de 1989, p.9

²⁰¹ Metalúrgicos voltam ao trabalho com conquistas. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 3 de junho de 1989, p.9

²⁰² CUT virá apoiar metalúrgicos. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 01 de agosto de 1989, p.5

²⁰³ Rinaldi vence eleição metalúrgica. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, domingo, 6 e segunda, 7 de agosto de 1989, p.8

apoio do PCB²⁰⁴; e a chapa 3 tinha militantes do PCdoB. A Convergência Socialista teve um importante papel para a construção da chapa de oposição ao Abdias, mas, segundo relatos, por ter sido ameaçada de ser expulsa da CUT se compusesse uma chapa separada, recuou na política.²⁰⁵

2.3 Anos 1990: o aprofundamento da crise e as gestões 1989-1998

De forma a facilitar a compreensão do tema, optei por dividir esta parte da explicação em dois tópicos que ilustram bem esse período. O primeiro diz respeito a articulações com outros sindicatos de trabalhadores e patronais, de forma a superar a crise do setor. O segundo resgata as lutas da categoria nesse período, tanto com as diversas paralisações frente à precarização da mão de obra, quanto com questões relativas à saúde do trabalhador.

2.3.1 Articulações entre sindicatos de trabalhadores e patronais

Nos anos 1990 a crise se intensifica. O monopólio das conferências é quebrado, abrindo o mercado para empresas globais de navegação, expondo os armadores brasileiros à concorrência.²⁰⁶ Fica claro que as empresas locais não têm condições de fazer frente a grandes operadoras mundiais. Cessaram as encomendas de armadores internacionais e os subsídios à produção.²⁰⁷ Em suma, é um período marcado pela abertura comercial e a redução de medidas protecionistas.

Um claro sinal da crise atravessada pela construção naval há alguns anos é o número de navios de bandeiras internacionais na baía de Guanabara, enquanto os navios nacionais se encontravam no cemitério. O estímulo ao afretamento de navios estrangeiros deu-se com a redução em 50% do adicional de frete de renovação da

²⁰⁴ Amaury Paciello era do PDT, posteriormente se filiaria ao PT em 1994, no mesmo período em que sai como candidato a deputado federal por São Gonçalo. Ver: Sindicalista vê o PT ganhando espaço em Niterói. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 3 de fevereiro de 1994, p.3.

²⁰⁵ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁰⁶ Em meados dos anos 1980, o mercado atuava através de conferências de frete fechadas, ou seja, são espaços nos quais as empresas, sob supervisão governamental, definiam rotas, tipos de navios, nível dos fretes, entre outras informações pertinentes na partilha das receitas de acordo com a capacidade de transporte de cada uma. Disponível em:

<file:///C:/Users/COMPAQ/Documents/Projeto/hist%C3%B3ria%20da%20ind%C3%BAstria%20naval/aicad_05.pdf> Acessado em jan. 2016

Ver também: PASIN, Jorge A. B. (2002) *Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas*. In: "Revista do BNDES", v. 9, n° 18, Rio de Janeiro. p.121-148. Dez/2002, p.128

²⁰⁷ Ver: < <http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Balanco-Historia.pdf> > Acessado em jan. 2016

Marinha Mercante, pelo governo Collor (1990-1992). O governo desregulamentou a Marinha Mercante e faltaram recursos ao Fundo de Marinha Mercante para renovar sua frota.²⁰⁸

As articulações entre patrões, trabalhadores e governos, existentes desde o período anterior, se acentuaram conforme a crise se agravava. Em julho de 1991, foi realizada uma Plenária Nacional dos Trabalhadores da Construção Naval, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. A proposta do encontro era discutir uma nova política para o setor, com ativa participação dos trabalhadores. Estiveram presentes metalúrgicos do Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis, Rio Grande do Sul, Amazonas e Santa Catarina.²⁰⁹ Em depoimento ao jornal *O Fluminense*, Amaury Paciello disse que os trabalhadores queriam uma participação mais ativa na política da indústria naval, queriam ser tratados como parceiros. Além das propostas para a implantação de uma política da construção naval, foi discutida a questão da saúde do trabalhador. O resultado desse encontro serviu como ponto de referência para o Encontro Nacional da Construção Naval.²¹⁰

Desse encontro nacional foi formada uma comissão com representantes de órgãos públicos, empresários e de trabalhadores diretamente ligados ao segmento, para discutir a política de navegação e marinha mercante no transporte aquaviário. Empresários – como Vitor Caputo, gerente comercial do Estaleiro Mac Laren – defenderam que o setor só voltaria a se desenvolver se fosse alterada a legislação que regulamentava os financiamentos. A comissão estudou medidas como a ampliação do índice de 20% referentes aos recursos destinados a embarcações vendidas no exterior; a isenção de impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); a concessão aos empresários brasileiros para abastecer no exterior; e a revitalização do FMM.²¹¹

Em 1992, o deputado Carlos Santana (PT-RJ) elaborou um projeto de lei que propunha a participação no FMM – na época administrado apenas pelo BNDES – do governo, empresários e trabalhadores, assim como a definição de linhas de prioridade

²⁰⁸ Crise atinge construção naval brasileira. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 14 de maio de 1991, p.3

²⁰⁹ Metalúrgicos querem parceria com patrões. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, domingo, 7 e segunda, 8 de julho de 1991, p.5

²¹⁰ Idem.

²¹¹ ANGELO, F. Legislação emperra construção naval. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 14 de novembro de 1991, p.6

para investimentos.²¹² O projeto foi discutido em reuniões entre o Ministro dos Transportes, Alberto Goldman; o Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira; o Ministro do Trabalho, Walter Barelli; representantes dos estaleiros, dos trabalhadores e os prefeitos do Rio, Angra dos Reis e Niterói.²¹³

Outro espaço de debate para formulações de política para o setor a partir de 1992-1993 é a Câmara Setorial da Indústria Naval, que discutiria a possibilidade de liberação, por parte do governo federal, de recursos que seriam provenientes do FAT para investimentos em estaleiros.²¹⁴ De acordo com Anderson, a câmara setorial foi pensada inicialmente como um mecanismo para negociar saídas sobre o congelamento de preços, que tinha um funcionamento bisetorial, apesar de prever a participação de trabalhadores.²¹⁵ Ela viria a ganhar o contorno tripartite a partir de 1991, e se tornaria um espaço para viabilizar estratégias de reestruturação de setores produtivos em geral, a partir de Aloizio Mercadante (PT), que propôs o artigo que alterou a lei das câmaras setoriais com essa finalidade.²¹⁶ Era um mecanismo pouco eficiente para conter os preços, gerou lucros exorbitantes para alguns setores (o exemplo de “sucesso” é a câmara do setor automotivo) e constituiu um espaço de confluência de interesses, com uma lógica de trabalhadores, empresários e governo juntos para o desenvolvimento econômico do país.

Os Sindicatos dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis assinaram o acordo na câmara setorial. O de Niterói fez um debate na categoria para avaliar a sua assinatura, realizando um seminário sobre os riscos e benefícios do projeto, com a participação dos presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Angra dos Reis e do Rio de Janeiro. A categoria decidiu escrever uma contraproposta para ser discutida na câmara setorial, para não deixar margem para o desvio de verbas.²¹⁷ Dados dos Metalúrgicos de Niterói indicavam que os recursos do FAT eram da ordem de US\$1.2

²¹² PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.243-244.

²¹³ Operários querem participar de Fundo de Marinha Mercante. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, domingo, 10 e segunda, 11 de janeiro de 1993, p.6

²¹⁴ O Fundo de Amparo ao Trabalhador foi criado em 1990 a partir de recursos provenientes do PIS/PASEP para o custeio de programas como o Seguro Desemprego e pagamento de Abono Salarial – era vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

²¹⁵ ANDERSON, P. *Câmaras setoriais; históricos e acordos firmados - 1991/1995*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

²¹⁶ FRANÇA, Teones. *Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

²¹⁷ Metalúrgicos rejeitam acordo do setor naval. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 19 de junho de 1993, p. 5

Metalúrgicos mantêm decisão de rejeitar repasse do FAT. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 22 de junho de 1993, p.4

bilhão, dos quais US\$212 milhões seriam repassados a estaleiros se o acordo fosse assinado.²¹⁸

O Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói tinha por objetivo pressionar o Ministro do Trabalho, Walter Borelli, para que ele interferisse na liberação dos recursos caso as empresas não estivessem em dia com o recolhimento do FGTS. Os trabalhadores também reivindicavam a fiscalização no destino final dado ao dinheiro. A estimativa, com o acordo, era a construção de 6 navios em 2 anos e aumento salarial de 10%. Metalúrgicos de Niterói exigiram também: a fixação de um plano salarial com 8 salários mínimos para profissionais e 5 para ajudantes, e reajustes reais totalizando 84% perdidos com o Plano Collor 1; estabilidade no emprego; fim da contratação de empregados por empreiteiras; participação dos lucros com 1/12 (14º salário); a reintegração de sindicalistas e cipeiros demitidos ilegalmente; participação do sindicato classista na seleção de novos funcionários; e a criação de uma comissão, com a presença de trabalhadores, para acompanhar a aplicação dos recursos.²¹⁹

Quase dois meses depois, no início de agosto de 1993, o governo liberou a primeira parcela do FAT para as indústrias de construção naval, através do BNDES. No caso de Niterói, a não assinatura do acordo por parte do Sindicato dos Metalúrgicos bloqueou a liberação dos recursos.²²⁰ No entanto, aproximadamente quinze dias depois, em reunião entre operários e representantes do grupo CCN, foi assinado um documento para liberação do FAT que garantiria o término das obras da Petrobras e apontava a perspectiva de criação de mais de mil empregos diretos. Amaury declarou que a assinatura do acordo era fundamental para Niterói reaquecer sua indústria naval através do estaleiro Mauá.²²¹

Os trabalhadores conquistariam as seguintes reivindicações: criação de novos empregos; reposição salarial integral de 100% do INPC do mês anterior; aumento real de 10% ao ano; piso salarial de profissionais de 7 salários mínimos e 3,5 para ajudantes; criação de uma comissão de acompanhamento do acordo com a presença de 5 trabalhadores; um trabalhador para fiscalizar o esquema de contratações da empresa; a reintegração gradual dos 400 demitidos pelo estaleiro esse ano; prêmio de produção de

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Metalúrgicos não assinarão acordo para liberar o FAT. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 24 de julho de 1993, p.6

²²⁰ Governo libera FAT para navegação. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, domingo, 1 e segunda, 2 de agosto de 1993, p. 8

²²¹ XAVIER, José Messias. Metalúrgico fecha acordo sobre FAT. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 14 de agosto de 1993, p.7

½ salário nominal de cada trabalhador; continuação do uso de empreiteiras, desde que fossem equiparados os salários dos terceirizados e dos efetivos; estabilidade no emprego até o final da construção dos navios; renegociação dos débitos do estaleiro com o governo; reintegração no serviço de sindicalistas e membros da CIPA demitidos; e priorização das obras da Petrobras.²²²

A cerimônia oficial de assinatura de acordo da Câmara Setorial contou com a presença do prefeito João Sampaio e do deputado estadual Godofredo Pinto (PT), entre outros parlamentares.²²³ No entanto, até o início de 1994 o dinheiro não tinha sido liberado.²²⁴ O balanço posterior de Patrícia Anderson, que em 1999 era membro da diretoria do IPEA, era de que o acordo teve dificuldades para ser implementado, com vários problemas legais relativos às resoluções do Conselho Monetário Nacional, e ainda problemas relativos ao FMM e à cobrança de juros.²²⁵ Também não foram encontrados dados comprovando que o acordo setorial teria contribuído para um aumento, ou pelo menos estabilização, do número de empregos no setor naval ou que qualquer uma das demais conquistas tenha saído do papel – pautas que teriam condicionado a assinatura do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

Em 1994, uma comissão formada por deputados da bancada federal do Rio de Janeiro, empresários e dirigentes sindicais da construção naval se reuniu com o presidente Itamar Franco (1992-1995) para apresentar um panorama da crise nos estaleiros. Só em Niterói, o índice de ociosidade chegou a 70% e os empregos caíram de 17 mil para 3 mil em dez anos. Os metalúrgicos tiveram que arranjar emprego em outros setores; muitos viraram camelôs.²²⁶ Os estaleiros Ebin, MacLaren, Cobrena e CEC Gradim fecharam. Os cinco que ainda operavam – CEC, Mauá, Renave, Enavi e Emac – estavam em condições precárias. O governo federal cortou os recursos para o setor, tendo reduzido 52% do orçamento do Fundo de Marinha Mercante.²²⁷

Tornaram-se frequentes, também, reuniões dos trabalhadores e patrões com deputados federais e estaduais e com o presidente do BNDES, em busca de

²²² Idem.

²²³ Navios da Petrobrás vão ser concluídos com verbas do FAT. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 26 de agosto de 1993, p. 6

²²⁴ Navio parado aumenta desemprego na cidade. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 22 de março de 1994, p.4

²²⁵ ANDERSON, P. *Câmaras setoriais; históricos e acordos firmados - 1991/1995*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999, p.13-14.

²²⁶ Indústria naval faz apelo nacional para sair da crise. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 15 de março de 1994, p. 4

²²⁷ Metalúrgico discute crise no setor naval. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 11 de novembro de 1994, p. 6

financiamentos.²²⁸ Contribuiu para a articulação de parlamentares do Rio de Janeiro, em defesa do setor, o posicionamento contrário à medida tomada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que com o seu pacote de reformas em 1995 promoveu o bloqueio do Fundo de Marinha Mercante e liberou a navegação de cabotagem da Petrobras para navios estrangeiros.²²⁹ Foram feitas novas tentativas de marcar audiência com o presidente para discutir a crise, estreitando a articulação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e a bancada federal.²³⁰

Entre os deputados surge a iniciativa de se realizar uma sessão aberta na ALERJ, para empresários e trabalhadores, com o objetivo de elaborar um manifesto cobrando do governo federal medidas de curto, médio e longo prazo para reaquecer a indústria naval fluminense. Também pensaram em promover manifestações para angariar apoios.²³¹

O governador Marcello Alencar (1995-1999) e o presidente do BNDES, Edmar Bacha, se reuniram no centro do Rio para discutir a revitalização da indústria naval. Uma das medidas que tomaram foi a criação de um grupo de trabalho com operários e técnicos da secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo.²³² As reivindicações dos empresários do setor que foram incorporadas pelos trabalhadores são: uma nova política de financiamento por parte do BNDES e a redução da Taxa de Juros a Longo Prazo, cobrada pelo banco para qualquer tipo de financiamento. Entre as sugestões do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro encontrava-se a regulamentação do financiamento do BNDES pela medida provisória 956, que obrigaria a utilização da mesma política de juros do FAT nos financiamentos.²³³ Amaury Paciello assim justificava a posição do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói:

Estamos solidários com os armadores nessa briga pela redução da TJLP. Não temos vergonha alguma de falar isso, pois a diminuição dessa taxa é a única solução para o atual estado de abandono da indústria naval. Ou o governo reduz essa taxa, ou o setor pára de vez. Quando os armadores entenderem que a parceria conosco vai proporcionar a eles navios mais baratos e construídos mais rapidamente a situação vai melhorar. É por isso que nos próximos dias eu vou procurar o Sindarma para propor ações em conjunto.²³⁴

²²⁸ ARAÚJO, Luis E. Setor naval aguarda verba do BNDES. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 3 de dezembro de 1994, p.5

²²⁹ Bloqueio do Fundo de Marinha gera protesto. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 4 de março de 1995, p. 6

²³⁰ Idem.

²³¹ MELO, Murilo Fiuza de. Indústria naval ganha apoio da classe política estadual. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 2 e segunda, 3 de abril de 1995, p. 10

²³² Indústria naval voltará a receber financiamento. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 13 de abril de 1995, p.3

²³³ Metalúrgicos fazem manifestação no Rio. **O Fluminense**, Niterói, terça, 9 de maio de 1995, p. 6

²³⁴ Metalúrgicos querem reduzir taxas de juros. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 4 de maio de 1995, p.4

Além de férias coletivas, outra alternativa criada para lidar com a crise do setor foi a criação de cooperativas. Um exemplo é o do Estaleiro Ferromar, que foi vendido para os funcionários do estaleiro e passou a funcionar como uma cooperativa.²³⁵ Um caso que não chega a se constituir enquanto cooperativa é o do estaleiro Emac: um dos diretores da empresa se juntou com os trabalhadores para manter o estaleiro aberto. Nesse acordo, diversas vezes os operários tiveram que abrir mão de direitos para manter o emprego.²³⁶

Em 1996, os metalúrgicos lançaram uma campanha – “Ação dos metalúrgicos em defesa do emprego e da vida” – que tinha dois eixos: geração, recuperação e manutenção de empregos; e “moratória do cidadão”, para suspensão do pagamento de água, luz, IPTU e prestações de casa própria do SFH para os desempregados.²³⁷ Parte da campanha foi pela reativação da indústria naval e a realização de estudos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, junto com a Firjan, sobre as fábricas desativadas e as que se encontravam em dificuldades. O sindicato também queria discutir a diminuição de encargos sociais dos empregadores.²³⁸

Por fim, não é possível terminar esta parte do texto sem mencionar outro uso que os recursos do FAT teriam. Uma parceria entre a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi feita em 1998, para implantação do Programa Integrar de Formação e Requalificação para o Trabalho, que garantiria a oferta de ensino de primeiro grau (hoje equivalente ao ensino fundamental) para cerca de mil trabalhadores desempregados no estado. Além do 1º grau, trabalhadores teriam aulas de capacitação profissional, como desenho técnico e informática. O programa atingiu 14 municípios do Estado e fornecia vale-transporte, seguro de vida e lanche. O programa Integrar estava orçado em R\$3,1 milhões.²³⁹

Dentre as atividades organizadas pelo Programa Integrar em Niterói, deve ser mencionado o debate sobre “Crédito popular e geração de renda”, cujo objetivo era buscar alternativas para enfrentar o desemprego. O encontro, realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, fez parte de Oficinas Pedagógicas Locais e

²³⁵ Cooperativa toma conta de estaleiro. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 28 e segunda, 29 de novembro de 1995, p.8

²³⁶ Trabalhador 4. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²³⁷ **O Fluminense**, Niterói, quarta, 20 de março de 1996, p.6

²³⁸ Ação dos metalúrgicos visa reativar o setor naval. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 22 de março de 1996, p.6

²³⁹ Secretaria assina convênio em benefício de desempregado. **O Fluminense**, Niterói, 24 de setembro de 1997, p. 9

previa a participação de representantes do SEBRAE e do BNDES, para orientar sobre como conseguir crédito para montar pequenas empresas e cooperativas.²⁴⁰ Já é apontada aí a saída neoliberal do empreendedorismo como uma opção para milhares de trabalhadores desempregados. Essas contradições marcaram a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói na época, não sem relação com os próprios debates que estavam sendo feitos nacionalmente pela CUT. É visível um contraste das opções feitas pelo movimento sindical do período, com a frequência e a intensidade da luta travada pela base nos estaleiros ao longo da década de 1990.

2.3.2 Operários navais lutam para sobreviver à crise

Como já foi mencionado, o número de paralisações durante o ano de 1989 é um dos maiores no Brasil. Para os metalúrgicos de Niterói, foi um ano em que a categoria fez apenas uma greve, mas de longa duração, chegando a 31 dias. A frequência desses movimentos aumentaria no ano seguinte, pelo contexto geral de indignação com o Plano Collor²⁴¹, mas também pelo extremo ao qual chegou a precarização no trabalho – que ganhou um novo contorno com todas as denúncias de acidentes mortais nos estaleiros. Em 1990, há greves quase que mensais dos metalúrgicos de Niterói; as exceções são os meses de janeiro, agosto e outubro, de acordo com o acompanhamento feito pelo jornal *O Fluminense*.

Os motivos para protestos dos trabalhadores não variaram muito dos citados anteriormente: demissões; salários atrasados²⁴²; falta de pagamento de indenizações e encargos sociais²⁴³; comidas estragadas²⁴⁴; falta de segurança no trabalho; revolta contra acidentes no trabalho²⁴⁵; contra medidas como a diminuição da carga horária de trabalho

²⁴⁰ Encontro vai discutir como montar empresa. **O Fluminense**, Niterói, 14 de maio de 1998, p.7

²⁴¹ Por exemplo, em abril de 1990 as perdas salariais chegaram a 166%. Metalúrgicos cruzam os braços em protesto. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 12 de junho de 1990, p.9

²⁴² Empregado de estaleiro só trabalha com salário. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 22 de março de 1990, p.9

²⁴³ Metalúrgico faz protesto diante do estaleiro. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 21 de fevereiro de 1990, p. 9

²⁴⁴ Comida estragada intoxicou 300 operários. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 8 de fevereiro de 1990, p. 5

²⁴⁵ Metalúrgico protesta contra a morte de colega em navio. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 17 de agosto de 1993, p.6

acompanhada da diminuição do salário; além de reivindicações por reajuste salarial. Ocupações de fábrica também se tornaram mais frequentes a partir de 1990²⁴⁶.

Além das reuniões com governos para tentar acordos e concessões para os patrões, na esperança de conseguir a contratação “pingada” de uma ou outra obra para os estaleiros de Niterói, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói tomou a iniciativa de tornar pública a falta de segurança no trabalho. São feitas inúmeras denúncias de acidentes mortais nos estaleiros, mas também de doenças que acometem especificamente o operário naval. Esta se torna uma forma eficaz de denunciar as péssimas condições de trabalho da categoria, mostrando também a faceta mais cruel da terceirização da força de trabalho.

O departamento médico do DIEESE fez um levantamento da saúde dos metalúrgicos brasileiros e constatou que operários com mais de 10 anos de trabalho, em especial em estaleiros, sofriam de silicose (ou “pulmão de pedra”) e abestose. As doenças eram causadas pelo uso de jatos de areia utilizados para limpeza de navios e chapas de aço, prática que na época já era proibida em estaleiros estrangeiros. O trabalhador que usava o jato devia dispor de proteção, como máscara, botas, luvas, macacão; no entanto, boa parte trabalhava sem isso. A poeira afetava também a saúde dos operários que circulavam no local de trabalho e, mesmo, da população que morava perto de estaleiros.²⁴⁷

Não existia nenhuma iniciativa das autoridades de saúde a respeito, e se tornou uma reivindicação dos metalúrgicos que essas duas doenças fossem reconhecidas junto à previdência como acidentes de trabalho, para que pudessem ser aposentados por invalidez.²⁴⁸ Dados do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, de 1991, apontavam que a silicose tinha feito 700 vítimas nos cinco anos anteriores, matando pelo menos 8 pessoas. Um operário de estaleiro demorava 9 anos para apresentar os sintomas da doença. O avanço era progressivo, não tinha tratamento e podia levar à morte depois de 10 anos de contaminação.²⁴⁹

O Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), da UFF, também estava recolhendo dados sobre a silicose, e a Fiocruz teve uma atuação importante na

²⁴⁶ Metalúrgicos ocupam estaleiro Renave. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 16 de maio de 1990, p. 6

²⁴⁷ Ponta d’Areia sofre com jateamento dos estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 12 de março de 1992, p. 4

²⁴⁸ Metalúrgicos contraem doenças em estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, domingo, 19 e segunda, 20 de agosto de 1990, p.7

²⁴⁹ ZAMORA, Carmem. Poeira de estaleiro mata 8 metalúrgicos. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, terça, 9 de abril de 1991, p.3

elaboração de estudos sobre a saúde do trabalhador. A movimentação chamou, inclusive, a atenção do então deputado Carlos Minc (PT), que apresentou um projeto de lei que proibia o uso do jateamento de areia no estado do Rio. De acordo com o levantamento de Minc, apenas Brasil, Argentina e Coréia do Sul ainda utilizavam essa tecnologia.²⁵⁰ A Lei 1979 entrou em vigor em 1992²⁵¹; no entanto, os empresários continuariam burlando-a, tanto ao fazer o jateamento à noite, quanto misturando areia na granalha de ferro (substância que deveria substituí-la).²⁵²

O HUAP tinha uma importância enorme para a saúde pública de Niterói, sendo um dos poucos atendimentos de emergência restantes, e era uma referência para os metalúrgicos. Em agosto de 1992, quando se tem a ameaça de interromper o atendimento fechando a unidade hospitalar, dois mil metalúrgicos saíram em passeata em defesa do hospital.²⁵³ Os operários navais organizaram-se em reuniões na porta de três estaleiros, na Ponta d'Areia e no Barreto (Mauá, Tenenge e CEC) e saíram às 8h em passeata, com dois carros de som do Sindicato, pedindo também pelo impeachment de Collor.

Os metalúrgicos foram recebidos com palmas pelos funcionários da UFF. Do HUAP, o grupo seguiu até a reitoria da UFF para falar com o reitor José Raymundo Martins Romeo. O protesto só acabou depois que o reitor da UFF garantiu aos metalúrgicos que o hospital não fecharia.²⁵⁴ Isso mostra o peso político que essa categoria tem para a cidade de Niterói. De acordo com um depoimento recolhido:

Uma greve política foi a greve... Uma greve de... Contra.... Contra o fechamento do Antonio Pedro, que era uma política contra o Collor. Foi uma greve política que nós fizemos. Nós trabalhadores fizemos... eu era presidente do Sindicato na época e eu só fiz porque o Antonio Pedro era o único serviço de emergência que nós tínhamos em Niterói. E o Collor simplesmente, da noite para o dia, disse que ia fechar. Nós cercamos o Antonio Pedro e não deixamos fechar.²⁵⁵

Nesse período, os estaleiros também passaram a ter vistorias periódicas da DRT, para verificar as condições de trabalho. A construção naval apresentava os maiores índices de morte de trabalhadores por falta de segurança do trabalho. Em média 10

²⁵⁰ Estaleiro é atuado por Secretaria. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 17 de agosto de 1991, p.3

²⁵¹ Estaleiros estão proibidos de utilizar jato de areia. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 23 de setembro, p.5

²⁵² Morador acusa estaleiro de manter jateamento de areia. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 16 de janeiro de 1993, p.5

²⁵³ Metalúrgico pede ajuda para HUAP. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quinta, 27 de agosto de 1992, p.5

²⁵⁴ Idem

²⁵⁵ Trabalhador 5. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

funcionários de estaleiros morriam anualmente em acidentes de trabalho.²⁵⁶ A maior parte das vítimas era vinculada a empreiteira.²⁵⁷ Essa forma de precarização já vinha sendo combatida pelos operários há longa data, pelo menos desde o final da década de 1970 e, no entanto, a questão estava longe de ser resolvida. Tinha empreiteira responsável pelas mortes de mais de 9 pessoas – e os problemas apontados em vistorias nunca foram resolvidos²⁵⁸. Aparentemente, era preferível economizar com EPI do que com a vida de um operário. O problema da crise é muito maior do que a falta de encomendas para os estaleiros, ela foi paga com o sangue de milhares de trabalhadores.

2.4 A retomada da indústria naval

Nos últimos anos da década de 1990, as empresas tentam se reestruturar. Perfis empresariais foram redefinidos e novas experiências de subcontratação colocadas em prática.²⁵⁹ As medidas de recuperação do setor se deram no âmbito do petróleo. Nesse sentido, Pessanha destaca a Emenda Constitucional nº 9, de 1995, que previa que a União poderia contratar empresas estatais ou privadas para pesquisa e lavra de jazidas; para refino do petróleo nacional ou importado; para importar ou exportar petróleo, derivados e gás natural. Na esteira dessa emenda também foi criada a lei 9.478/1997, conhecida como Lei do Petróleo.²⁶⁰

Essa lei revogava a legislação que garantia à União o monopólio estatal na pesquisa, refinamento e transporte de petróleo e gases raros no território nacional.²⁶¹ Segundo Pasin, a abertura do mercado de exploração e refino de petróleo acelera a expansão da exploração *offshore* (ao longo da costa). A crescente demanda da Petrobras por embarcações de apoio marítimo de tipo PSV (Platform Supply Vessels), AHTS

²⁵⁶ O dado está presente em uma reportagem de 1991, mas não se altera ao longo da década. Fiscalização da DRT interdita estaleiro. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sexta, 23 de agosto de 1991, p.7

²⁵⁷ Em 1993, dos 10 mil trabalhadores empregados, 6 mil eram de empreiteiras. Ver: Metalúrgico vai discutir empreiteiras. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, sábado, 9 de janeiro de 1993, p.5

²⁵⁸ Mortes já viraram rotina nos estaleiros. **O Fluminense**, Estado do Rio de Janeiro, quarta, 10 de julho de 1991, p.3

²⁵⁹ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.245.

²⁶⁰ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.252.

²⁶¹ Idem, p.252.

(Anchor Handling and Tug Supply) e LH (Line Handling) gerou encomendas aos estaleiros nacionais.²⁶²

Pessanha também destaca outras medidas para o setor, como a criação da autarquia ANP (*Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis*) e da não-governamental ONIP (*Organização Nacional da Indústria do Petróleo*), assim como a implementação do Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo (PROREFAM) pelo governo federal em 1999, como marcos da tendência de retomada do setor naval atrelada à expansão da Petrobras e à demanda por petróleo. E, ainda, o Programa Navega Brasil, criado em 2000.²⁶³

O governo Anthony Garotinho (1999-2002) prometeu uma política mais “agressiva” para a recuperação do setor. De fato, foi criada uma Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, sob direção de Wagner Victor. Uma das primeiras preocupações foi trabalhar pela isenção de todos os impostos, de todas as esferas (municipal, estadual e federal), para o setor naval – discutiu-se inclusive a flexibilização das leis trabalhistas. Essa seria uma forma de atrair novas empresas para Niterói.²⁶⁴

O governador Garotinho também se empenhou em levar, para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, propostas para a reativação da indústria naval fluminense, como: a possibilidade de uma nova política para o afretamento de embarcações de apoio marítimo, privilegiando as de bandeira brasileira; prazo mínimo de 2 anos para a construção de embarcações no país; a criação de uma nova linha de crédito, pré-aprovada no BNDES; e uma parceria entre os governos estadual e federal para mudar a carga tributária do setor naval.²⁶⁵

Uma cópia da proposta foi enviada aos ministros Celso Lafer (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Eliseu Padilha (Transportes), Rodolpho Tourinho (Minas e Energia) sugerindo a criação de um grupo de trabalho coordenado por eles, representantes do governo fluminense, BNDES, Petrobras, empresários e trabalhadores, para desenvolver o conteúdo da proposta. Victor também analisaria a possibilidade de criar mecanismos compensatórios para o setor em relação a encargos trabalhistas, via

²⁶² PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e perspectivas. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, p.121-148, dez./2002, p.129.

Sobre os tipos de embarcações ver: < <http://www.sobena.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Tipos-de-embarcacoes.pdf>> Acessado em jan.2016

²⁶³ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.252-256.

²⁶⁴ FARIA, Wallace. Mauá contrata 2 mil até julho. **O Fluminense**, Niterói, 17 e 18 de janeiro de 1999. Geral, p.13

²⁶⁵ Garotinho quer indústria naval. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 26 de maio de 1999. Cidades, p. 7

FMM, com o objetivo de aumentar a competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras.²⁶⁶

Entre as principais ações que foram traçadas pelo governador do Rio de Janeiro em relação ao setor constavam: a emissão de medida provisória para que o saldo restante do FMM, dinheiro não utilizado, não retornasse aos cofres do governo federal; e que o governo permitisse condições excepcionais e temporárias para os financiamentos para construção de novas embarcações.²⁶⁷ Em ato na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio foi criado o Fórum Permanente da Indústria Naval, coordenado por Dornelles e Garotinho.²⁶⁸

A Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo fez um levantamento entre as empresas, para saber o perfil do profissional que procuravam e atualizar os cursos do Senai para a nova realidade do setor naval. Foram promovidas várias visitas de estudantes de escolas técnicas do estado a estaleiros.²⁶⁹ Também foi criado o Programa de Nacionalização de Embarcações de Apoio a Plataformas de Petróleo, em 1999, para viabilizar a construção das embarcações nos estaleiros fluminenses.²⁷⁰

Através de sua atuação na Secretaria, Wagner Victor fez viagens para Aberdeen e Londres, na Grã-Bretanha, e retornou com parcerias fechadas. A Amec, uma das empresas do Mar do Norte, pretendia se instalar no Rio. E havia a possibilidade da filial da Society of Underwater Technology, centro de pesquisas com representação em Singapura e na Noruega, se instalar no Brasil.²⁷¹

Entre 1999 e 2000, grandes grupos internacionais passariam a atuar no mercado nacional. Já em 1995 o estaleiro Mauá tinha assinado acordo de cooperação técnica com o grupo japonês de construção pesada, Hitachi Zosen Corporation, para apoiá-lo em concorrências internacionais para navios de até 100 mil toneladas.²⁷² E em 1999 o Mauá teve suas instalações arrendadas pela Jurong, uma estatal de Singapura; a Keppel Fels,

²⁶⁶ Idem

²⁶⁷ Firjan prepara reciclagem. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 24 e segunda, 25 de outubro de 1999. Cidades, p.6

²⁶⁸ ALENCAR, Marcus. Dornelles defende isenção fiscal para a indústria naval. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 6 de novembro de 1999. Social/Cidade, p.5

²⁶⁹ GALVÃO, Valéria. Chegada de plataforma a Niterói garante 300 empregos. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 21 e segunda, 22 de novembro de 1999, p.4-5

²⁷⁰ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. *Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.257.

²⁷¹ THOMÉ, Cláudia. Victor fecha parceria no exterior. **O Fluminense**, Niterói, 21 e 22 de março de 1999. Cidades, p. 10

²⁷² MELO, Murilo Fiuza de. Indústria naval ganha apoio da classe política estadual. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 2 e segunda, 3 de abril de 1995, p. 10

também de Singapura, passou a atuar enquanto Brasfels; a norueguesa Aker Yards com o Promar; e o grupo norte-americano Fried e Goldman Halter passou a atuar no Eisa.²⁷³ Essa internacionalização da produção nos estaleiros brasileiros, com a entrada desses grupos, marcou o processo de reestruturação produtiva no setor. Para a mão de obra isso significou a intensificação da terceirização.²⁷⁴

Em estudo sobre as transformações no processo de trabalho no setor naval fluminense nesse processo de retomada, Freguglia aponta o uso de novas tecnologias, a necessidade de aumento de qualificação e a crescente terceirização como os maiores impactos sobre os trabalhadores. Também fez um levantamento sobre o retorno dos antigos operários navais para os estaleiros e constatou que isso se deu com perdas salariais, exceto para os que ganhavam até 2 salários mínimos. Os estaleiros readmitiram funcionários condicionando a um salário inferior e deteriorando a qualidade do trabalho. Quanto maior o tempo que ficavam afastados do mercado de trabalho formal, menor o salário recebido.²⁷⁵

Em 2002 foi criada a Lei 3.851, também conhecida por Lei Valentim, para blindar a indústria naval fluminense do mercado de importações. A lei incidia sobre a alíquota de 18º do ICMS para a implantação de bens e prestação de serviços destinados à indústria do petróleo. No governo Rosinha Garotinho (2003-2007) foram assinados ainda mais dois decretos: o decreto 34.811, determinando sobre quais equipamentos se aplicaria a lei Valentim; e o decreto 4.974, restringido a incidência tributária à produção de petróleo.²⁷⁶

No âmbito federal, o setor ganhou um novo impulso a partir do Governo Lula (2003-2010). Foram lançados os seguintes programas de incentivos: o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) em 2003, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) em 2005, a Política de Desenvolvimento Produtivo e o Programa da Empresa Brasileira de Navegação, ambos

²⁷³ Em âmbito mundial, Japão, Coréia do Sul e Alemanha dominavam a produção de Marinha Mercante, enquanto Estados Unidos, Noruega e Reino Unido o mercado Offshore e de Marinha de Guerra. Ver: LACERDA, S. M. Oportunidades e Desafios da Construção Naval. In: *Revista do BNDES*, v. 10, n. 20, Rio de Janeiro, p.41-78, dez./2003, p. 73-74.

²⁷⁴ JESUS, C. G.; GITAHY, L. *Indústria da Construção Naval e Desenvolvimento Regional em Angra dos Reis no Início do Século XXI*, p.14-16. Disponível em: <http://institutocifot.com/seminario_rii/pdfs/grupo6/06.23-Guedes%20de%20Jesus.pdf> Acesso em: jan/2016.

²⁷⁵ FREGUGLIA, R. S. Readmissão e qualidade do emprego nas trajetórias profissionais dos trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro. In: *Revista da ABET*, v. II, nº1, p.120-152, 2002, p.140.

²⁷⁶ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. *Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.256-259.

em 2008, Plano Brasil Maior em 2011, lançado pelo governo Dilma, e o Reparcelamento da Frota da Marinha.²⁷⁷

O PROMINP foi criado para maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. O programa atuava por comitês setoriais e previa atividades como um Plano Nacional de Qualificação Profissional, o PROMINP Tecnológico e um estudo de competitividade. Já o PROMEF era gerido por uma subsidiária da Petrobras, a Transpetro, e fazia parte do PAC. Tinha o objetivo de construir novos estaleiros e renovar a frota da companhia, com índices de nacionalização variando entre 65% e 70%, de acordo com as fases do programa.²⁷⁸

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, era constituída de uma série de medidas para enfrentar a crise internacional, estabelecendo a construção naval como um segmento estratégico. O Programa Empresa Brasileira de Navegação (EBN) foi instituído para fomentar o surgimento de armadores privados nacionais e reduzir a dependência do mercado externo de fretes para cabotagem. O Plano Brasil Maior (2011) está organizado por blocos produtivos conforme a função e as especificidades técnicas. Seu conselho gestor é composto por cinco ministérios. Dentre seus comitês executivos foi criado um de Petróleo, Gás e Naval, composto por membros de MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), do BNDES, representantes do governo federal, das empresas, de sindicatos patronais e dos trabalhadores. Seu objetivo era estimular inovações e relações intersetoriais.²⁷⁹ Por fim, o Programa de Reparcelamento da Frota da Marinha, que faz parte do PAC, prevê a construção de embarcações, inclusive submarinos, bases navais, entre outros, em parceria com empresas de tecnologia internacionais.²⁸⁰

Com esse pacote de programas, a indústria naval manteve a sua cartela de obras mesmo com a crise econômica em 2008. E não foram apenas os empresários da construção naval que lucraram, mas também grandes empreiteiras. De acordo com Julia Gomes e Souza:

²⁷⁷ CARDOSO, A. O. (org). *As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical*. São Paulo: CNM/CUT e DIEESE, 2015, p.370.

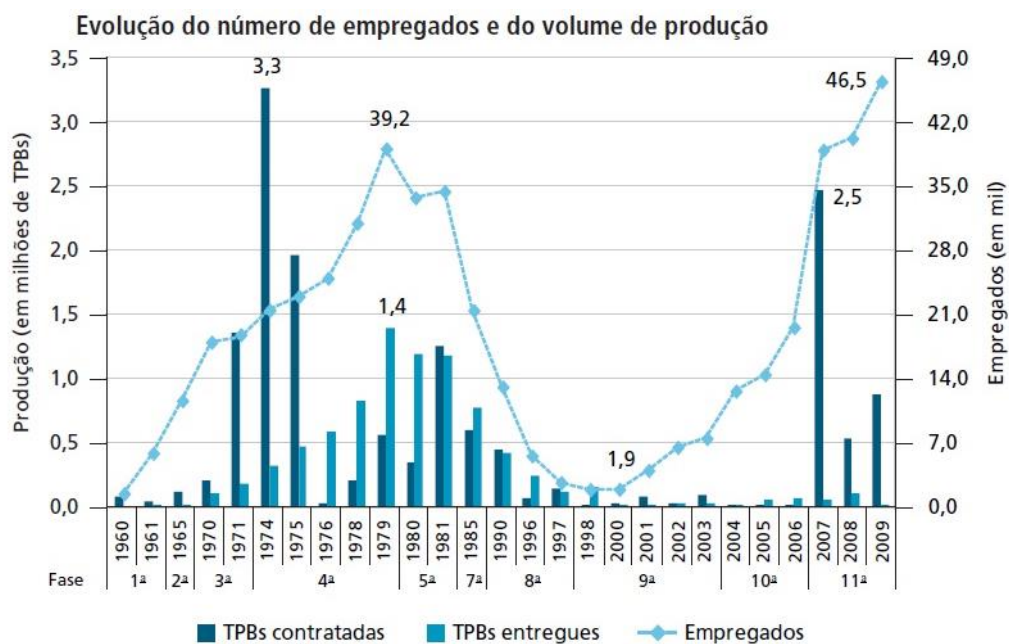
²⁷⁸ PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. *Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.260-263.

²⁷⁹ CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, p.109-149.

²⁸⁰ CARDOSO, A. O. (org). *As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical*. São Paulo: CNM/CUT e DIEESE, 2015, p.370

O Governo Lula é marcado pela alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder. Dentre os aspectos levantados dessa política que estão diretamente relacionados com a construção naval podemos citar, o incentivo do governo federal na criação dos chamados “campeões nacionais”, estimulando a concentração e a centralização do capital em âmbito local. Nesse aspecto, cabe destaque para o fortalecimento da presença de empresas brasileiras tradicionais no ramo da construção civil na construção naval, como foi o caso, por exemplo, da Camargo Corrêa e da Queiroz Galvão com criação do Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco em 2005; da Odebrecht que participa da construção do Estaleiro Enseada Paraguaçu na Bahia e da Andrade Gutierrez que arrendou o estaleiro Mauá.²⁸¹

Com esses programas, o setor naval – que anteriormente era concentrado no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul – foi ampliado para outros estados, com destaque para as atividades em Pernambuco, Santa Catarina, Amazonas e Bahia.²⁸² É possível avaliar a situação do número de empregos no setor e o volume da produção em toneladas por porte bruto (TPB) a partir do quadro abaixo²⁸³:



Elaboração: Ipea.

Pires, Gomide e Amaral fizeram um estudo comparativo sobre a revitalização da indústria naval no Brasil no período democrático e as políticas para o setor nas décadas

²⁸¹ GOMES E SOUZA, J. Indústria da Construção Naval e Neoliberalismo no Brasil: Primeiras aproximações. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5, 2013. Londrina, p.226. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_julia1_GVI.pdf> Acesso em: jan. 2016

²⁸² PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. *Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.270-274.

²⁸³ Quadro retirado de: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, p.64

de 1970 e 1980. Ambos os arranjos estão ancorados no financiamento público de empresas privadas, para a construção de estaleiros e embarcações, através do Fundo da Marinha Mercante. A diferença reside no fato de que, enquanto no período ditatorial as decisões sobre o setor estavam concentradas na gestão do Fundo de Marinha Mercante, tendo como único agente financeiro o BNDES, a revitalização do setor a partir do final da década de 1990 teve por base a incorporação de novos atores (como trabalhadores e empresários), novos instrumentos e novos processos.²⁸⁴

A partir de 2004, o arranjo político institucional que viabilizaria ações de revitalização da indústria naval passou a contar com 38% de representação de empresários e trabalhadores do setor no Conselho Diretor do FMM, que define os projetos a serem financiados com os recursos do FMM. Outras mudanças são as reformas a partir de 2005, que buscaram introduzir os demais bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia S/A – como agentes financeiros do setor, estimulando a ampliação das operações e a concorrência entre eles.²⁸⁵

2.4.1 A atuação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói entre 1998-2012: gestões de José Mascarenhas, Reginaldo Costa e Silva e Edson Rocha

Depois de Amaury Paciello, a diretoria do Sindicato passa, nos anos seguintes, pelas gestões de José de Oliveira Mascarenhas (1997-2008), Reginaldo Costa e Silva (2008-2012) e Edson Carlos Rocha da Silva (2012 em diante). Nesse período, a maioria da direção do sindicato se vincularia à Articulação Sindical. Não será possível trabalhar pormenorizadamente cada gestão, mas é perceptível uma linha de continuidade política, na qual duas questões sobressaem: a participação do sindicato em comissões diversas relativas à gestão da indústria naval e de organização de cursos profissionalizantes com verbas oriundas do FAT; e a pauta da saúde do trabalhador, através de conselhos estaduais de saúde do trabalhador e da formulação de normas de regulamentação da segurança do trabalho em fóruns tripartites, que parece ser um dos principais focos da

²⁸⁴ PIRES, R.; GOMIDE, A.; AMARAL, L. A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático. In: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014, p. 69-108

²⁸⁵ Idem.

ação sindical em articulação com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.²⁸⁶

Durante a gestão de Mascarenhas deu-se o processo de retomada do setor, e sua atuação na diretoria do sindicato se manteve na lógica da conquista de novos empregos, a partir da defesa dos estaleiros, reforçando a luta pela isenção de impostos e outros incentivos. As principais mobilizações da categoria eram para a realização de atos na sede da Petrobras e de marchas a Brasília.

No final da década de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói ensaiou a elaboração de um banco de dados para o cadastro dos trabalhadores desempregados para indicar às empresas conforme fosse retomada a demanda do setor.²⁸⁷ A criação desse banco de dados também estava na agenda da Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, pensando-o a nível estadual a partir da parceria dos sindicatos dos metalúrgicos de Niterói, Rio de Janeiro e Angra dos Reis. A ideia de Victer era disponibilizar as fichas na Internet para consulta das empresas. A Firjan não só apoiou o cadastro computadorizado dos metalúrgicos, como avaliou que isso poderia ajudar a estreitar laços entre os desempregados, o Sindicato e as empresas.²⁸⁸ Esse cadastro foi além, tendo sido combinado à realização de cursos de reciclagem dos trabalhadores com as empresas que fizeram convênio com o Senai.²⁸⁹ Foi formado um grupo para controle e administração desses cursos criados com as verbas do FAT, chamado GerAção, composto pela Firjan, Sebrae, Senai, Comissão Municipal de Emprego, Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Sinaival, Agência de Desenvolvimento de Niterói e Secretaria Municipal de Promoção Social.²⁹⁰

O sindicato dos metalúrgicos de Niterói aderiu ao discurso de que a mão de obra não era absorvida pelo mercado por falta de capacitação.²⁹¹ Com a maior participação do PT na Prefeitura de Niterói, membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói seriam convidados para participar de espaços como a Comissão Municipal de Emprego de Niterói, cujo presidente em 2000 era Edson Carlos Rocha da Silva – atual

²⁸⁶ Trabalhador 4. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁸⁷ FARIA, Wallace. Estaleiro contratará 400 metalúrgicos. **O Fluminense**, Niterói, 6 de março de 1999. Cidades, p.7

²⁸⁸ BASTOS, Isabela. Cadastro poderá ser acessado pela Internet. Metalúrgicos terão novo banco de dados. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 24 e segunda, 25 de outubro de 1999. Cidades, p.6

²⁸⁹ Firjan prepara reciclagem. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 24 e segunda, 25 de outubro de 1999. Cidades, p.6

²⁹⁰ MOREIRA, Jaciara. Senai promove cursos. **O Fluminense**, Niterói, terça, 21 de novembro de 2000. Social/Cidade, p.5

²⁹¹ MEDEIROS, Raquel. Indústria: Capacitação para setor naval. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 11 e segunda, 12 de agosto de 2002. Cidades, p.3

presidente do Sindicato²⁹². Essa comissão discutia os cursos de capacitação para o setor naval, criados com os recursos do FAT.²⁹³ A mudança no papel do sindicato é assim resumida por Mascarenhas:

Antes, na área naval, os sindicatos tinham um papel mais incisivo, colocando os empresários “contra a parede”. Agora, num mercado globalizado, onde a competitividade dita as regras, esta instituição tem se comportado de forma diferente. “Hoje a briga é pelo emprego”, avalia o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, José de Oliveira Mascarenhas.²⁹⁴

Como parte de um movimento político geral da própria CUT, de priorizar as negociações e um sindicalismo “propositivo”/cidadão, o sindicato passou a se inserir cada vez mais em comissões e instâncias governamentais. Isso é apontado no depoimento de um atual membro da diretoria do Sindicato:

Hoje a gente tem, vamos dizer assim, representação no Fundo de Marinha Mercante... Nós temos a representação do trabalhador dentro do conselho diretor do Fundo de Marinha Mercante, a representação nossa. A gente tem representação em vários outros conselhos, naquele do... do Plano Brasil Maior... Esse sindicato tem assento, nós temos... No conselho de indústria naval e petróleo... Nós temos assento no conselho de defesa do Plano Brasil Maior... Ou seja, o que o reconhecimento que a gente acaba tendo, fruto de nossa luta mesmo, fruto da luta dos trabalhadores aqui de Niterói... Porque nós fomos pioneiros em várias lutas.²⁹⁵

De acordo com outro diretor sindical, atualmente o Sindicato não oferece mais o curso Integrar de ensino básico, mas tem a intenção de retomá-lo. Nacionalmente, o curso continua existindo e oferece formação para o ensino médio. A partir de 2001, também é oferecido como parte desse programa, mas apenas para diretores sindicais, o curso de tecnólogo em administração pública, na universidade Federal de São Carlos, com duração de aproximadamente três anos²⁹⁶. Esse diretor sindical sai apto a: “Ele pode ser um assessor parlamentar com formação técnica-universitária, um deputado, um

²⁹² Em 2000, Godofredo Pinto (PT) foi eleito vice-prefeito de Niterói junto com Jorge Roberto Silveira (PDT). E Rodrigo Neves (PT), então vereador e presidente da Comissão Especial de Geração de Emprego e Renda, organizaria audiências públicas na Câmara Municipal de Niterói para discutir a questão da indústria naval em articulação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

Ver: RISSO, Flávia. Para Vítter, Niterói tem perfil ideal para abrigar setor. Indústria naval em discussão na Câmara. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 6 de dezembro de 2000. Política, p.3. Segurança no trabalho. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 27 de março de 2004. Geral, p.4

²⁹³ MOREIRA, Jaciara. Senai promove cursos. **O Fluminense**, Niterói, terça, 21 de novembro de 2000. Social/Cidade, p.5

²⁹⁴ Operários comemoram. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 21 e segunda, 22 de julho de 2002. Profissões, p.2 (36488)

²⁹⁵ Trabalhador 4. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁹⁶ No site é mencionada a UFSCar, mas no depoimento R.N. diz que o curso é em Campinas. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.integrar.org.br/arquivos_publicacaoes/fundamentos%2520do%2520integrar.pdf&gws_rd=cr&ei=pEi5VsLIMoKFwQSYnYOYBA> Acesso em fev. 2016.

vereador, um prefeito, até um senador... Porque o cara pega toda aquela nata da gestão pública.”²⁹⁷ Outros cursos também oferecidos em parceria com a CNM-CUT são sobre normas de segurança do trabalho, voltados para cipeiros.

A mudança de orientação política da CUT também se expressa na forma como as greves são encaradas: como último recurso, porque a greve é um gasto. A greve passa a representar, no seu nível mais imediato, perda de dinheiro, porque o trabalhador não recebe os dias paralisados. Isso é visível em mais de um depoimento:

Aqui de primeiro tinha assim uma tradição de se parar até por falta de papel higiênico, qualquer coisinha... Ah, teu chefe te chamou de feio? Ligava para o sindicato: “ó, meu chefe me chamou de feio, toca o apito aí e para tudo”. Hoje essa... Hoje essa política mudou porque o patrão hoje quer mais que você faça greve, que é pra ele lá na frente dizer assim: “olha, como é que eu posso pagar? Não tem trabalho. Eles não produzem.” Entendeu? Então, hoje vai-se mais para o diálogo, pras reuniões e bababa.²⁹⁸

Não deixaria de ter greve na categoria depois que o setor voltou a tomar corpo, mas são curtas, a não ser as paralisações espontâneas, promovidas pela base, sem o controle da direção do sindicato. Felizmente, esses trabalhadores que têm um histórico tão bonito de mobilizações voltariam a recordar seu passado de lutas na greve que assinala um novo momento da relação entre a base dos trabalhadores e o sindicato: a greve de 2012.

²⁹⁷ Trabalhador 6. Depoimento [jun. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

²⁹⁸ Idem.

CAPÍTULO III

CUT e o esgotamento de um projeto político

3.1 A crise do novo sindicalismo

Muito se escreveu sobre o movimento sindical que ocuparia a cena nacional no final da década de 1970. Como vimos, a retomada de greves deu-se em um contexto de reabertura política – em um processo de intensa mobilização em diversos movimentos sociais e acompanhado de mudanças mais profundas no movimento sindical, ampliando seu escopo de atuação para o setor de assalariados médios e outros, assim como a possibilidade de criação de centrais sindicais. A intensidade política e organizativa da classe trabalhadora na época foi canalizada na construção de dois instrumentos principais: a CUT e o PT.

Tendo em vista a imensa produção de trabalhos a respeito e a impossibilidade de analisar todos, não temos neste texto nenhuma pretensão de esgotar o tema. A seleção dos autores se relaciona com o que elencamos como algumas questões importantes para compreender a crise do novo sindicalismo. Alguns estudiosos a identificariam com uma crise mais geral do movimento sindical internacional, a partir de um momento de refluxo que se faria sentir na diminuição dos índices de sindicalização e do número de greves. Parte dos trabalhos que coadunam com esta análise não faria uma leitura crítica sobre a trajetória da CUT: considerando apenas os desafios que se colocaram ao movimento sindical no período – como o desemprego e a reestruturação produtiva –, elogiariam a capacidade do movimento se reinventar a partir da participação em fóruns amplos de negociação, por exemplo.²⁹⁹ Alguns desses trabalhos, inclusive, não veriam uma ruptura na linha política da CUT, por identificarem o movimento grevista no final da década de 1970 como uma luta por cidadania.³⁰⁰

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que discordamos da associação do movimento sindical dos anos 1980 com uma luta por cidadania. As manifestações dos trabalhadores podem se confundir com um movimento mais amplo pelo fim da ditadura,

²⁹⁹ Ver: SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. *Revista da Rede de Estudos do Trabalho*, v. 5, n.8, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/11%20_%208%20Articulo%20Marco%20Santana.pdf> Acesso em fev. 2016.

MARTINS, H. Rodrigues, I. J.. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 1990. *Tempo Social*, São Paulo, 11(2), p.155-182, 1999.

³⁰⁰ Ver, por exemplo: Rodrigues, I. J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997, p.19.

mas a política se constituiu nos marcos de uma perspectiva classista. Compartilhamos da avaliação de Teones França, de que dos anos 1980 para os anos 1990 houve uma ruptura na linha política adotada pelo movimento, que passou por um processo de adesão à institucionalidade. E de que falar sobre a crise do sindicalismo brasileiro na década de 1990 é falar da crise do *novo sindicalismo* a partir de seus principais expoentes: a CUT, mas também a sua antítese, a Força Sindical.³⁰¹

Dentre os trabalhos que adotam uma perspectiva internacional, sem identificar o movimento sindical do final dos anos 1970 como apenas uma reivindicação por cidadania, destacamos o de Boito Jr. Ao fazer um balanço sobre o que teria contribuído para a mudança política da CUT, ele elencaria duas variantes explicativas que teriam polarizado o debate: de um lado, a consideração unilateral da ideologia e das opções políticas da corrente majoritária da CUT (a Articulação Sindical) como fator explicativo da estratégia propositiva; e de outro, a consideração das condições materiais objetivas para explicar as opções políticas adotadas pela Articulação Sindical, também de forma unilateral. A primeira sugeriria que se a CUT tivesse vontade política, poderia voltar a adotar a estratégia dos anos 1980, e a segunda que os rumos adotados pela central seriam inevitáveis frente à conjuntura.³⁰²

Ele identificou os trabalhos de Vito Gianotti e de Sebastião Neto como uma variante da primeira tese, que atribuiria a culpa da mudança política da CUT às opções políticas da Articulação Sindical, influenciada pela social democracia europeia e com uma orientação que consolidava um processo de burocratização do funcionamento da central. Boito Jr. relativizou a associação dos valores da central nos anos 1980 com o socialismo e o classismo, apontando que a CUT nunca empreendeu uma luta contra o capitalismo, mas contra a política de desenvolvimento em curso. O caráter de massa e democrático da CUT teria sido comprometido pela sua adesão à estrutura sindical e, mais do que voltar à CUT dos anos 1980, seria necessário elaborar uma nova tática política, adequada aos anos 1990.³⁰³

A segunda variante foi atribuída ao trabalho de Iram Jacome Rodrigues, que teria avaliado positivamente a evolução da CUT e atribuído a condições objetivas – a democratização do regime político brasileiro e a “institucionalização” da central, o desemprego e o aumento da concorrência – a adoção pela CUT de uma atuação mais

³⁰¹ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.11-16.

³⁰² BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.199-230.

³⁰³ Idem, p.199-230.

pragmática. Rodrigues teria afirmado que o novo sindicalismo se formou como uma expressão de luta pela democracia, e a postura da CUT nos anos 1990 apareceria como desdobramento natural disso.³⁰⁴

Para Boito Jr., a ofensiva neoliberal seria o principal fator explicativo dos rumos adotados pela CUT a partir do início dos anos 1990.³⁰⁵ Seu trabalho influenciaria outros, como o de Andréia Galvão e o de Rodrigo Teixeira, que também enfatizariam o peso do neoliberalismo como fator explicativo.

Teones França também tem uma importante contribuição sobre o novo sindicalismo. As hipóteses por ele consideradas são: de que houve, nos anos 1990, uma aproximação política da CUT de concepções que antes eram defendidas pela Força Sindical; o impacto das mudanças do capitalismo em âmbito mundial, em especial da reestruturação produtiva, sobre a classe trabalhadora – tanto nas suas formas organizativas, quanto na sua composição; o emprego, pelas correntes cutistas, de um marxismo “simplório”; e o impacto do fim do socialismo real, dando maior visibilidade para a Força Sindical e instaurando uma crise na CUT. Todos esses fatores resultariam na perda de um referencial de classe e na adoção do sindicalismo cidadão. Muitos dos pontos por ele dissecados aparecem em outros trabalhos (inclusive nos anteriormente mencionados aqui), mas ele apresenta uma boa síntese da produção sobre o tema.³⁰⁶

De acordo com Mattos, o refluxo pelo qual passa o movimento sindical a partir dos anos 1990 se explica pela reestruturação produtiva, a permanência de elementos da estrutura sindical corporativista e as opções políticas da CUT nos marcos desses fenômenos.³⁰⁷ Uma observação importante é que, apesar da diminuição das lutas sindicais, houve um aumento do número de entidades filiadas à CUT nesta década. Diferentemente dos anos 1980, nos quais a filiação à CUT significava a entrada da entidade para um “circuito combativo”, nos anos 1990 o crescimento seria apenas formal, burocrático.³⁰⁸

Por fim, gostaríamos de mencionar que por mais que a CUT tenha um caráter mais amplo, que inclui a participação de correntes políticas vinculadas a outros partidos, é preciso considerar a sua relação íntima com o PT, pela sua origem comum, seu

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.13-14.

³⁰⁷ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.126.

³⁰⁸ MATTOS, M.B. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 9, pp 57-75, 2003, p.65.

alinhamento político e por compartilhar as figuras dirigentes. Aqui infelizmente não seremos capazes de fazer uma análise de fôlego, mas tentaremos nos debruçar sobre o tema.

3.1.1 A construção do sindicalismo propositivo

O Brasil vive uma década de atraso no desenvolvimento do movimento sindical e das transformações no mundo do trabalho, se comparado ao resto do mundo. Enquanto nos anos 1980 era identificada uma crise no sindicalismo europeu, vivíamos um intenso processo de reorganização. Aqui a crise viria na década de 1990, assim como a aplicação de políticas neoliberais, dentre as quais se destacam as privatizações, a abertura de mercados e a reestruturação produtiva. Sobre esta última, é preciso apontar que as análises divergem sobre quando começou a ser implementada. Alguns estudos apontam seu início nos anos 1970, mas cujos efeitos viriam a se fazer sentir com maior força nos anos 1990, a partir do aumento da informalidade (com formas terceirizadas e temporárias de emprego) e do desemprego.³⁰⁹ O impacto do neoliberalismo vai além, modificando não apenas as relações de trabalho e a acumulação de capital, mas a organização da vida e a consciência política, agravadas pela queda do muro de Berlim em 1989, enfraquecendo decisivamente o referencial teórico anticapitalista em um processo que viria a afetar as organizações de esquerda em âmbito mundial.³¹⁰

O ano de 1988 pode ser considerado um ponto de inflexão na conjuntura brasileira, que significou tanto a consolidação do processo de transição política com a elaboração da Constituição³¹¹, quanto uma mudança na postura política da CUT para uma fase mais conciliadora. O movimento sindical questionava os limites da ordem democrática e tinha a prioridade de trazer a discussão da Constituinte para o terreno da luta de massas na construção de um projeto dos trabalhadores, de forma a garantir a conquista de direitos. Por outro lado, a CUT também se empenhou para eleger uma expressiva bancada de representantes dos trabalhadores capazes de irradiar uma forma de pressão sobre o Congresso, elegendo muitos sindicalistas ligados à Central e ao

³⁰⁹ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.19-27

³¹⁰ GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, pp.219-239, 2004, p.219. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

³¹¹ LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n2, pp.111-138. Jan/jul. 2014, p.132-136.

PT.³¹²

Esse duplo movimento se reverbera em diferenças internas na CUT sobre o tema, sendo o maior ponto de discordância do III CONCURTO(1988) o apoio ou não à nova constituição. Enquanto a corrente majoritária, Articulação Sindical, exaltava a conquista dos direitos sociais, correntes mais à esquerda apontavam a falta de avanços na questão da estrutura sindical, um debate caro para militantes que formaram a central.³¹³ A Constituição de 1988 trouxe conquistas como o direito de sindicalização para o funcionalismo público, a criação de centrais sindicais e a extinção do poder do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, mas manteve a unicidade sindical, o monopólio da representação, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho – ou seja, as bases da estrutura sindical corporativista.³¹⁴

O II CONCURTO (1986) se caracterizou pela intensificação de suas disputas através da formalização das tendências internas, assim como a ascensão da Articulação Sindical como direção majoritária da CUT, atingindo 59,9% dos votos. Já no III CONCURTO, a Articulação Sindical se tornou mais autoritária no que diz respeito à imposição de sua linha política na CUT, o que poderia ser exemplificado pela instituição da sua contribuição ao congresso como tese guia e a imposição de mudanças estatutárias que diminuía a participação de oposições sindicais e de delegados de base.³¹⁵

Por fim, o ano de 1988 também pode ser considerado um marco, por ser um ano no qual o PT conquistou diversas prefeituras a nível nacional e se preparava para a possibilidade concreta de levar um dos principais dirigentes sindicais à presidência. De acordo com França, a Articulação teria feito a experiência com a institucionalidade e constatado a possibilidade de galgar espaços e de conseguir “vitórias” por esta via. Ela tinha um projeto político próprio de reforma para o país e de “aprofundamento da democracia” e promoção da distribuição de renda – embrião de uma orientação propositiva que viria a se tornar, posteriormente, a concepção do “sindicalismo

³¹²FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.137-181.

³¹³ Idem.

³¹⁴ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.132.

³¹⁵ TEIXEIRA, R. D. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995). 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009, p.39-44.

cidadão”³¹⁶.

Andréia Galvão adota uma cronologia diferente, considerando o período entre 1990 e 1992 como de formação da proposta do sindicalismo propositivo, por ela assim definido:

A grandes rasgos, el sindicalismo propositivo se caracteriza por el predominio de la acción en el plano institucional, de la negociación dentro del orden y por hacer concesiones con el gobierno y con el capital. La negociación se realiza de manera “realista”, sin confrontarse con los elementos de las propuestas presentadas por el gobierno y por los patronos. Las críticas son puntuales y no ameritan el cambio de la política dominante, ni la reversión de las formas de gestión de la fuerza de trabajo, aspecto éste que se contraponen al sindicalismo combativo, que se caracteriza por el predominio del trabajo de organización y movilización de las bases sindicales, por la negociación contra el orden (negociación contrapropositiva), por la lucha a favor de la ampliación de derechos (cuando es ofensivo) y por la resistencia a la violación de los mismos (cuando es defensivo).³¹⁷

Além de considerar alguns dos elementos já mencionados quando nos referimos aos trabalhos de outros pesquisadores, Galvão também aponta como fatores explicativos para essa inflexão política da CUT: a fundação da Força Sindical pela corrente do “sindicalismo de resultados” em 1991; e a ascensão de lideranças centristas que queriam ocupar espaços institucionais para negociar saídas para os problemas econômicos de setores industriais.³¹⁸ Boito Jr. destaca a importância do desemprego ao se considerar seu efeito sobre importantes setores do sindicalismo cutista, afetando metalúrgicos e bancários, principais bases da Articulação. Não se tratava de uma questão numérica, mas de colocar os trabalhadores na defensiva. Novas plantas industriais foram implantadas em regiões de pouca tradição sindical, servindo para manter o movimento sindical em baixa. Com a correlação de forças desfavorável e o impacto da ideologia neoliberal no imaginário popular, a perspectiva adotada foi a política do “menos pior”.³¹⁹

Teixeira aponta que a partir do IV CONCUT (1991) começaria a aparecer a questão da “cidadania”, assim como uma política de entendimento com Collor e maior

³¹⁶ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.29-43.

³¹⁷ GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, pp.219-239, 2004, p.220. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

³¹⁸ Idem, p.219-225.

³¹⁹ BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.205.

participação em fóruns tripartites. A memória da CUT também passa por uma disputa a partir da caracterização da década de 1980 como um momento de sindicalismo reativo, que só combatia as políticas sem apresentar alternativas. No ano seguinte, na 5ª Plenária Nacional (1992), a CUT se filia à CIOSL.³²⁰ Para Boito Jr. não se deve menosprezar essa relação internacional. A social-democracia europeia não só foi base para a inspiração da estratégia adotada pela Articulação, como ela contou com a assistência direta desses sindicatos, financiando atividades da CUT como cursos de formação.³²¹ É necessário lembrar que esse espaço de formulação de política internacionalmente seria compartilhado com a Força Sindical. Outra mudança na organização interna da CUT a partir de 1992 é a substituição dos departamentos nacionais e estaduais por federações e confederações nacionais cutistas, que poderiam ser criadas a partir de departamentos já existentes (como é o caso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos³²²), ou pelas próprias confederações (como a CONTAG).³²³

A via da negociação, inclusive a participação em acordos tripartites, também teria sido estimulada pela disputa por espaços com a Força Sindical. Quando foi assinado o primeiro acordo da câmara setorial automotiva em 1992, Vicentinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, teria participado sem o conhecimento da CUT, mas a saída da câmara setorial não demorou a ser propagandeada pela Articulação, e a participação nesse espaço junto a governos na definição de políticas públicas para resolver os problemas mais imediatos consagrou a nova postura da CUT, de um sindicalismo mais pragmático, que negocia e tem “propostas próprias”.³²⁴ Também sinaliza uma mudança drástica na forma de encarar as crises do capitalismo: se antes estas não eram problema do trabalhador, mas da burguesia que as engendrou, agora seria dever de todos ceder um pouco, para contribuir para o desenvolvimento nacional e melhores formas de competição no mercado

³²⁰ Para Teixeira, o IV CONCUR é o ponto de inflexão da mudança política da CUT. Temos discordância desta avaliação por considerar que isso se dá em 1988, no III CONCUR, pelos motivos já apresentados, sobre 1988 ser um marco político, e pelas mudanças estatutárias empreendidas na Central pela Articulação Sindical. Ver: TEIXEIRA, R. D. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995). 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009, p.76-89.

³²¹ BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.199-230.

³²² O mesmo congresso que fundou a Confederação Nacional dos Metalúrgicos em 1992 deliberou pela filiação à Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM), também vinculada à CIOSL. Ver: < <http://www.cnmcut.org.br/institucional/historia>> Acesso em jan. 2016.

³²³ MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.137.

³²⁴ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.44-67.

mundial. Ao invés de ser combatida, a reestruturação produtiva passou a ser encarada como inevitável.³²⁵

De acordo com Galvão, a via da negociação em uma conjuntura adversa fez com que o movimento sindical incorporasse elementos do discurso neoliberal. A CUT suaviza suas demandas para torná-las compatíveis com a vontade empresarial. Esse é o limite da estratégia propositiva: para que as reivindicações dos trabalhadores sejam aceitas por empresários e pelo governo, elas têm que ser “realistas” e “viáveis” dentro da lógica do capital. O sindicalismo passa a fazer concessões ao capital e a incorporar seus termos, como “qualidade”, “eficiência” e “produtividade”. Não é mais a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas a busca por melhores condições de mercado na disputa econômica e maior competitividade. O sindicalismo atua como sócio na gestão do capital. Esse processo contribuiu para alijar os trabalhadores de um ponto de vista próprio de classe, aproximando-os do corporativismo.³²⁶

A partir da posse de Fernando Henrique Cardoso a câmara setorial foi perdendo importância, mas desde a Constituição de 1988 proliferavam espaços tripartites, como os conselhos nacionais de saúde, trabalho, previdência social e conselhos administrativos do FAT e do BNDES, nos quais a CUT teria assento.

3.1.2 CUT pela cidadania

Segundo Galvão, o período entre 1995-1999 seria de formulação do sindicalismo cidadão. A autora identifica uma mudança qualitativa na atuação da CUT, cuja ação nos espaços institucionais se daria como “prestadora de serviços”, a partir da criação de cursos de requalificação profissional. As transformações na orientação da política de formação profissional da CUT também ganharam destaque no trabalho de Teixeira, que considera este o fator que melhor ilustra a adesão da Central à ordem e seu exercício sob a órbita de dominação da burguesia. De acordo com Teixeira, se no discurso a CUT manteve a sua “combatividade” ao capitalismo, na prática passaria a funcionar sob uma lógica social-liberal.³²⁷

³²⁵ Idem.

³²⁶ GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, pp.219-239, 2004, p.230. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

³²⁷ TEIXEIRA, R. D. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995). 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

A partir da aceitação do discurso da “empregabilidade”, a CUT passaria a investir em programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda, com uso dos recursos do FAT. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi pioneiro dessa diretriz, com a elaboração do Programa Integrar. Em 1999, 70% das despesas da CUT foram vinculadas aos Programas de Qualificação Profissional, sendo 40% do montante oriundos de verbas do FAT. Mais do que a mudança de linha política, isto significa a redução da sua autonomia frente a governos e entidades empresariais – e uma mudança qualitativa profunda na função da central.³²⁸

Alguns sindicatos começaram, inclusive, a trabalhar na intermediação da mão de obra, criando agências de emprego, incentivando o empreendedorismo e a formação de cooperativas com o apoio de ONGS. A CUT criou, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário, para assessorar cooperativas. A Articulação Sindical justificava essas políticas com o discurso de que objetivariam o desenvolvimento pleno do trabalhador, e que ele faria uso de um dinheiro que a ele pertencia (FAT) para construir um projeto de políticas públicas.³²⁹

O sindicalismo cidadão seria, então, um desdobramento do sindicalismo propositivo: além de negociar com governos e patrões em torno de propostas “realistas”, cumpriria também o papel de prestação de serviços aos trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo que critica o governo pelo desemprego, a CUT legitima a política neoliberal. A ênfase na cidadania é consequência do abandono da ideia de oposição entre as classes.³³⁰

A chegada do PT ao governo só explicitou a acomodação da CUT e seu uso como base de apoio no movimento social para aprovação das políticas de retiradas de direitos, como a (contra)reforma da previdência em 2003. A Articulação Sindical também adotou uma política de impedir que acontecessem greves nos sindicatos que dirigia, e em vários momentos tentou subordinar a mobilização dos trabalhadores ao calendário eleitoral.³³¹

³²⁸ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.181.

³²⁹ GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, pp.219-239, 2004, p.232. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

³³⁰ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.192-199.

³³¹ GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro* (São Paulo), v. 18, pp. 175-197, 2009, p.180-183.

A CUT conquistou aparatos e ampliou seu poder político, se afirmando enquanto burocracia sindical. A pesquisa realizada por Teixeira aponta que essa tendência cresceu ao longo dos anos com 39,13% de membros da comissão nacional pró-CUT(1981), vindo a ocupar cargos no executivo e no legislativo, chegando a sete em cada dez membros da executiva da CUT eleita no III CONCURTO (1988), indo construir trajetórias políticas no aparelho estatal. A atuação na direção da CUT se combinou com a participação no aparato do Estado e a CUT e o PT se influenciaram mutuamente nesse processo.³³²

No Governo Lula da Silva, a burocracia sindical no controle da CUT foi indicada para participar de áreas estratégicas do Estado. Também foram empreendidas as reformas sindical e trabalhista discutidas em um espaço tripartite criado em 2003 para esta finalidade, o Fórum Nacional do Trabalho, acarretando reconfigurações no movimento sindical. Segundo Galvão, Lula não interrompeu o processo de flexibilização de direitos, mas adotou como tática a sua implementação a partir da diferenciação entre políticas para jovens, trabalhadores do setor informal e trabalhadores de micro e pequenas empresas, entre outros, sob o pretexto de aumentar o nível de emprego e a formalização. O governo também instaurou mesas setoriais de negociação; restringiu o aumento salarial das categorias envolvidas nas obras do PAC por dez anos; restringiu o direito de greve do funcionalismo público, com a instituição da obrigatoriedade de aviso com 72h de antecedência, a constituição de atividades essenciais e a possibilidade de contratação de trabalho temporário para substituir os grevistas; e iniciou políticas de privatização de serviços públicos essenciais a partir da criação de fundações públicas de direito privado, em 2007.³³³

3.1.3 Burocratização e Transformismo

Trotsky identificou um elemento comum ao desenvolvimento das organizações sindicais modernas – e sua degeneração – que seria sua vinculação estreita com o poder estatal. Tal aproximação seria independente de vinculações ideológicas, mas residiria em condições sociais comuns, relacionadas ao próprio desenvolvimento do capitalismo:

³³² TEIXEIRA, Rodrigo ; A burocracia sindical cutista no Governo Lula da Silva (2003-2006). In: *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, Passado e Presente*, 2015, Niterói, p.12.

³³³ GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro* (São Paulo), v. 18, pp. 175-197, 2009, p.192-194.

A um certo grau de intensificação das contradições de classe dentro de cada país, dos antagonismos entre um país e outro, o capitalismo imperialista não pode tolerar (ao menos por certo tempo) uma burocracia reformista, a não ser que esta lhe sirva diretamente como um pequeno, mas ativo acionista de suas empresas imperialistas, de seus planos e programas, tanto dentro do país como no plano mundial. O social-reformismo deve transformar-se em social-imperialismo para poder prolongar sua existência, mas para prolongá-la e nada mais. Esse caminho em geral não tem saída.³³⁴

Esse tema seria estudado também por Mandel, principalmente pelo fenômeno da burocracia stalinista, em que a figura do “militante profissional” passaria a ser fortemente criticada no movimento em geral. Ele aprofundaria o que Trotsky já tinha desenvolvido, estabelecendo uma relação com a divisão do trabalho e a ideologia das classes dominantes, na forma como esta é absorvida pelos trabalhadores mesmo nas suas divisões de tarefas e organizações. A base ideológica e psicológica da burocracia operária estaria na dialética das conquistas parciais. Na luta pela manutenção de privilégios que podem ser materiais, mas também sociais, de autoridade. A pauta imediata se tornaria um fim em si mesma.³³⁵

A relação do movimento sindical brasileiro com o Estado remete ao problema da estrutura sindical. Boito Jr. identificou que a manutenção dos mecanismos essenciais desta estrutura em 1988 não representou uma ruptura com o passado populista. O elemento basilar da estrutura sindical teria se mantido, ou seja, o reconhecimento oficial e legal do sindicato pelo Estado. A avaliação de Boito Jr. é de que os analistas e o próprio movimento no período confundiram a estrutura sindical com seus efeitos, estes sim variáveis de acordo com a conjuntura, contribuindo para tornar o sindicato dependente do Estado e “independente” dos trabalhadores. A estrutura sindical limitaria a luta dos trabalhadores à esfera econômica, de forma que não seria vinculada à luta pelo socialismo, atendendo assim ao interesse político da burguesia e submetendo o movimento sindical a frações hegemônicas na política do Estado burguês. Esta é a base para a tese do “sindicalismo de Estado”, que possuiria uma ideologia predominante populista entre 1930-1964 e, na década de 1980, teria assumido a forma de um

³³⁴ TROTSKY, L. *Os sindicatos na época da decadência imperialista*. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>> Acesso em jan. 2016.

³³⁵ MANDEL, E. A burocracia no movimento operário. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/burocracia.htm>> Acesso em jan.2016.

“legalismo sindical” contra o modelo ditatorial. O modelo ditatorial de gestão do sindicalismo teria entrado em crise, mas não a estrutura sindical.³³⁶

Um dos alvos da crítica de Boito Jr. diante dessa elaboração foi a garantia do direito de sindicalização para o funcionalismo público, a partir da Constituição de 1988, que para o autor teria significado uma reivindicação do movimento pela tutela do Estado. No entanto, avaliamos que, por mais que a questão mereça atenção, o direito à sindicalização deve ser considerado uma conquista.

Mattos chamaria a atenção para a possibilidade bifronte da estrutura sindical: além de uma forma de intervenção e controle do Estado na vida sindical, ela abriria canais de diálogo para dirigentes sindicais atuarem no aparelho estatal.³³⁷ Teones explica a adoção do Estado como interlocutor direto pela CUT e mesmo a crença na possibilidade de que ele intercederia a seu favor no conflito com o capital, a partir dos seguintes elementos: a CUT estava no controle de muitos sindicatos oficiais, mais do que na sua fundação; a aliança dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e as oposições sindicais não se mostrou prioritária; a direção da Central acreditaria que o pior da estrutura sindical teria acabado com o fim da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos. O impacto dessa estrutura se faria sentir no interior da CUT também a partir das propostas de contrato coletivo e de “sindicato orgânico” – este representaria uma mudança da estrutura da CUT e adequação dos sindicatos a ela filiados: a central poderia substituí-los em negociações coletivas, por exemplo.³³⁸

Somam-se às noções de burocracia e burocratização as formulações de Gramsci para compreender as mudanças políticas ocorridas na CUT e, principalmente, no PT. Em suas reflexões sobre as relações de força e a construção da hegemonia das classes dominantes sobre os grupos subalternos, Gramsci desenvolveu a consciência de classe no terreno da luta política. Dividiu a consciência política em momentos de sua manifestação, desde o mais elementar – em que se percebe como grupo profissional, mas não em sua totalidade de grupo social – até a percepção de como seus interesses podem se tornar os mesmos de outros grupos subordinados:

³³⁶ BOITO JR, A, NORONHA, E. (et al) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.43-91

³³⁷ MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.76-79.

³³⁸ FRANÇA, T. *Novo Sindicalismo no Brasil: Histórico de uma Desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013, p.117-135.

O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento, atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.³³⁹

A consciência seria resultado de um processo social – sendo, portanto, uma relação social. Frente a essa consciência ainda não consciente do que é, se colocaria o problema de elaborar sua própria concepção de mundo criticamente, para intervir no processo histórico. As classes subalternas se movem a partir de lutas para satisfação de suas necessidades e reivindicações, através das quais entram em contradição com a concepção de mundo na qual foram educadas; elas precisariam unificar a teoria e a prática para elevar esse *sensu comum* a uma visão do mundo crítica – o *bom senso*³⁴⁰. O partido seria parte da classe e de sua conscientização, capaz de concretizar uma vontade coletiva que se afirma na ação. Seu dever seria o de disputar a consciência da massa até que esta se torne, espontaneamente, a consciência histórica da classe trabalhadora.

Gramsci também desenvolveria outros conceitos para entender o fenômeno da consciência, relacionando-a à questão de hegemonia. Segundo Coelho, o conceito de transformismo na obra de Gramsci aparece relacionado ao conceito de *revolução*

³³⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (Caderno 13), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 41.

³⁴⁰ GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

passiva. Uma preocupação, então, é como poderia servir para a análise do contexto hodierno: a solução encontrada partiria de uma compreensão ampliada do conceito através da noção de hegemonia, que também atua na *revolução passiva*, mas não só nela. Ora, no capitalismo um dos mecanismos da hegemonia burguesa tem por base a dimensão política da relação entre diferentes classes sociais. Coelho assim caracteriza o *transformismo*:

1) absorção, em caráter individual ou “de grupo” e obtida por diferentes “métodos”, de intelectuais (“elementos ativos”) das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação “molecular” dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção do transformismo como mecanismo de atração de intelectuais exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função da sua “condensação ou concentração orgânica”.³⁴¹

Sob a luz dessas formulações, Coelho analisaria a situação brasileira entre 1979-1998. A classe dominante teria feito um movimento político para recompor sua hegemonia em um momento de crise da ditadura militar. Nesse processo, o PT teria adotado uma concepção burguesa de mundo, atuando como intelectual orgânico da classe dominante a partir da via burocrática – pela sua crescente participação em aparelhos estatais e nas câmaras setoriais – e intelectual, com o abandono do marxismo e do referencial de classe. A dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora teria sido o fator determinante de seu transformismo.³⁴²

3.2 Confluências e diferenças no processo geral e o caso dos metalúrgicos de Niterói

Como buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói inaugura a sua participação na efervescência dos movimentos sociais, no final da década de 1970, como um dos principais expoentes da fundação da Central Única dos Trabalhadores, nacionalmente e no estado do Rio de Janeiro, com uma forte proximidade política com os metalúrgicos do ABC.

Já na década de 1980, um período de maior radicalização que se expressou inclusive na política de tendências mais reformistas do PT e da CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói buscava acordos com Figueiredo para “salvar” o setor naval,

³⁴¹COELHO, E. *Uma esquerda para o capital* – o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.301.

³⁴² Idem.

assim como a participação em espaços intersindicais, com representantes da patronal. Negociações fazem parte de momentos da vida sindical, mas neste caso apontam contradições: apesar do discurso de que a crise é culpa dos patrões, a direção do sindicato recorre ao governo e à busca de fóruns de caráter tripartite para pedir não apenas por empregos e melhores condições de trabalho, mas por investimentos para o setor naval. A base, eufórica com a retomada grevista, promoveu constantes paralisações contra o desemprego que começaria a pairar sobre a categoria já nos anos 1980, como um prelúdio do que seria a crise do setor na década seguinte. Esse pode ter sido um fator que contribuiu para a radicalização de um discurso dissonante com a prática. Apesar dos acordos para a retomada do setor galgarem cada vez mais espaços na atuação sindical, o diferencial é que nesse período a diretoria sindical dos metalúrgicos de Niterói não abandonou a perspectiva classista presente também na atuação da CUT nos anos 1980.

O processo de construção da oposição à diretoria do Abdias se dá a partir da avaliação de que a diretoria estava burocratizada e distante das reais necessidades do trabalhador. No entanto, o grupo que vence as eleições no sindicato em 1989 intensificaria a participação em comissões tripartites e espaços governamentais. Segundo um dos entrevistados, a partir de 1989 teria sido feito um trabalho intenso de desmobilização da base, para acabar com as organizações por local de trabalho.³⁴³ Na política deram continuidade ao que já vinha sendo empreendido por Abdias, com o objetivo de obter verbas para “modernização” de estaleiros; isenção de impostos; articulações com a Petrobras, com o governo estadual, prefeituras e patrões, para conseguir trazer, aos poucos, obras para Niterói. O Sindicato reclamava que não existia uma política nacional para o setor naval; frente aos governos neoliberais, os planos implementados pela ditadura eram até considerados “avançados”:

[Pergunta: Os governos militares foram melhores para os trabalhadores da construção naval?] No tocante à construção naval foram bem mais avançados que os governos civis. Politicamente, representaram 200 anos de atraso; economicamente, os números que citei há pouco mostram o contrário. Vale ressaltar que eles apenas seguiram as metas traçadas por Juscelino Kubitschek, não foi uma iniciativa própria, mas foi uma política acertada.³⁴⁴

A burocracia que hoje controla esse sindicato é composta por militantes que ingressaram na diretoria a partir dos anos 1990. O impacto da crise no setor naval não

³⁴³ Trabalhador 1. depoimento [nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁴⁴ TEIXEIRA, Eduardo Garnier. Paciello critica a política para a indústria naval no RJ. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 16, e segunda, 17 de julho de 1995, p. 4

deve ser desconsiderado: a categoria foi dizimada e a diretoria sindical passou a poder atuar livremente e a desfrutar de um direito que se constitui, de certa forma, como um privilégio, pelo contexto da época, que é a manutenção do seu emprego. Se no início da crise o desemprego afetou também a diretoria do sindicato como forma de perseguição política, posteriormente, com o estabelecimento de uma relação estreita com empresários e governos, isso não seria mais um problema.

É importante destacar que já no início da década de 1990 torna-se reivindicação do movimento sindical a participação no Fundo de Marinha Mercante. A pauta de saúde também adquire maior destaque nesse período, e continuaria sendo uma das prioridades do sindicato, vindo a ser mais um canal com a institucionalidade através de cargos em Conselhos de Saúde e, posteriormente, pela relação com os cursos organizados pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Não se tem o intuito de insinuar nada sobre nenhuma gestão desse Sindicato, mas apenas demonstrar outro tipo de dificuldade que o movimento sindical tem que enfrentar, no que diz respeito à relação com a patronal e seus esforços desmedidos para desmobilizar a classe trabalhadora:

A própria estrutura te chupa, te prende. (...) Você vai se tornar um burocrata e foi isso que aconteceu com essas gestões todas. Aí pega pessoal sem formação política, (...) bota os camaradas para ser presidente, tesoureiro e secretário. (...) Não tem aquele compromisso, não tem aquele comprometimento com a história do movimento, com o movimento em si... (...) Eu tive maleta de dinheiro fechada, com proposta brilhante (...) Forjaram uma reunião da diretoria do sindicato e quando chego lá não tinha ninguém do sindicato na sala de reunião do xxx, do estaleiro xxx (...) Pressão do caramba, os caras levaram um delegado lá pra fazer pressão em cima de mim. Eu falei para eles: “Vocês vão se ferrar. Vocês vão se ferrar. Não tem dinheiro no mundo que me compre, a minha ideologia, que compre o meu compromisso. Vocês vão levar pros seus caixões...Você vai levar para o seu caixão, seu filho duma égua. Você vai levar pro seu caixão. Você pode comprar quem você quiser, a mim você não compra. Você não compra, cara. E tem mais, se me matar todo mundo vai saber que foram vocês. Eu vou agora puxar uma assembleia e falar tudo o que rolou aqui. Eu vou deixar claro, se eu aparecer morto ou qualquer tipo de acidente: não foi acidente. Fui assassinado.” Foi o que me livrou. Cheguei na..., organizei lá uma assembleia na mesma hora lá. Chamei o pessoal da comissão, vamos fazer uma assembleia, e expus para todo mundo o que estava acontecendo. Dessa forma mesmo. (...) Quando se adquire essa consciência... Eu não nasci com essa consciência, foi ao longo dessa caminhada que nós estamos conversando. Quando se adquire essa consciência, aí não tem dinheiro que compre, a não ser que a pessoa queira. Tem essa, as opções existem. Você tem que fazer a opção. Eu fiz a opção. Não me vendo para o sistema. E continuo firme até hoje. Não me vendo para o sistema. Não me vendo para o patrão. Não me vendo para cargo de governo pra poder me manter ali. Não me vendo, já tive convite.³⁴⁵

³⁴⁵ Trabalhador 1. depoimento [nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Com a aproximação da gestão de Mascarenhas com a tendência Articulação Sindical, o Sindicato adere totalmente à lógica dos cursos de qualificação profissional, à ocupação de espaços tripartites e mesmo à ocupação do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante. Seu alinhamento com a política nacional da CUT é explícito. O Sindicato também passaria a ajudar as empresas a selecionar os trabalhadores e insistiria na necessidade de qualificá-los para superar o desemprego. O Sindicato passaria a atuar como um braço empresarial na categoria, gestor da mão de obra e intermediador de conflitos.

A partir da relação com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói também viria a enviar representação para espaços internacionais dos trabalhadores. Em 2012, em uma fusão entre a Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM), a Federação Internacional dos Sindicatos de Química, Energia e Mineração (ICEM) e a Federação Internacional dos Trabalhadores do Ramo Têxtil (ITGLWF), foi criada a IndustriALL Global Union, para representação internacional dos trabalhadores vinculados à indústria e à manufatura. A IndustriALL contaria com representação de 50 milhões de trabalhadores em 140 países, para lutar por “um outro modelo de globalização e um novo modelo sócio-econômico, que coloca as pessoas em primeiro lugar, baseado na democracia e na justiça social”.³⁴⁶ E almeja ser a “voz dos trabalhadores” nos principais fóruns gestores do capitalismo mundial, como OIT, OCDE, OMC, G20, entre outros.³⁴⁷

O Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói deteve quatro representantes, de um total de onze, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT no grupo do setor naval da IndustriALL³⁴⁸ – apresentando um panorama do desenvolvimento da construção naval brasileira e apontando como principais desafios para avançar:

programas de treinamento, qualificação e requalificação de trabalhadores, laboral, engenharia e gerencial; investimento em tecnologia de projetos; métodos modernos de gerenciamento, suprimento, planejamento e controle

³⁴⁶ No original: “IndustriALL fights for another model of globalization and a new economic and social model that puts people first, based on democracy and social justice.” Disponível em: <<http://www.industriall-union.org/about-us>> Acesso em jan.2016.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Disponível em:

<http://www.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/documents/Meeting_PPTs/Shipbuilding_Nov_2012/list_of_participants_20_11_2012.pdf> Acesso em jan. 2016.

de produção; modernização do parque industrial; troca de tecnologias com parceiros internacionais; formação de joint venture.³⁴⁹

A perspectiva socialista, ou mesmo de defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, se perdeu ao longo dos anos. O que ganha destaque na história atual desse Sindicato é: “habilidade nas negociações e o grande conhecimento do setor [que] inovam numa gestão transparente e participativa.”³⁵⁰

3.3 A greve de 2012

No dia 30 de maio de 2012 foi realizada uma assembleia geral na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói para discutir a campanha salarial – e foi deflagrada greve pela categoria. Outras paralisações aconteceram desde a retomada da indústria naval, mas não com o mesmo peso político desta, o que se acentua pelo momento político no país como um todo.³⁵¹

O ano de 2012 foi marcado pelo maior número de greves desde 1997: segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), foi um total de 873 greves, em um contexto de relativo decréscimo do nível de desemprego. Aproximadamente 95% das negociações coletivas de 2012 terminaram com reajuste acima da inflação, enquanto em 2003 apenas 19% conseguiram isso. No serviço público federal, a forte greve nas universidades federais, com duração de quatro meses, levou outras categorias à paralisação. No setor privado, além dos metalúrgicos de Niterói, bancários e operários da construção civil paralisaram.³⁵²

Para a área de construção naval, o momento era de euforia. Como vimos no capítulo anterior, a possibilidade de exploração de petróleo e a especialização do setor de construção naval do estado do Rio de Janeiro na área *offshore* foram alguns fatores que contribuíram para que o governo federal voltasse a assumir essa atividade como estratégica. Soma-se a isso a descoberta das camadas de pré-sal.

³⁴⁹ Disponível em:

<http://www.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/documents/Meeting_PPTs/Shipbuilding_Nov_2012/Section-1/brazil_cnm_cutshipbuilding_industry_bilingue.pdf> Acesso em jan. 2016

³⁵⁰ Disponível em: <<http://metalurgicosniteroi.com/index.php/hist>> Acesso em jan. 2016.

³⁵¹ Antes de entrar no processo da greve, cabe dizer que esta análise é fruto de uma reflexão anterior feita em parceria com a professora Sonia Lucio Lima e disponível neste link:

<<http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc86/Tc862.pdf>> Acesso em fev. 2016

³⁵² Dados da pesquisa do DIEESE disponíveis em:

<<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>

Foram investidos no setor R\$16.819.000.000 do Fundo de Marinha Mercante no período de 2001 até o final de 2012. Segundo relatório anual do Sinaval, em 2012 o Brasil ocupava o quarto lugar como maior construtor mundial de sondas de perfuração (depois da Coreia, Cingapura e China) e era o segundo maior na construção de plataformas offshore (a Coreia ficou em primeiro lugar). Isso porque o Brasil possuía 30 campos de produção de petróleo offshore em desenvolvimento e estava realizando o maior volume de construção naval em relação à sua frota.³⁵³

Quanto à cartela de encomendas nos estaleiros de Niterói: no estaleiro Aliança estavam sendo construídos 3 navios de tipo PSV 4500, o equivalente a 13.500 TPB; no Mauá 15 embarcações, entre navios de produtos (dos quais 6 para a Transpetro) e 5 petroleiros Panamax, totalizando 742.000 TPB; no Renavi/Enavi 4 bunkers em um total de 7.200 TPB; no STX OSV, 5 embarcações de tipo AHTS e SPV 4500, total de 18.800 TPB; na UTC módulos para as plataformas P-55, P-58, P-62 e P-74; e no Brasa, 10 módulos.³⁵⁴

Ou seja, os estaleiros estavam cheios de obras e com oferta de emprego. Se em 2000 o setor nacionalmente contava com 1.900 operários, esse número 12 anos depois chegaria a 62 mil, dos quais 29.967 no estado do Rio de Janeiro, correspondendo a 48,30% do total.³⁵⁵ Mas, se os empresários estavam lucrando muito, para os trabalhadores o cenário era de intensa exploração. As antigas reivindicações contra a terceirização e contra os acidentes de trabalho não só não foram resolvidas, como nunca foram tão atuais. Talvez tenha representado um limite, para os trabalhadores do setor, o acidente que aconteceu quase dois meses antes da greve, quando um operário morreu imprensado por uma chapa de 40 toneladas e outro ficou gravemente ferido.³⁵⁶

Também é fundamental para compreender essa greve a experiência da base da categoria com o sindicalismo de colaboração de classes, o que se mescla com as tensões internas à diretoria e com o processo eleitoral. Apesar das gestões de Mascarenhas terem tido continuidade, com um número expressivo de votos, 70%³⁵⁷, a última eleição para a diretoria do Sindicato, em 2008, não foi assim tão tranquila. Militantes antigos na

³⁵³ Disponível em: <<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/SINAVAl-Cenario2012-4tri.pdf>> Acesso em fev. 2016

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Disponível em: <<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/SINAVAl-Cenario2012-2oTrimestre.pdf>> Acesso em fev. 2016.

³⁵⁶ ROTTAS, L. Acidente mata um em estaleiro. **O Fluminense**, Niterói, domingo, 8 e segunda, 9 de abril de 2012. Nacional/Mundo, p.2, 2ª edição

³⁵⁷ Vitória. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 12 de dezembro de 2003. Cidades, p.4

categoria, que inclusive tinham chegado a participar da diretoria do sindicato na década de 1980, se juntaram com parte dos novos trabalhadores, consolidando um grupo de oposição que viria a concorrer à eleição. A eleição foi realizada no dia 26 de janeiro de 2008. No dia 9 de janeiro foi divulgado, no jornal *O Fluminense*, um edital de abertura de impugnação de chapa, reforçado no dia 15 de janeiro com o comunicado de que a chapa 2 “Oposição Conlutas” não teve o seu registro aceito.³⁵⁸ Apesar dos problemas envolvendo o processo eleitoral e, inclusive, denúncias de fraudes, a chapa de oposição concorreu por fim à eleição, fazendo 43% dos votos contra 57% da chapa 1 da CUT.³⁵⁹

O fim desse mandato seria no ano de 2012, quando teria um novo processo eleitoral para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. A diretoria do sindicato, ligada à CUT, para não perder a direção na entidade tentou das mais diversas formas impugnar a chapa da oposição de esquerda, chegando a acusar seus membros de não serem filiados. A oposição, dessa vez, teve que ingressar na justiça para tentar garantir sua participação na eleição sindical, que até hoje não aconteceu e o processo continua tramitando.³⁶⁰ A disputa pela diretoria se relaciona com o movimento paredista, na medida em que há um desgaste da categoria com a direção do Sindicato. Isto é visível tanto a partir das reportagens, como no acompanhamento de assembleias e entrevistas.

No dia 30 de maio, na sede do sindicato, uma assembleia reuniu 1,2 mil trabalhadores para discussão da campanha salarial. A reunião foi marcada pela tensão: cansada de acordos infrutíferos a categoria queria paralisar, mas a diretoria do sindicato insistia em esperar o andamento das negociações com os patrões, chegando ao ponto de defender a proposta da patronal, de aumento de 7,5% – a base queria 16%. A diretoria não foi apenas vaiada, como os trabalhadores jogaram lixo no carro de som onde ela estava. Um membro, que tinha rompido com a gestão para apoiar a oposição, chegou a escalar o carro de som na tentativa de ter seu direito de fala garantido. A diretoria foi obrigada a declarar greve, na assembleia, contra a sua vontade, devido ao furor da base, que demonstrava toda a sua insatisfação e repulsa frente à postura conciliadora e

³⁵⁸ Edital de abertura de prazo de impugnação. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 9 de janeiro de 2008. Classificados, p. 7

Edital de Comunicação de Não-Acolhimento do Pedido de registro de chapa e de candidaturas. **O Fluminense**, Niterói, terça, 15 de janeiro de 2008. Classificados, p.8

³⁵⁹ Disponível em: < <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/vitoria-da-cut-chapa-1-vence-as-eleicoes-no-sindicato-dos-metalurgicos-de-niteroi>> Acesso em fev. 2016

³⁶⁰ Trabalhador 2. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

autoritária do sindicato.³⁶¹

A greve teria início à zero hora do dia 31 de maio de 2012, abarcando operários de seis estaleiros. As reivindicações da categoria eram: aumento salarial de 16%; aumento no valor do vale-refeição de R\$140,00 para R\$350,00; maior segurança no ambiente de trabalho; plano de saúde com desconto simbólico em folha; e pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Na mesma assembleia foi eleito um comando de greve para os trabalhadores, cujos integrantes eram, em sua maioria, membros da oposição de esquerda à diretoria atual.³⁶²

No primeiro dia de greve, dia 31/05/12, foi colocada em prática a mesma tática de mobilização utilizada em greves anteriores: foram feitos piquetes nas portas dos estaleiros de Niterói, seguidos de passeata até a praça em frente à sede do sindicato, para realização de assembleias. O motorista do carro de som do sindicato desligou o som, o que teria motivado uma briga. Três operários foram detidos por desacato à autoridade. Foram escoltados pelos demais trabalhadores até seu destino, a 76ª DP, em passeata que também reivindicava a liberação dos presos.

Dentre os assuntos discutidos na assembleia, a direção do sindicato defendeu a suspensão das eleições que deveriam ter acontecido no dia 10 de fevereiro. Três chapas concorriam ao pleito: a chapa 1, da atual gestão, vinculada à CUT; a 2, um grupo dissidente da chapa 1, próximo à CTB; e a 3, de oposição de esquerda, próxima à política da CSP-Conlutas e da Intersindical.³⁶³ Em outros momentos também foram ponto de pauta das assembleias: a orientação de não cumprir o rodízio de final de semana e o assédio moral a trabalhadores terceirizados que tinham aderido à paralisação.³⁶⁴

No dia 5 de junho de 2012, o movimento teve a sua primeira reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, no centro do Rio de Janeiro, à tarde. Os Metalúrgicos organizaram um ato até as barcas, pela manhã, para atravessar a baía de Guanabara e fazer um protesto em frente à sede do Sinaval antes de se dirigir ao TRT,

³⁶¹ SARANDY, H. Metalúrgicos de Niterói em greve. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 31 de maio de 2012. Cidades, 2ª edição, p.4.

Foi gravado um vídeo dessa assembleia. O conteúdo está disponível aqui: <<https://www.youtube.com/watch?v=N948Cc1REno>> Acesso em fev. 2016

³⁶² Idem.

³⁶³ SAMPAIO, J. Metalúrgicos em dia de fúria. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 1 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁶⁴ SAMPAIO, J. Grevistas voltam a fechar ruas. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 2 de junho de 2012. Cidades, p.3

onde 700 trabalhadores ficaram concentrados nas escadarias.³⁶⁵ Conforme foi publicado no jornal *O Fluminense*, já nessa primeira reunião o próprio representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói informou que não houve decisão que tivesse deflagrado a greve, na assembleia do dia 31 – pedindo, na prática, a ilegalidade da mesma:

Segundo o TRT, na reunião de ontem à tarde, o Sindicato dos Empregados afirmou que não houve decisão que deflagrasse greve na última assembléia da categoria no dia 31. Fato que revoltou os trabalhadores que assistiam à reunião. “Os metalúrgicos foram traídos e o presidente do sindicato entregou tardiamente a declaração da greve para o patronal e querem declarar a greve ilegal. É uma revolta muito grande, foi um episódio lamentável. Ele disse que a assembléia do dia 31 não teve peso, porque só tinha gente da chapa 3, tinha mais de 1200 trabalhadores lá. Isso é um absurdo.”, afirma José Batista da Silva Junior, membro da comissão de greve.³⁶⁶

Em depoimento também ao jornal, Edson Carlos Rocha da Silva ilustra bem a postura do sindicato e o repúdio da categoria:

“O juiz comentou que a greve é minimamente inoportuna porque os empresários estavam negociando. Hoje nós vamos tentar participar da assembléia para tentar explicar para os trabalhadores. Quando tentamos falar, eles nos vãoiam.”, comenta Edson Carlos Rocha da Silva, secretário-geral do STMMENI, que informa que vai depender da agenda desses dois órgãos marcar essa reunião antes da de conciliação.³⁶⁷

Para acompanhar a próxima reunião de negociação, no dia 11 de junho, a categoria defendeu a criação de uma comissão composta por membros do comando de greve. Não é preciso dizer que o sindicato foi contrário.³⁶⁸ No entanto, não foi possível avançar para um consenso e o TRT deu um prazo de cinco dias para as partes chegarem a um acordo; se isso não fosse possível, seria julgada a legalidade da greve. Em assembleia realizada no dia seguinte à reunião de negociação, os trabalhadores recusaram a proposta patronal de aumento salarial de 8%.³⁶⁹

Depois de chegar no seu 16º dia de paralisação, os trabalhadores suspenderam o movimento no dia 15 de junho, mas com a intenção de manter a mobilização em estado de greve. Não tinha uma proposta oficial do sindicato patronal, apesar da sua recusa em

³⁶⁵ SAMPAIO, J. Metalúrgicos em greve vão “atravessar” a baía. **O Fluminense**, Niterói, terça, 5 de junho de 2012. Cidades, p.5

³⁶⁶ SAMPAIO, J.; VIEIRA, L. Metalúrgicos mantêm a greve até segunda. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 6 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ SAMPAIO, J. Protesto complica o trânsito. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 7 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁶⁹ SAMPAIO, J. Grevistas longe do acordo. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 13 de junho de 2012. Cidades, p.5

LOPES, B. Grevistas buscam novo acordo. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 14 de junho de 2012. Economia, p.7

negociar enquanto a categoria não voltasse ao trabalho.³⁷⁰ O patronato faltou inclusive a uma reunião de negociação prevista para 19 de junho.³⁷¹ E o Tribunal declarou a greve abusiva na semana seguinte.³⁷²

Frente a esse cenário, os trabalhadores do STX foram os primeiros a voltar a paralisar suas atividades no dia 22 de junho.³⁷³ Seu exemplo foi seguido pelos estaleiros UTC e Enaval no dia 29. Assim como no STX, os trabalhadores bateram o ponto, mas não trabalharam, permanecendo dentro do estabelecimento.³⁷⁴

Os trabalhadores da UTC retomaram a greve no dia 3 de julho e tiveram um saldo positivo: conseguiram reajuste salarial de 10%, aumento no vale refeição para R\$250,00 e abono dos dias parados.³⁷⁵ Os trabalhadores pretendiam elaborar também um boletim com a cópia do acordo para divulgar nos demais estaleiros. No dia 9 de julho foi a vez do Enaval cruzar os braços reivindicando o mesmo acordo obtido pelos trabalhadores da UTC.³⁷⁶ No dia seguinte, o STX paralisou.³⁷⁷

Para conter a possibilidade de mais estaleiros parando separadamente, a resposta da patronal foi dura: 30 operários foram demitidos no STX por justa causa, por incitarem os demais trabalhadores a fazerem “baderna” na empresa, segundo Paulo Rolim, vice-presidente do estaleiro.³⁷⁸ Esse seria só o começo; ao todo foram demitidos 35 só no STX, 8 no Enaval e 2 no Mauá. Frente à perseguição política aos militantes nos estaleiros, foram feitas campanhas de solidariedade, impulsionadas pelo serviço público federal em greve e pelas Centrais Sindicais combativas, reivindicando a readmissão desses trabalhadores e levantando doações financeiras.³⁷⁹

³⁷⁰ Suspensa greve nos estaleiros. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 16 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁷¹ MEIRELES, N.; LOPES, R. Metalúrgicos em estado de greve. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 22 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁷² Greve considerada abusiva. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 29 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁷³ MEIRELES, N.; LOPES, R. Metalúrgicos em estado de greve. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 22 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁷⁴ Greve considerada abusiva. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 29 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁷⁵ SAMPAIO, J. Ganhos para metalúrgicos. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 6 de julho de 2012. Cidades, p.3

³⁷⁶ Enaval em greve. **O Fluminense**, Niterói, terça, 10 de julho de 2012. Economia, p.7

³⁷⁷ LOPES, B. Grevistas suspendem atividades em estaleiro. **O Fluminense**, Niterói, quarta, 11 de julho de 2012. Cidades, p.3

³⁷⁸ ROTTAS, L. Demissões em estaleiro. **O Fluminense**, Niterói, quinta, 12 de julho de 2012. Cidades, p.3

³⁷⁹ Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2012/07/greve-demissoes-e-muita-mobilizacao-marcam-mais-um-capitulo-de-luta-dos-metalurgicos-de-niteroi-e-itaborai/>> Acesso em fev. 2016
<<http://cspconlutas.org.br/2012/08/mocao-contra-demissoes-no-estaleiro-maua%E2%80%8F-rj/>> Acesso em fev. 2016

A mobilização da categoria conseguiu anular parte das demissões. Os operários do STX e do Enaval foram reintegrados. Os do Mauá, que eram membros da chapa de oposição, não. O acordo que definiu o retorno de parte dos trabalhadores também pôs fim à campanha salarial. As conquistas foram: reajuste de 9%, com retroatividade ao mês de maio de 2012; ticket alimentação de R\$210,00; e desconto de 50% sobre os dias paralisados.³⁸⁰

Todo o processo de paralisação foi conduzido por membros da chapa 3, “SOS Metalúrgicos”, majoritários no comando de greve. Isto foi inclusive utilizado em vários momentos, tanto pela direção do sindicato quanto por empresários, para queimar o movimento, dizendo que se tratava de uma peça para disputa eleitoral, sem real preocupação com os metalúrgicos.³⁸¹

Para parte da oposição, o movimento grevista pode ser comparado ao de 1979, no que diz respeito à sua força e organização política.³⁸² No que tange às conquistas da pauta de reivindicações, destacou que em 2012 o ganho real do reajuste salarial foi de 4,12%, diferente dos anos anteriores (em torno de 2%).³⁸³ Quanto à tática adotada no fim da greve – de fazer de paralisações por estaleiros, foi explicado que remetia a uma experiência anterior, quando por meio dessa forma de pressão alcançavam vitórias por empresa, utilizando o primeiro acordo como referência para os demais.³⁸⁴ No entanto, a partir do momento que dividiram o movimento por fábrica, a direção do sindicato passou a intervir mais ativamente no processo de negociações das pautas; houve denúncias de que teriam até assinado acordos sem a realização de assembleia.³⁸⁵

O impacto da greve sobre o Sindicato foi tão forte que o então presidente, Reginaldo Costa e Silva, se retirou da diretoria do sindicato por causa do desgaste político gerado pela sua atuação. Quem assumiu no seu lugar foi Edson Carlos Rocha da Silva, na época secretário geral do Sindicato, cargo que acumulava com o de tesoureiro da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e o de membro do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante.³⁸⁶

³⁸⁰ Estaleiro suspende demissões. **O Fluminense**, Niterói, sábado, 14 de julho de 2012. Cidades, p.2.

³⁸¹ SAMPAIO, J. Metalúrgicos em dia de fúria. **O Fluminense**, Niterói, sexta, 1 de junho de 2012. Cidades, p.3

³⁸² Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁸³ Trabalhador 2. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁸⁴ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁸⁵ Trabalhador 2. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁸⁶ Idem.

Outra mudança posterior a esse momento foi que as assembleias de campanha salarial da categoria deixaram de ser unificadas e passaram a ser realizadas por estaleiros. Foi denunciado como prática corrente da direção solicitar aos seus aliados a assinatura em livro de presença para aprovar suas propostas.³⁸⁷

Para o Sindicato, o balanço feito no calor do momento foi de que as conquistas de 2012 se deram graças à sua atuação na campanha salarial, sendo a greve apenas um problema, uma “confusão” cuja função seria atrapalhar a atuação da diretoria:

É sempre bom lembrar que não apenas trabalhadores compareceram à assembleia. Como se tratava de uma campanha salarial em pleno ano eleitoral no município como também no sindicato, vários ativistas partidários também pleitearam a participação. (...) Mesmo com o posicionamento do Sindicato contrário a proposta, a assembleia tomou outros rumos designados pelos então ativistas políticos que tentavam a todo custo tumultuar a campanha salarial dos metalúrgicos. O resultado de toda confusão foi uma greve da categoria que durou 15 dias.³⁸⁸

Em depoimento posterior, um membro da diretoria apontaria que a greve nasceu com uma conotação política, fruto de divergências na direção do sindicato. Ele avaliou assim a paralisação:

Nós fizemos a greve, a paralisação... e acabou ela sendo, por conta dos dias parados, ela sendo muito mais danosa do que... Benefícios que os trabalhadores tiveram. Tiveram benefícios? Tiveram. Ah, foi bom porque fez a categoria pensar de novo e voltar ao ímpeto da categoria? Foi boa. Mas se você botar na ponta do lápis, na matemática, nós perdemos. Nós ganhamos ideal político, nós ganhamos força do trabalhador para lutar, mas na ponta da caneta nós perdemos por conta dos dias parados e o que a gente, vamos dizer assim, se no segundo dia de greve feito por nós aqui, se nós tivéssemos acabado com a greve, nós tínhamos lucrado. Tínhamos ganho tudo o que ganhamos, sem perder mais 15 dias? Sem perder mais 13 dias do trabalho que tivemos que pagar.³⁸⁹

Hoje é possível avaliar que essa greve não estava isolada das demais paralisações de 2012, e que marcaram os primeiros passos do que aparenta ser um novo momento político. Os setores mais organizados da classe foram pioneiros das manifestações que iriam estourar no Brasil ao longo do ano seguinte, com uma série de atos de massa, cuja pauta inicial estava relacionada à luta contra o aumento das passagens, ampliando para demandas diversas que surgiram paralelamente, como saúde pública, educação, desmilitarização da polícia militar, entre outras.³⁹⁰

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Jornal Metalúrgico, Niterói, 20 dez. 2012, p.2-3.

³⁸⁹ Trabalhador 4. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁹⁰ Não será possível fazer um balanço de junho, então fica a sugestão de alguns textos a respeito: <<http://blogjunho.com.br/os-sentidos-de-junho/>> Acesso em fev.2016

O ano de 2013 marcou uma nova fase da luta de classes e aponta para a possibilidade de um esgotamento do projeto petista de conciliação e de cooptação dos movimentos sociais. Muitas greves do período tiveram um claro perfil de rebelião de base, com forte crítica à diretoria dos sindicatos. Foi assim com os metalúrgicos de Niterói (2012), com os operários do COMPERJ (2012), com os garis (2014), entre outros.

Em mais de um momento foi explicitado, nas entrevistas, que a greve dos metalúrgicos aconteceria independentemente da chapa de oposição, tal era a insatisfação dos trabalhadores.³⁹¹ Como tentamos demonstrar, apesar do cenário de crescimento econômico as condições de trabalho nos estaleiros passaram por intensa precarização. Soma-se a isso o contraste que o histórico de lutas dos operários navais apresenta em relação à política implementada pela direção do sindicato, principalmente a partir da crise do setor.

Apesar do aparente clima de prosperidade de 2012, a crise se faria sentir em todo o país. Para os metalúrgicos, isso significou a demissão de 14 mil trabalhadores entre 2014 e julho de 2015.³⁹² Mas o espectro de junho ainda ronda entre nós, com ocupações de escolas pelos estudantes paulistas³⁹³ e a primavera das mulheres³⁹⁴, em 2015. Não falo de certezas, mas ainda há a possibilidade da classe trabalhadora voltar a fazer a sua própria história. Dos operários navais serem novamente um exemplo de lutas, no qual a relação entre a liberdade de uma opressão está intrinsecamente vinculada à necessidade de superação do capitalismo.

<<http://blogjunho.com.br/brasil-uma-interpretacao-a-altura-de-junho/>> Acesso em fev.2016

<<http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao-quadro-atual/>> Acesso em fev.2016

³⁹¹ Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁹² Os dados são do SINAVAL e são nacionais. Disponível em:

<<http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/Sinaval-Cen%C3%A1rio-da-Constru%C3%A7%C3%A3o-naval-1-Sem-2015.pdf>>

Acesso em: fev. 2016

³⁹³ A respeito ver: <<http://blogjunho.com.br/a-geracao-que-educou-seus-educadores/>> Acesso em fev. 2016

³⁹⁴ Ver: <<http://blogjunho.com.br/notas-sobre-um-feminismo-valente/>> Acesso em fev. 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sempre há um livro a mais que poderia ter sido lido, ou alguma outra fonte que poderia ter sido pesquisada. Tendo em vista estas limitações, gostaríamos de ressaltar que este trabalho é uma humilde contribuição para se retomar parte da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, que também é feita de muitas mobilizações. Foi realizada uma pesquisa na imprensa local, e consideramos uma conquista termos rompido a barreira da desconfiança que envolveu o processo das entrevistas; no entanto, a falta do material produzido pelo sindicato foi muito prejudicial.

Apesar da grande quantidade de trabalhos acadêmicos sobre a CUT, a categoria escolhida para análise tem particularidades que merecem ser apontadas. Primeiramente, a construção naval se tornou uma atividade estratégica para o governo Lula, que colocou em prática uma série de políticas para sua reestruturação. Está concentrada no estado do Rio de Janeiro, sendo uma de suas principais atividades econômicas, cuja importância se torna ainda maior com a sua vinculação à indústria do petróleo e às perspectivas de exploração da camada do pré-sal.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do movimento sindical no Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói constitui um caso no qual as continuidades do que se convencionou chamar, na literatura especializada, de novos e velhos sindicalismos são bem demarcadas. Sua história de lutas remete às conquistas da “época dos operários navais”, período de intensa capacidade organizativa que se refletiu nas comissões por local de trabalho. A experiência dessas mobilizações, trazida por antigos militantes que se vincularam ao sindicato dos Metalúrgicos de Niterói – depois do reenquadramento sindical de 1964, constituiu um dos pilares para a retomada de um movimento sindical combativo a partir da greve de 1979.

Outra particularidade diz respeito às mudanças no mundo do trabalho. A terceirização é um dos principais problemas enfrentados pelos operários navais de Niterói já na década de 1970 – diferindo dos demais setores que viriam sofrer deste mal a partir da década de 1990, quando ocorre sua maior difusão. Ainda assim, a precarização do trabalho nos estaleiros se intensificaria a partir da retomada da produção no setor, nos anos 2000.

Ao longo dos capítulos, tentei apontar que o processo de burocratização nesse sindicato não deve ser compreendido separadamente do processo mais geral da CUT. Em ambas as organizações classistas imperaram duas variáveis explicativas principais: os fatores materiais e os políticos. Os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói ganharam prestígio com a ocupação do cargo no sindicato, assim como a estabilidade no emprego em um momento de crise brutal para os operários do setor. Posteriormente, passariam a ser gestores de fundos milionários, como o FAT e o Fundo da Marinha Mercante – para ficar explícito: este é o fundo que libera o financiamento para a construção de navios e para a modernização de estaleiros, interferindo diretamente nos negócios dos empresários do setor. Na sua dimensão política teria a marca da ofensiva neoliberal e o abandono do projeto socialista assumido pela CUT nos seus primórdios, para adotar a conciliação de classes.

Apesar da diretoria do Sindicato ter um viés reformista que se acentua mesmo antes do processo vivenciado na CUT, não se trata de algo pré-estabelecido ou uma trajetória linear. Dela participaram diversas organizações políticas, inclusive tendências mais à esquerda da CUT – como a Convergência Socialista – que se voltariam para a disputa nas bases. Isso contribuiria em parte para explicar a continuidade da radicalização dos trabalhadores mesmo quando a diretoria já tinha se conformado com a busca de melhorias ínfimas em câmaras tripartites. Com a chegada do PT, chega à presidência, em 2002, a diretoria do sindicato que viria a adotar, como marca da sua atuação neste período, a prática de evitar o conflito com a patronal. Sendo um sindicato vinculado à CUT e ao PT desde 1979, em um setor estratégico para a economia, há interesse do governo em mantê-lo sob sua influência. Como vimos, a atual gestão teve uma colaboração íntima com mandatos do PT e é porta-voz da política do setor em espaços internacionais.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que apesar dessa categoria ser predominantemente masculina, começou a ganhar destaque na imprensa o crescimento do trabalho feminino nos estaleiros, em especial na solda. Em uma notícia de 2006 foi divulgado que as mulheres chegaram a compor 10% da categoria, atuando como

projetistas, soldadoras, eletricitas ou instrumentistas. Também teria havido procura pela área de pintura naval.³⁹⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói estaria trabalhando para aumentar a participação feminina nos seus cursos de capacitação profissional, de 10% em cada turma, para 30%.³⁹⁶ Ainda pautado numa lógica de divisão sexual de tarefas e exaltando características que são atribuídas à feminilidade, o presidente do sindicato assim justifica o aumento da participação feminina, especialmente no trabalho com a solda TIG:

Hoje em dia, além dessa área, [a presença feminina] tem aumentado bastante na área de soldadores, porque existe a solda tig, que necessita um pouco mais de habilidade manual e é um pouco mais sensível. As mulheres têm respondido muito bem nessa área. A inspeção de solda, [as mulheres] também estão começando a fazer e a disputar esse espaço com os homens', afirmou Rocha.³⁹⁷

No entanto, esse trabalho nos estaleiros é anterior. Em entrevistas há indícios de que teria começado no final dos anos 1980, no entanto, não foi possível corroborar a informação.³⁹⁸ A especialidade na qual o emprego das mulheres teria começado é a solda TIG – Tungsten Inert Gas (gás inerte tungstênio), ou seja, o tungstênio é o material de que é feito o eletrodo e “gás inerte” é por não reagir com outros materiais.³⁹⁹ Sobre a data, coincide o fato de em 1989 ter sido revogado o artigo nº387 da CLT, que proibia o trabalho feminino em subterrâneos, minerações, subsolo, pedreiras e obras, assim como em quaisquer atividades perigosas ou insalubres.⁴⁰⁰ Segundo um dos depoentes, a partir da gestão sindical em 1989 teria começado uma luta para a inserção das mulheres na produção, contra a recusa da patronal, que não queria gastos com banheiro e vestiários diferenciados.⁴⁰¹ A escolha da solda teria sido por ser um trabalho que exigiria menos força; no entanto, o prejuízo para a saúde dos trabalhadores e

³⁹⁵ Mulheres representam 10% da força de trabalho na indústria naval fluminense. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/mulheres-representam-10-da-forca-de-trabalho-na-industria-naval-fluminense>> Acesso em jan. 2016.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Trabalhador 1. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 5. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

³⁹⁹ Disponível em: <<http://www.infosolda.com.br/biblioteca-digital/livros-senai/processos/167-processo-tig-caracteristicas.html>> Acesso em jan. 2016.

⁴⁰⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art387> Acesso em jan. 2016.

⁴⁰¹ Trabalhador 5. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

trabalhadoras a partir desta especialização se deve à absorção das substâncias tóxicas oriundas do próprio processo de solda.⁴⁰²

As trabalhadoras também seriam muito controladas pelas empresas, e empregadas em hora extra, especialmente em dias de assembleia. Apesar da informação que tivemos ter sido de que a remuneração era igual para ambos os sexos,⁴⁰³ nacionalmente a participação da mulher no ramo metalúrgico não é assim. Dados da Confederação Nacional dos Metalúrgicos indicam que o crescimento da participação feminina na metalurgia aumentou de 14,92% em 2003 para 19,06% em 2014. No segmento naval, em 2014, apenas 8,32% da mão de obra empregada era feminina. Sobre a remuneração, em 2013, na metalurgia as mulheres recebiam em média 28,4% a menos que os homens. Se analisarmos o setor naval, este era o que apresentava menor disparidade salarial – com 6,9%, ainda que as mulheres tivessem menor representatividade nas atividades sindicais – com 9,22% em 2014.⁴⁰⁴

Esses dados indicam que o tema ainda carece de maiores informações. O intuito de abordar isso não foi possível realizar, mas não poderíamos terminar essas considerações finais sem disponibilizar as informações que obtivemos a respeito.

⁴⁰² Trabalhador 1. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

⁴⁰³ Trabalhador 1. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

⁴⁰⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.cnmcut.org.br/midias/arquivo/212-perfil-das-trabalhadoras-metalurgicas-2015.pdf>> Acesso em jan. 2016.

FONTES:

Entrevistas publicadas ou realizadas por outros pesquisadores:

GOMES, A. (org). *A Época dos Operários Navais*. Niterói, 1999. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf>

SANTOS, Abdias José dos Santos: depoimento [dez. 1988]. Entrevistadores: Geraldo Lanna Filho e Jairo Dutra e Mello Garcia. Rio de Janeiro. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida a AMORJ.

Entrevistas realizadas:

Trabalhador 1. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 1. depoimento [nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 2. depoimento [fev. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 3. depoimento [dez. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 4. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 5. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 6. Depoimento [Jun. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Trabalhador 7. Depoimento [Nov. 2015]. Entrevista concedida a Lilian Matias.

Imprensa oficial:

O Fluminense. Anos 1978-2012.

Outras:

SANTOS, Abdias; ROCHA, Ercy. *Consciência Operária e Luta Sindical: Metalúrgicos de Niterói no Movimento Sindical Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Materiais sindicais:

Ata da Reunião da Direção Nacional e Estadual da CUT-RJ e Executiva da CUT Sul Fluminense. Rio de Janeiro, set. 1984.

Balanço das atividades da CUT/RJ Gestão 1985-1986, Rio de Janeiro. (s/d)

Balanço das atividades da CUT/RJ Gestão 1986-1987, Rio de Janeiro, fev. 1987.

Informe da reunião da DN da CUT. Rio de Janeiro. (s/d)

CUT/RJ – implantação e fortalecimento. Rio de Janeiro. (s/d)

Jornal da CUT/RJ, ago. 1995.

Jornal Metalúrgico, Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Niterói e Itaboraí, jul. 2012; ago. 2012; dez. 2012.

Relatório de delegados/suplentes do VII CECUT, Rio de Janeiro, (s/d).

Resoluções do II ENCLAT. Rio de Janeiro, jun. de 1982.

Resoluções do I Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, Rio de Janeiro, abr. 1984.

Resoluções do II Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, Rio de Janeiro, jun. 1985.

Resoluções do III Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, Rio de Janeiro, jul. 1986.

Resoluções do VI Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras, Rio de Janeiro, mai. 1990.

Resoluções do I CONCUR, São Bernardo do Campo, ago. 1984.

Resoluções do II CONCUR, 1986.

Resoluções do III CONCUR, 1988.

Resoluções do IV CONCUR, 1991.

Resoluções do V CONCUR, 1994.

Resoluções do VI CONCUR, 1997.

Resoluções do VII CONCUR, 2000.

União Metalúrgica, Jornal do Departamento Profissional dos Metalúrgicos, jun.1979; abr. 1982; mai. a jun. 1982

Sites consultados:

<http://sinaval.org.br>

<http://cedoc.cut.org.br>

<http://www.cnmcut.org.br>

<http://www.metalurgicosniteroi.com>

<http://www.sobena.org.br>

<http://cspconlutas.org.br>

<http://blogjunho.com.br/>

BIBLIOGRAFIA:

AGUENA, P. (org). *O Marxismo e os Sindicatos – Marx, Engels, Lenin e Trotsky*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

ALMEIDA, G. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1979-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANDERSON, P. *Câmaras setoriais; históricos e acordos firmados - 1991/1995*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. *A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC Paulista: As greves de 1978/1980)*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.& FRIGOTTO, G. (orgs) *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, p.35-48

BARAT, J.; CAMPOS NETO, C. A. S.; De PAULA, J. M. P. Visão econômica da implantação da indústria naval no Brasil: aprendendo com os erros do passado. In: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre

(editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014.

BARSTED, D. L. *Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARUCO, Grasiela C.; e CARCANHOLO, Marcelo D. (2006) Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Vitória (http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf).

BATALHA, C. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.”In: FREITAS, M.C. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan-dez.2006.

BOITO JR, A. (org); NORONHA, E.; RODRIGUES, I.; RODRIGUES, L.; NOVAES, R. *O sindicalismo brasileiro nos anos 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva; POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014

CARCANHOLO, Marcelo D. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *MARX E O MARXISMO 2001: TEORIA E PRÁTICA*. Niterói, 2011, p.5.

CARDOSO, A. O. (org). *As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical*. São Paulo: CNM/CUT e DIEESE, 2015

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COOPER, F. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press, 2005.

DE VITO, Christian. “New perspectives on global labour history. Introduction”, *Workers of the world*, v. 1, no 3, 2013.

DORES, P.B; LAGE, E. S.; PROCESSI, L. D. A retomada da indústria naval brasileira. Disponível: em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/962/4/A%20retomada%20da%20ind%C3%BAstria%20naval%20brasileira_final_P.pdf> Acessado em jan. 2016.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRANÇA, Teones. *Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

FREGUGLIA, R. S. Readmissão e qualidade do emprego nas trajetórias profissionais dos trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro. In: Revista da ABET, v. II, nº1, 2002, p.120-151.

FREITAS, S. M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Imprensa Oficial SP, 2002.

GALVÃO, A. La CUT en la encrucijada: impactos del neoliberalismo sobre el movimiento sindical combativo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Venezuela: vol 10, num 1, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17710112>> Acesso em fev. 2016

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro* (São Paulo), v. 18, p. 175-197, 2009.

GIANNOTTI, V. NETO, S. CUT, Por Dentro e Por Fora. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOMES E SOUZA, J. Indústria da Construção Naval e Neoliberalismo no Brasil: Primeiras aproximações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5, 2013. Londrina, p.226. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_julia1_GVI.pdf> Acesso em: jan. 2016

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (Caderno 13), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBBSBAWM, E. “História operária e ideologia”. In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOFMEESTER, K. LUCASSEN, J. Introdução: O Colaboratório Global para a História das Relações Laborais. In: *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono: História e Demografia*. Lisboa, 2014, Edições Colibri, pp.9-22, p.9

JESUS, C; GITAHY, L. Transformações na Indústria de Construção Naval Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho (1997-2007). Disponível em:
< <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2039/79A.pdf>> Acessado em jan. 2016.

KRUEGER, T. *American Labour History, Old and New: A Review Essay*. Última visualização 10 de jan de 2014, disponível em:
<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3786704?sid=21105070150881&uid=2&uid=3737664&uid=4>>

LACERDA, S. M. Oportunidades e Desafios da Construção Naval. In: *Revista do BNDES*, v. 10, n. 20, Rio de Janeiro, dez./20033, p. 41-78.

LADOSKY, M. H. Movimento Sindical e estratégia corporativista: A trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro. 1995. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995

LEMOES, R. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n2. Jan/jul. 2014.

MANDEL, E. A burocracia no movimento operário. Disponível em:
< <https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/burocracia.htm>> Acesso em jan.2016.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. “Labour History in a comparative perspective: labour historiographies in India and Brazil and enlarged visions about the working class”. In: BRATTACHARYA, S. (ed.) *Towards a New History of Work*. Nova Déli: Tulika Books, 2014.

_____. Sobre classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*: Rio de Janeiro, no 20, pp. 33-55, 2007.

_____. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. *Revista Outubro*, n.21, p.81-117, 2003. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_03.pdf>

_____. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 61.

_____. *Novos e velhos sindicalismos - Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____ (et al). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca, 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

_____. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 9, pp 57-75, 2003.

_____. “Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos.” Comunicação apresentada no seminário *Os Partidos Políticos e a Saúde*. Rio de Janeiro, dezembro, 2009, p.155.

MENDONÇA, S. FONTES, V. *História do Brasil Recente, 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 2004, p.31.

PALMER, Bryan, “Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization”. *Socialist Register* 2014, no. 50, Toronto, 2013.

PASIN, J. A. B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e perspectivas. In: *Revista do BNDES*, v. 9, n. 18, Rio de Janeiro, dez./2002, p. 121-148

PEREIRA, L. B. *Navegar é preciso: Sindicalismo e judicialização ativa dos trabalhadores da indústria naval carioca*. 2014. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014

PESSANHA, E. *Operários Navais – Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

PETERSEN, S. *A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas*. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=24380>

PIRES, R.; GOMIDE, A.; AMARAL, L. A ver navios? A revitalização da indústria naval no Brasil democrático. In: CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva;

POMPERMAYER, Fabiano Mezadre (editores). *Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2013)*. Brasília : Ipea, 2014,p. 69-108

PITZER, R.; SANTANA, M. A (coords). *Trabalhador e militância sindical no Rio de Janeiro – Um perfil dos delegados ao VI Congresso Estadual da CUT/RJ-90*. Rio de Janeiro: FASE/RIO, NUPES, Secretaria de Formação Sindical CUT/Rj, 1991.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e o significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro , vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72. Disponível em:

<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf>

SILVER, B. *Forças de trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

TEIXEIRA, R. D. Para onde foi a CUT? Do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-1995). 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.

_____. A conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000). *História e Luta de Classes*, v. 1, p. 83-90, 2008.

_____. A burocracia sindical cutista no Governo Lula da Silva (2003-2006). In: *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, Passado e Presente*, 2015, Niterói.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKY, L. *Os sindicatos na época da decadência imperialista*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>> Acesso em jan. 2016

VAN DER LINDEN, Marcel. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.1, janeiro-junho, 2009.

_____. *Trabalhadores do mundo*. Ensaios para uma História Global do Trabalho. Campinas, Edunicamp, 2013.

_____. “Editorial”. *International Review os Social History*, v. 38/supplement S1, april, 1993.

_____. Greves. In: VARELA, R., NORONHA, R., PEREIRA, J. (coord). Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, p.27

_____. Proletariado: conceito e polémicos. *Revista Outubro*, n.21, 2º semestre de 2013, p.55-79, p.73-74. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_02.pdf>